

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

JANINE MARINHO

**O SENTIDO DO ENGAJAMENTO ENTRE OS PESQUISADORES DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ À LUZ DA ÉTICA DO SUJEITO DE
MICHEL FOUCAULT**

Maringá
2016

JANINE MARINHO

**O SENTIDO DO ENGAJAMENTO ENTRE OS PESQUISADORES DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ À LUZ DA ÉTICA DO SUJEITO DE
MICHEL FOUCAULT**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração.

Orientador: Profº Drº João Marcelo Crubellate.

Maringá
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

M338s	Marinho, Janine O sentido do engajamento entre os pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá à luz da ética do sujeito de Michel Foucault / Janine Marinho -- Maringá, 2016. 118 f. : il., tabs. Orientador: Prof. Dr. João Marcelo Crubellate. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2016. 1. Engajamento. 2. Ética do sujeito. 3. Constituição do sujeito. 4. Pesquisador. I. Crubellate, João Marcelo, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título. CDD 21.ed. 194.4
-------	---

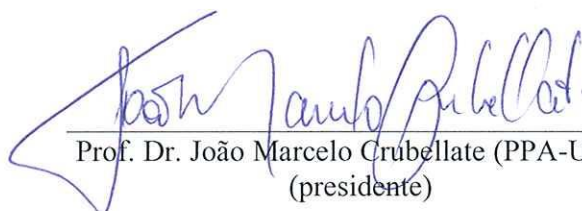
AHS-002878

JANINE MARINHO

**O SENTIDO DO ENGAJAMENTO ENTRE OS PESQUISADORES
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ À LUZ DA
ÉTICA DO SUJEITO DE MICHEL FOUCAULT**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Estadual de Maringá, sob apreciação da seguinte banca examinadora:

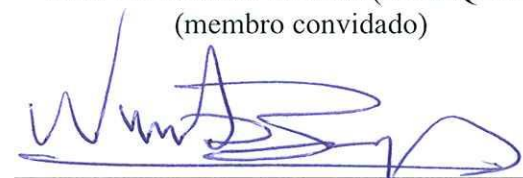
Aprovada em 24 de maio de 2016.



Prof. Dr. João Marcelo Crubellate (PPA-UEM)
(presidente)



Prof. Dr. Luciano Mendes (ESALQ-USP)
(membro convidado)



Prof. Dr. William Antonio Borges (PPA-UEM))
(membro)

À memória de todos os familiares que
partiram durante os últimos dois anos,
em especial, ao meu avô Jorge
Marinho, pai, conselheiro e meu
exemplo de vida.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela direção da minha vida, por me permitir realizar mais este sonho e me sustentar em cada momento de dificuldade, dor e angústia decorrentes das perdas familiares durante o curso.

Ao meu esposo Rafael, pelo apoio, auxílio e compreensão. Obrigada por entender e respeitar cada ausência minha, mesmo quando eu estava dentro de casa. Agradeço pelas palavras de incentivo, admiração e carinho em cada momento.

Ao Prof. Dr. João Marcelo Crubellate, pelas reflexões em cada orientação deste trabalho, cheias de sabedoria e de uma visão singular. Agradeço pelos ensinamentos, pela paciência e pelo tempo investido na minha formação acadêmica.

Aos professores Marcio Pascoal Cassandre e William Antonio Borges, pelas contribuições no exame de qualificação e pelas palavras de incentivo sobre a temática deste trabalho.

Aos professores do PPA/UEM que fizeram parte da minha formação, compartilhando seus conhecimentos sempre de maneira crítica e construtiva, em especial à Elisa Yoshie Ichikawa, Marcio Pascoal Cassandre, Priscilla Borgonhoni Chagas, Sandra Mara Schiavi Bankuti e Hilka Pelizza Vier Machado.

Ao Bruhmer e demais funcionários da UEM, pela atenção e pronto atendimento às muitas dúvidas e solicitações que sempre surgiam.

À minha mãe Edna, mulher guerreira, forte e ao mesmo tempo carente. Obrigada por sempre me incentivar a alcançar os meus sonhos. Agradeço por ter compreendido cada vez que não pude te visitar ou mesmo te ligar devido a tanta correria.

Aos meus familiares, por ter me apoiado e compreendido a minha ausência, em especial ao meu irmão Jorge. Sinto orgulho do homem que você se tornou e torço muito pelo seu sucesso.

Aos amigos Josiane, Josué, Helen, Eliézer, Flávia, Wilson, Mariely e Joel, pelas palavras de incentivo e apoio em cada fase do mestrado. Obrigada por todos os momentos divertidos e especiais que passamos juntos.

À companheira de mestrado Sara Picheth, pela amizade e apoio durante as etapas do curso. Obrigada por estar sempre disposta a ajudar quando precisei. Saiba que admiro muito sua dedicação e competência nos estudos.

A todos os colegas de mestrado, em especial à queridas: Karin, Dani, Eline e Anna. Obrigada pelas parcerias nos trabalhos, troca de ideias e momentos de incentivo umas às outras. Desejo à vocês muito sucesso em tudo o que fizerem!

Aos docentes/ pesquisadores da UEM que cederam seu tempo e um pouco de si mesmos para esta dissertação. Cada história, cada visão, cada postura de vida contribuíram não somente para a construção deste trabalho, mas também para a minha constituição como pesquisadora.

E por fim, agradeço especialmente à direção do Instituto Adventista Paranaense, representada aqui pelo diretor financeiro Eliézer Santos, pela concessão das liberações para a realização das aulas e orientações durante o meu horário de trabalho. Agradeço pelo apoio, incentivo e confiança a mim dispensada.

O espaço entre ação e reação, o livre-arbítrio de reagir e o impacto que essa reação pode ter em nossas vidas mostram que podemos nos tornar um produto de nossas decisões, e não de nossas circunstâncias.
(Alex Pattakos)

RESUMO

A presente pesquisa se baseia na concepção foucaultiana de que em todas as relações, os indivíduos jamais são o alvo inerte ou consentidor do poder, mas são sempre seus intermediários, conduzindo a si e os outros. A respeito da relação de si consigo mesmo, Foucault denomina de ética o modo de ser do sujeito e a relação desse sujeito consigo mesmo e com a regra a qual se vê ligado. Assim, entendemos que o trabalho ético pressupõe um engajamento por parte do sujeito, necessário para a transformação dele naquilo que professa ser através do discurso que o conduz. Tomamos como referência o conceito de engajamento de Shaufeli e Bakker (2010), entendendo que o engajamento se refere a um estado afetivo-cognitivo mais persistente e penetrante, que envolve vigor, dedicação e absorção em um trabalho. Nesse sentido, esta pesquisa propõe entender qual o sentido do engajamento com a produção acadêmica entre os pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá (UEM) à luz da ética do sujeito de Michel Foucault. Para tanto, foram entrevistados doze pesquisadores vinculados aos programas de doutorado da UEM, bem como foram analisados documentos que regem a produção acadêmica dos mesmos. A análise e descrição dos resultados foram organizadas a partir das quatro formas elencadas por Foucault pelas quais podemos analisar as diferentes maneiras de conduzir-se moralmente: a substância ética, os modos de sujeição, a elaboração do trabalho ético e a teleologia do sujeito. Vimos que ao se conduzirem, os pesquisadores impõem certas práticas de si como, por exemplo, metas de publicação, escolha de periódicos qualificados, dispêndio financeiro, trabalho fora do local e horário estabelecido em contrato, dedicação, vigor e absorção no que fazem. Apesar de reconhecerem a necessidade de publicação advinda de todo um sistema, os pesquisadores defendem a necessidade de encontrarem um sentido para o que fazem. Reconhecem que não estão agindo sob coerção, pressão ou obrigação; pois se fosse por isso, estariam publicando apenas os dois artigos por ano exigidos pela CAPES ou pelos programas. O fato é que produzem mais do que o exigido, atrelando o engajamento na produção acadêmica à outros motivos, como formação de recursos humanos, paixão pela pesquisa e compromisso para com a sociedade.

Palavras-chave: Engajamento. Ética do sujeito. Constituição do sujeito. Pesquisador.

ABSTRACT

This research is based on Foucault's view that in all relationships, individuals are never an inert target or consent to power, but they are always intermediaries, leading to oneself and/or others. Regarding the relation of a subject with himself, Foucault called ethics the way of being of the subject and the relationship of this subject with himself and with the rule to which he is connected. Thus, we understand that the work ethic presupposes an engagement by the subject, necessary to transform him into what he professes to be through the discourse that guides him. We take as reference the concept of engagement of Shaufeli and Bakker (2010), understanding that engagement refers to an affective-cognitive state more persistent and pervasive, involving vigor, dedication and absorption in a job. In this sense, this research proposes to understand what is the sense of engagement with the academic production among researchers of the State University of Maringá (UEM) in light of the subject ethics of Michel Foucault. To Achieve this, we interviewed twelve researchers linked to the doctoral programs of UEM and analyzed documents that govern the academic production of the same. The analysis and description of the results were organized according to the four ways listed by Foucault in which we can analyze the different ways to lead morally: the ethical substance, the subjection modes, the preparation of the work ethic and the teleology of the subject. We have seen that in conducting themselves, the researchers impose certain personal practices, for example, publishing goals, choice of qualified journals, financial expenditure, working out of place and time established in the contract, dedication, vigor and absorption in what they do. While recognizing the need for publication resulting from the whole system, the researchers advocate the need to find meaning in what they do. They recognize that they are not acting under coercion, pressure or obligation; because if so, would only be publishing two articles per year as required by CAPES or by programs. The fact is that they produce more than required, tying the engagement in academic production to other reasons, such as human resources training, passion for research and commitment to society.

Keywords: Engagement. Ethics of the subject. Constitution of the subject. Researcher.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	- Distinção entre engajamento e outros conceitos	38
Quadro 2	- Número de instituições, grupos, pesquisadores e pesquisadores doutores.....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Total de professores da UEM	50
Tabela 2 – Participantes por área de conhecimento	51
Tabela 3 – Produção acadêmica por área de conhecimento	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
UEM	Universidade Estadual de Maringá

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Justificativa.....	20
1.2 Estrutura do trabalho	21
2 A CONSTITUIÇÃO E A ÉTICA DO SUJEITO EM FOUCAULT	23
2.1 As relações de poder.....	23
2.2 O controle disciplinar	25
2.3 Os jogos da verdade	28
2.4 O cuidado de si e a ética do sujeito	30
3 O ENGAJAMENTO	35
4 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	43
4.1 O Discurso em Foucault	43
4.2 Delimitação da pesquisa	48
4.3 Seleção dos entrevistados e coleta de dados	49
4.4 Análise dos dados	53
5 O ENGAJAMENTO E A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO PESQUISADOR	57
5.1 Sobre o sujeito da pesquisa	57
5.2 Categorias de análise	62
5.2.1 Substância ética.....	62
5.2.2 Modo de sujeição.....	69
5.2.3 Trabalho ético.....	79
5.2.4 Teleologia do sujeito	92
5.3 Engajamento e o sujeito pesquisador	100
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
ANEXO 1.....	118

1 INTRODUÇÃO

Michel Foucault tem uma preocupação central que perpassa toda a sua produção: o sujeito e sua constituição. Essa perspectiva de entendimento está centrada na concepção de que o sujeito é produto de uma construção que se efetiva por meio de relações de saber e de poder de uma sociedade, além de uma relação do sujeito consigo mesmo.

Para Foucault (2006a), nas relações humanas, quaisquer que sejam elas – quer se trate de comunicações verbais, ou se trate de relações amorosas, institucionais ou econômicas – o poder está sempre presente: a relação em que cada um procura dirigir a conduta do outro. São, portanto, relações que se podem encontrar em diferentes níveis, sob diferentes formas; essas relações de poder são móveis, ou seja, podem se modificar, não são dadas de uma vez por todas, são reversíveis e instáveis (FOUCAULT, 2006a, p. 276).

Por estar presente em todas as relações, o poder aplica-se à vida cotidiana imediata, categorizando o indivíduo, marcando-o com sua própria individualidade, ligando-o à sua própria identidade, impondo-lhe uma lei de verdade, que ele mesmo tem de reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos não apenas indivíduos, mas sujeitos. Para a palavra sujeito Foucault explica que há dois significados: sujeito a alguém pelo controle e dependência; e sujeito à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e sujeita (FOUCAULT, 2009a, p. 235).

Ao longo da história, as formas de operacionalização dessas relações de poder foram se modificando. Ao abordar o surgimento das prisões, Foucault (1987) apresenta como o exercício do poder foi sendo praticado com o passar dos anos, desde o suplício dos corpos dos condenados até a docilização dos sujeitos em todos os tipos de organização da sociedade. De acordo com Foucault (1987), em algumas dezenas de anos desapareceu o corpo supliciado, esquartejado ou amputado, mas surgiu certa discrição na arte de fazer sofrer, um arranjo de sofrimentos mais sutis, mais velados e despojados de ostentação (FOUCAULT, 1987, p.12). A ferramenta para tal exercício é a “disciplina”.

Foucault (1987) explica que a disciplina é a técnica especial de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício, sendo como um braço forte do Estado, ao passo que a disciplina se impõe a cada um por meio de micro poderes, deslocando a noção de poder central para um poder periférico, desempenhado e recebido por cada um e por todos em cada lugar e por todos os lugares (FOUCAULT, 1987, p.119 - 120).

Assim a figura de quem detém o poder é desfeita e “paira” entre os indivíduos essa noção de que o poder está por todos os lugares e em todas as organizações. O poder disciplinador é exercido pela invisibilidade, pela astúcia, porém encontra-se altamente presente nos corpos que disciplina. Para Foucault (1987), estamos todos dentro da máquina panóptica, investidos por efeitos de poder que nós mesmos passamos adiante, já que somos parte de sua engrenagem. Contudo essa vigilância constante não se limita apenas ao controle de uns sobre os outros, mas também, e esse é o foco nesta pesquisa, do sujeito sobre si mesmo (FOUCAULT, 1987, p.166 - 167).

Quando Foucault (2006a) trata do problema das relações entre sujeito e os jogos da verdade, ele explica que houve um deslocamento na forma de abordagem dessas relações: esses jogos da verdade passaram a não mais se referir a uma prática coercitiva (podemos dizer, no período da sociedade disciplinar) e sim a uma prática de auto formação do sujeito (sociedade do controle). É o que se poderia chamar de uma prática ascética, dando ao ascetismo um sentido muito geral, ou seja, não o sentido de uma moral da renúncia, mas o de “um exercício de si sobre si mesmo através do qual se procura se elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser” (FOUCAULT, 2006a, p. 265).

E é a partir desse exercício do sujeito sobre si mesmo, que podemos olhar para o engajamento nas organizações. Engajamento no sentido de ser uma técnica que pressupõe o eu e faz com que o sujeito se prenda aos controles externos. Uma técnica de controle mais refinada e mais sutil do exercício do poder.

De acordo com Kahn (1990) o engajamento é tratado por ele como um construto multidimensional composto pelas dimensões física, cognitiva e emocional. Essas dimensões correspondem ao grau em que um trabalhador emprega sua força corporal, atenção, e energia afetiva em suas atividades. Um alto grau de engajamento é verificado quando um membro organizacional é absorvido fisicamente pelo desempenho de suas atividades de trabalho, quando está

disponível ou presente psicologicamente, e quando está com suas emoções positivas ativadas e orientadas às suas tarefas (KAHN, 1990, p. 700).

Nesse sentido, podemos olhar para a atividade exercida pelo professor/pesquisador, principalmente para aqueles que são fortemente engajados com a produção acadêmica (publicação de artigos, livros, apresentação de trabalhos, etc.). Mills (2009) afirma que o trabalhador intelectual não separa seu trabalho de sua vida pessoal, pois se envolve em cada fase e em cada produto que produz; o conhecimento é, ao mesmo tempo, a escolha de um modo de vida e de uma carreira, visto que o pensamento metódico, a forma de ver o mundo e o seu mundo interior estão sempre despertos (MILLS, 2009, p. 22).

A ciência atualmente é feita com publicações e por isso um pesquisador sem publicações possivelmente terá dificuldades de obter recursos para a manutenção de sua pesquisa, e, no longo prazo, não será mantido por sua instituição. Em paralelo, tornam-se escassos os convites para palestras, participação em bancas de avaliação, entre outras atividades acadêmicas. Serviços extra academia como consultorias a empresas públicas e privadas são igualmente prejudicadas sem esse aval (XAVIER E GODOI, 2010, p. 98).

Para Xavier e Godoi (2010) o sistema de publicações nas ciências sociais aplicadas no Brasil, especificamente na administração, pode ter se tornado alvo de processo de controle análogo ao panóptico. Esse sistema sempre dependeu da divulgação e troca de informações entre pesquisadores e instituições para o seu avanço. Com a internet tal troca de informações tornou-se mais eficiente e seu custo irrisório (XAVIER E GODOI, 2010, p. 97).

Tal sistema de publicações apresenta-se como um panóptico acadêmico em razão de alguns elementos: o observador ver a todos sem ser visto e o observado saber que está sendo monitorado e alterar seu comportamento em função disso, já que desconhece de que forma, quando e por quem é visto (XAVIER E GODOI, 2010, p. 97).

Foucault (1987) lembra que “quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição” (FOUCAULT, 1987, p. 168). O indivíduo circula “ao ar livre”, mas um feixe o retém e orienta (ZARIFIAN, 2002, p. 27).

Xavier e Godoi (2010) ressaltam que o pesquisador, por não saber quando, como, e por quem alguma de suas obras está sendo analisada, apenas está ciente que potencialmente isso pode ocorrer a qualquer momento. Como consequência, age sempre como se estivesse sendo observado através de suas publicações ou de outras informações públicas, por exemplo, o Currículo Lattes (XAVIER E GODOI, 2010, p. 98).

No Brasil, a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), cuja missão institucional fundamental declarada é expandir e consolidar a pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado), é um dos principais órgãos controladores da produção acadêmica. Foi criada pelo governo em 1951, com objetivo de formar e aperfeiçoar o pessoal de nível superior que trabalhava nas atividades de ensino e pesquisa nas universidades. Hoje, atua estabelecendo critérios para a produção do conhecimento, como a avaliação e a divulgação da produção científica que caminham à revelia daqueles que são, em si mesmos, os sujeitos do ensino pós-graduado: a sociedade, os professores e os alunos (TOURINHO E PALHA, 2014, p. 271-272).

De acordo com a Capes¹, o sistema de avaliação, continuamente aperfeiçoado, serve de instrumento para a comunidade universitária na busca de um padrão de excelência acadêmica para os mestrados e doutorados nacionais. Os resultados da avaliação² servem de base para a formulação de políticas para a área de pós-graduação, bem como para o dimensionamento das ações de fomento (bolsas de estudo, auxílios, apoios).

Para a Capes, a tarefa de coordenar a avaliação da pós-graduação fortalece o seu papel, e entende que o Programa de Acompanhamento e Avaliação, além de contribuir para a criação de mecanismos efetivos de controle de qualidade, aprofunda sua relação com a comunidade científica e acadêmica.

Para termos uma noção de como a Capes avalia a produção intelectual dos professores-pesquisadores, selecionamos no Relatório da Avaliação Trienal da área de Administração³ a métrica da produção intelectual para esta área:

¹ Sobre a missão da Capes. Disponível em <http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>. Acesso em: 03/03/2016.

² Até do ano de 2012 a avaliação da Capes era trienal, mas conforme a Resolução 05-2014, Art. 1º, passará a ser realizada abrangendo o período avaliativo de quatro anos, a partir de 2013.

³ Disponível em: <http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4649-administracao-ciencias-contabeis-e-turismo>. Acesso em: 06/03/2016.

Conceito Pontuação média anual por docente permanente

Muito bom	> ou = a 50
Bom	> ou = a 35, mas < que 50
Regular	> ou = a 30, mas < que 35
Fraco	> ou = a 12, mas < que 20
Deficiente	< que 12

Para ser considerado produtivo, o professor tem que alcançar pelo menos 150 pontos de produção bibliográfica no triênio, considerando a pontuação obtida de acordo com o Qualis de cada publicação:

Qualis Periódicos	Pontos	Qualis Livros	Pontos
A1	100	L4	100
A2	80	L3	75
B1	60	L2	50
B2	50	L1	25
B3	30		
B4	20		
B5	10		

*Capítulos valem um terço do total dos pontos do livro.

Assim, para alcançar o conceito Muito Bom nesta área, basta o professor ter apenas uma produção em estrato maior ou igual a B2/ L2. E para ser considerado produtivo, duas ou três produções em estratos maior ou igual a B2/ L2 já seriam suficientes.

Os participantes desta pesquisa apresentaram uma produção média de 15 trabalhos por ano e diante de números como este, alguns trabalhos publicados no Brasil (XAVIER E GODOI, 2010; PATRUS, DANTAS E SHIGAKI, 2015; TOURILHO E PALHA, 2014; FREITAS, 2011) fazem uma discussão com vistas a criticar o produtivismo ou o sistema de avaliação da produção acadêmica no país.

Argumentos como o de Freitas (2011), de que o professor-pesquisador é cada vez mais pressionado a ser um faz-tudo e certamente a sobrecarga de trabalho e o uso de seu tempo pessoal de férias e de finais de semana tornam o pesquisador um apagador de incêndios, indo de um prazo a vencer a outro, são comuns nestes trabalhos.

Na visão de Freitas (2011), no meio dessa correria para tudo fazer, encontramos o pesquisador totalmente condenado a produzir mais e mais, sem

nunca ter o direito de valorizar o que conquista. Sobre o sistema de avaliação à qual o professor da pós-graduação pública é submetido, Freitas (2011) aponta que mal o professor termina um artigo, *paper* ou livro, tudo é apagado pela avaliação feita e só o que interessa é o que ele ainda não fez; um modelo que só vale pelo que ainda não foi feito.

Para Freitas (2011) trata-se uma produção intelectual que só vale a cada três anos, que é o tempo de avaliação dos programas pela Capes – e que logo em seguida é descartada, e então está aberta a nova temporada de caça. Segundo a autora, tal qual uma empresa que busca extrair o máximo de seus recursos no prazo mais curto possível, o modelo atual desvaloriza o produto tão logo ele é avaliado no relatório como um número. Freitas (2011) considera o atual sistema de avaliação como um modelo voraz, pois nele só o que importa é o próximo resultado, que garante ao acadêmico manter o emprego, na medida em que as instituições também são avaliadas por esta produção e precisam de mais números para alcançar posições mais elevadas ou simplesmente se manter no jogo. (FREITAS, 2011).

Freitas (2011) termina afirmando que a Ciência como uma construção coletiva, resultado de colaboração e cooperação, aprendizagem e reflexão, cede lugar a uma arena de competição, insuflada pela avaliação individual. Para a autora, no discurso, fala-se em equipes; na avaliação, fala-se em indivíduo tendo que matar vários leões ao mesmo tempo para não morrer no próximo triênio.

Contrapondo a essa visão unilateral do sistema que estes trabalhos trazem à tona, é que na presente pesquisa queremos dar outra possibilidade de interpretação para este fenômeno. Partimos do princípio de que o professor-pesquisador que é cobrado por uma ou duas publicações por ano para se manter e/ou manter o seu programa, mas que está produzindo uma média de 15 trabalhos por ano, não pode ser apenas um coitado subjugado a este sistema “voraz”; ele não está “matando leões” a cada triênio para sobreviver, têm que haver algo mais, algum sentido para tal engajamento.

Cabe ressaltar que não adotamos postura alguma no que diz respeito a ser contra ou a favor do sistema de avaliação brasileiro, bem como afirmar se o mesmo é válido ou não, apenas questionamos a maneira como o sujeito pesquisador tem se relacionado com as regras da sua atividade de trabalho.

Vale destacar que a CAPES é formada também pelos próprios professores/pesquisadores e que a crítica exacerbada a esse modelo de avaliação, ou mesmo a essa instituição, muitas vezes esconde um ponto importante que é a tecnificação do processo, ou seja, a necessidade da predominância de um sentido “sistêmico” para o processo.

Diante do exposto, o que vemos hoje é um grupo de professores, principalmente aqueles ligados a programas de mestrado e doutorado *stricto sensu*, crescentemente engajados com a produção acadêmica. Pesquisadores que produzem não apenas por obrigação, para alcançar os pontos que a CAPES estipula num determinado período de avaliação, mas que obrigam a si mesmos e aos outros a produzirem. Nesse sentido, esta pesquisa propõe entender qual o sentido do engajamento com a produção acadêmica entre os pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá (UEM) à luz da ética do sujeito de Michel Foucault.

Por ética Foucault (2009c) entende a existência de um espaço de análise, relacionado ao conceito grego de *ethos*, ou seja, o modo de ser do sujeito e a relação desse sujeito consigo mesmo. Para o autor a ética e a moral estão intimamente ligadas. Foucault (2009c) destaca que pode haver duas formas de se abordar a moral: a primeira como um código, um conjunto prescritivo de regras e ordenações a serem propostas aos indivíduos por meio de instituições. A segunda, é o que ele chama de “moralidade dos comportamentos”, significando as formas pelas quais os indivíduos reagem ao código moral que lhe é proposto, seja aceitando-o ou resistindo a ele. Essa relação consigo mesmo é, para Foucault, “a maneira pela qual se deve constituir a si mesmo como sujeito moral”, maneira essa que pode se apresentar de diferentes formas, afinal há várias maneiras de se conduzir moralmente objetivando um mesmo fim (FOUCAULT, 2009c, p. 33-35).

As formas de elaboração do trabalho ético dizem respeito aos atos envidados pelo sujeito a fim de adequar seu comportamento à regra que se deve cumprir. Envolve, mais diretamente, as atitudes do sujeito “para tentar se transformar a si mesmo em sujeito moral de sua própria conduta” (FOUCAULT, 2009c, p. 35).

Assim, a temática central desta pesquisa está baseada na prática do engajamento entre os pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá (UEM), cujo sentido é analisado a partir da filosofia de Michel Foucault sobre temas como a constituição do sujeito, a ética do sujeito, relações de poder, controle e disciplina.

O objetivo deste trabalho é entender a prática do engajamento partindo do seguinte problema de pesquisa: **Qual o sentido do engajamento com a produção acadêmica entre os pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá, à luz da ética do sujeito de Michel Foucault?**

Para tanto, pretende-se abordar os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar as práticas de engajamento com a produção acadêmica entre pesquisadores da UEM.
- b) Identificar as relações de poder que perpassam as práticas de pesquisa e de publicação entre os pesquisadores da UEM.
- c) Descrever as técnicas de cuidado de si que contribuem para a constituição do sujeito-pesquisador na UEM.
- d) Interpretar o sentido do engajamento quando entendido sob a perspectiva das técnicas de si e das relações de poder.

1.1 Justificativa

De acordo com levantamento da produção acadêmica dos últimos cinco anos em periódicos nacionais, envolvendo as palavras chave engajamento, ética do sujeito e constituição do sujeito de Michel Foucault, constata-se que não existem trabalhos publicados que contemplem a junção destes termos numa mesma pesquisa. Também foram identificados poucos trabalhos que tratam do tema do engajamento (MACIEL E CAMARGO (2014); MARTINELLI, FONSECA E SILVA (2010); SOUZA, CALBINO E CARRIERI (2010); COSTA ET. AL (2012)). O conceito do engajamento tem suas bases na literatura estrangeira e ainda é pouco utilizado na produção acadêmica nacional.

Assim, esta pesquisa justifica-se pelo fato de tentar trazer uma contribuição teórica para o campo da administração, pois faz a junção destes temas, além de ampliar as discussões sobre o tema do engajamento na produção nacional. Tais temas são relevantes para a análise das relações de poder nas organizações. O tema do engajamento, comumente é abordado do ponto de vista gerencial, geralmente destinado à área de gestão de pessoas visando a mudança automática do comportamento dos sujeitos. Nesta pesquisa, pretendeu-se discutir o tema

partindo de seus principais conceitos, mas adotou-se um ponto de vista crítico a respeito da prática do mesmo.

Sobre a temática do sujeito, outra contribuição será lançar luz sobre esses temas a partir da produção teórica da terceira fase de Foucault, da qual se destaca principalmente as questões da ética e constituição do sujeito, ampliando as discussões acerca do uso das ideias do filósofo nos estudos organizacionais, ao relacionar os assuntos mais abordados do filósofo como controle, disciplina, poder, panóptico, etc. com o tema do engajamento.

Outra contribuição será a de trazer a discussão do tema do produtivismo acadêmico sob outra perspectiva. Os trabalhos publicados atualmente geralmente transmitem uma visão dicotômica do assunto, entendendo como uma relação coercitiva a relação entre os órgãos de controle e os pesquisadores. Nesta pesquisa entendemos que um olhar sobre esse assunto, sob a perspectiva da ética do sujeito de Foucault, pode trazer para o campo novas discussões, no sentido de que essa relação tem elementos que ultrapassam a coerção.

Assim, como uma possível contribuição prática para os professores/pesquisadores, apresenta-se a discussão da constituição de sujeito, do exercício da capacidade crítica, auto-reflexiva e auto-consciente da produção acadêmica, levando-os a refletirem sobre o trabalho de elaboração de si sobre si mesmos para atingirem aquilo que dizem ser ou que os outros esperam que sejam.

1.2 Estrutura do trabalho

Quanto à estrutura desta dissertação, após esta seção introdutória, segue uma segunda seção, que faz considerações acerca das temáticas pertinentes a este estudo: a constituição do sujeito e a ética para Michel Foucault, passando por temas como relações de poder, controle, jogos da verdade e cuidado de si.

Na terceira seção são apresentados os conceitos relacionados ao engajamento, bem como uma diferenciação do termo em relação à outros conceitos como comprometimento organizacional.

Na quarta seção, primeiramente é abordado sobre a temática do discurso em Foucault e na sequência estão descritos os procedimentos metodológicos

utilizados para consecução do trabalho nas etapas de coleta, análise e discussão dos dados obtidos.

Na penúltima seção, são apresentados os resultados, pontuando as falas dos depoentes que trazem à luz a teoria aqui utilizada. E, finalmente, na sexta e última seção estruturada para este trabalho são exibidas as considerações finais acerca do presente estudo.

2 A CONSTITUIÇÃO E A ÉTICA DO SUJEITO EM FOUCAULT

Foucault (2006a) procurou mostrar como o próprio sujeito se constituía, nessa ou naquela forma determinada, como sujeito louco ou são, como sujeito delinquente ou não, através de um certo número de práticas, que eram os jogos da verdade, práticas de poder etc.

Para Foucault o sujeito não é uma substância, é uma forma. E essa forma nem sempre é, sobretudo, idêntica a si mesma. O sujeito não tem consigo próprio o mesmo tipo de relações quando se constitui como sujeito político que vai votar ou toma a palavra em uma assembleia, ou quando ele busca realizar o seu desejo em uma relação sexual. Segundo o autor, há indubitavelmente, relações e interferências entre essas diferentes formas de sujeito; porém, não estamos na presença do mesmo tipo de sujeito. Em cada caso, se exercem, se estabelecem consigo mesmo formas de relação diferentes (FOUCAULT, 2006a, p. 275).

O sujeito se auto constitui ajudando-se com técnicas de si, no lugar de ser constituído por técnicas de dominação (Poder) ou técnicas discursivas (Saber). Estas técnicas de si são assim definidas: "procedimentos que sem dúvida existem em toda civilização, propostos ou prescritos aos indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins, e isto graças a relações de domínio de si sobre si ou de conhecimento de si por si" (GROS in FOUCAULT, 2006b, p. 620).

2.1 As relações de poder

Candiotto (2010) afirma que Foucault quis fazer uma analítica do poder pela qual este deixa de ser visto como um objeto dado, natural a ser descrito ou uma essência a ser representada; quer mostrar que ele é assim visto de modo unitário, monolítico, mas que no seu gérmen ele foi constituído a partir da confluência de estratégias plurais (CANDIOTTO, 2010, p. 90).

Foucault (1997) explica que o seu objetivo na analítica do poder é o de não tomar o poder como um fenômeno de dominação massivo e homogêneo – dominação de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras –; ter bem em mente que o poder, exceto ao considerá-lo de muito alto e de muito longe, não é algo que se partilhe entre aqueles que o têm e

que o detêm exclusivamente, e aqueles que não o têm e que são submetidos a ele (FOUCAULT, 1997, p. 26).

Foucault (1997) acredita que o poder tem que ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Segundo o autor, jamais o poder está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona. Foucault (1997) sustenta que o poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de serem submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Para o autor, os indivíduos jamais são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Assim, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles (FOUCAULT, 1997, p. 26).

De acordo com Foucault (2009a) o exercício do poder não é em si mesmo uma violência que, às vezes, se esconderia, ou um consentimento que, implicitamente, se reconduziria. Ele é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, toma mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações (FOUCAULT, 2009a, p. 243).

Para Foucault (2009a) o poder, no fundo, é menos da ordem do confronto entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do "governo". Quanto ao significado da palavra governo, o autor explica que ele não se refere apenas às estruturas políticas e à gestão dos Estados; mas designa a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos. Governar, neste sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros (FOUCAULT, 2009a, p. 244).

Foucault (2009a) explica que o termo "conduta", apesar de sua natureza equívoca, talvez seja um daqueles que melhor permite atingir aquilo que há de específico nas relações de poder. A "conduta" é, ao mesmo tempo o ato de "conduzir" os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício do poder consiste em "conduzir condutas" e em ordenar a probabilidade (FOUCAULT, 2009a, p. 243).

Candiotto (2010) acrescenta baseado em Foucault, que conduzir condutas pode significar tanto a “atividade que consiste em conduzir” quanto “a maneira pela qual nos conduzimos, o modo pelo qual nos deixamos conduzir, a maneira pela qual somos conduzidos e pela qual, por fim, nos comportamos sob efeito de uma conduta que seria ato de conduta ou de condução”. Portanto, a atividade de conduzir condutas é inseparável da maneira de se conduzir, da atitude de resistência a uma condução específica (CANDIOTTO, 2010, p. 97). Candiotto (2010) ressalta que a adequada compreensão dessa dupla designação é fundamental para entender como Foucault desloca-se paulatinamente da ênfase na analítica do poder em direção da ética do sujeito, na qual o pano de fundo será a interdependência incessante entre governo dos outros e governo de si mesmo.

Foucault (2006a) enfatiza que só é possível haver relações de poder quando os sujeitos são livres, mesmo que uma relação de poder completamente desequilibrada. É preciso que haja sempre, dos dois lados, pelo menos uma certa forma de liberdade, mesmo que seja somente uma possibilidade de resistência (FOUCAULT, 2006a, p. 277).

Segundo Candiotto (2010) a atitude crítica, que inicialmente pergunta pelas possibilidades de resistência diante das estratégias de governo e suas técnicas de verdade, desdobra-se numa dimensão ética, de modo que o sujeito precisa resistir a si próprio e moderar suas ambições se quiser governar os outros. E para compreender esse caminho será necessário voltar-se para si mesmo, cuidar do eu (CANDIOTTO, 2010, p. 121). O tema do cuidado de si será abordado mais adiante.

2.2 O controle disciplinar

Foucault (1987) apresenta a história do surgimento das prisões, onde vemos na verdade como o exercício do poder foi sendo praticado ao longo da história da humanidade, desde o suplicio dos corpos dos condenados até a docilização dos sujeitos em todos os tipos de organização da sociedade.

Foucault (1987) coloca que o momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente

quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe (FOUCAULT, 1987, p. 119).

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) (FOUCAULT, 1987, p. 119).

Foucault (1997) incorpora a tecnologia do poder disciplinar como parte de um amplo domínio denominado de “biopoder”. Diferentemente do poder disciplinar, o biopoder é aplicado:

À multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. (FOUCAULT, 1997, p. 216).

Candiotto (2010) explica que a massa global, objeto de aplicação do biopoder é a “população”. Portanto, o domínio dos corpos individuais como objeto de aplicação do poder disciplinar é ampliado para o domínio da vida da população, objeto de atuação do biopoder. No fundo, esclarece o autor, ambos os objetos são multiplicidades, à diferença que num caso a ênfase é o controle minucioso dos corpos, e noutro, a regulação massiva da vida: individualização e totalização (CANDIOTTO, 2010, p. 95).

Candiotto (2010) ressalta que o biopoder não exclui o poder disciplinar, apenas o distribui diferentemente. Segundo o autor, se o poder disciplinar é exercido sobre o homem-corpo, o biopoder é direcionado para o homem-espécie. Se na disciplina dos corpos atua o mecanismo da sujeição de modo a torná-los “dóceis e úteis”, o biopoder aplicado à população tem como efeito seu controle mediante a biopolítica das regulações.

Nesse sentido, Zarifian (2002) corrobora ao afirmar que a história evidencia uma passagem das sociedades disciplinares para as sociedades de controle. Zarifian (2002) aponta baseado em Gilles Deleuze, que por sua vez faz referência a Michel Foucault, que as sociedades disciplinares emergentes no século

XVIII e que se desenvolveram no século XIX, encontrariam seu apogeu na metade do século XX. Nessas sociedades, o indivíduo está sempre passando de um meio fechado para outro, cada qual com suas leis: primeiro a família, depois a escola, depois a caserna, depois a fábrica, de vez em quando o hospital e eventualmente a prisão, local de confinamento por excelência, que serve de modelo analógico (ZARIFIAN, 2002, p. 23-24). Porém, Zarifian (2002) apresenta que a vida histórica dessas sociedades disciplinares tem curta duração: elas emergem com força no século XIX e logo estão em declínio, de modo que mergulhamos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento.

Surgem então as sociedades de controle, conceito deleuzeano abordado por Zarifian (2002). Zarifian (2002) argumenta que as antigas disciplinas que operam na duração de um sistema fechado, dão lugar àquelas dos espaços abertos e sem duração diretamente assinalável, mediante formas de controle ultra-rápidas e flexíveis. Zarifian (2002) propõe chamar de controle do engajamento um novo tipo de controle que surgiu na sociedade disciplinar. O engajamento será abordado no tópico seguinte.

Neste aspecto, vale destacar a concepção de panóptico de Foucault, no sentido do exercício da vigilância do sujeito sobre ele mesmo. Segundo Foucault (1987), o efeito mais importante do panóptico é o de induzir o sujeito a um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder (FOUCAULT, 1987, p. 166).

Para o autor, o panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: ou seja, o vigilante vê a tudo, sem ser visto. Este dispositivo é importante, explica Foucault (1987), pois automatiza e desindividualiza o poder. O panóptico tem seu princípio não tanto numa pessoa quanto numa certa distribuição concentrada dos corpos, das superfícies, das luzes, dos olhares; numa aparelhagem cujos mecanismos internos produzem a relação na qual se encontram os sujeitos. Pouco importa quem exerce o poder. Do mesmo modo, é indiferente o motivo que o anima: a curiosidade de um indiscreto, a malícia de uma criança, o apetite de saber de um filósofo que quer percorrer esse museu da natureza humana, ou a maldade daqueles que tem o prazer em espionar e punir. Quanto mais numerosos esses observadores anônimos e passageiros, tanto mais aumentam para o sujeito o risco de ser surpreendido e a consciência inquieta de ser observado (FOUCAULT, 1987, p. 167).

Foucault (1987) lembra que “quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição” (FOUCAULT, 1987, p. 168).

Já Candiottto (2012) vai apontar que o poder que produz este estado é o poder econômico. Um poder que se vale de espaços arquiteturais organizados de modo a incrementar e facilitar a sensação de vigilância múltipla, detalhada e minuciosa de cada indivíduo que compõe seus interiores. O olho anônimo do poder e sua estruturação arquitetural é que impelem o indivíduo a se autodisciplinar (CANDIOTTO, 2012, p. 20). A vantagem decisiva deste modelo arquitetural, argumenta Candiottto (2012), é a relação fictícia que ele propicia. Para constranger o condenado à boa conduta, o louco à calma, o operário ao trabalho, o aluno à aplicação e o doente à observação das ordens, deixa de ser necessário o uso da violência (CANDIOTTO, 2012, p. 21).

2.3 Os jogos da verdade

Nesse sentido, quando Foucault (2006a) trata do problema das relações entre sujeito e os jogos da verdade, ele explica que houve um deslocamento na forma de abordagem dessas relações: esses jogos da verdade passaram a não mais se referir a uma prática coercitiva (podemos dizer, no período da sociedade disciplinar), mas a uma prática de auto formação do sujeito (sociedade do controle). É o que se poderia chamar de uma prática ascética, dando ao ascetismo um sentido muito geral, ou seja, não o sentido de uma moral da renúncia, mas o de “um exercício de si sobre si mesmo através do qual se procura se elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser” (FOUCAULT, 2006a, p. 265).

Segundo Candiottto (2010), Foucault quis mostrar que tanto os discursos de verdade quanto o que se entende por sujeito são produzidos, constituídos a partir da articulação entre jogos de regras, mecanismos e estratégias de poder pertencentes às nossas práticas sociais e culturais (CANDIOTTO, 2010, p. 17). Tais regras e mecanismos são tidos como produtores de verdade que o sujeito está disposto a aceitar, a recusar, e a mudar em si mesmo e nas suas circunstâncias (p.20).

Candiotto (2010) ressalta que a relação com a verdade está vinculada à produção de discursos e que para Foucault, ao elaborar discursos, o sujeito também esclarece e problematiza o significado de suas práticas, sua maneira de ser em meio ao mundo. Segundo o autor, a verdade, no sentido da constituição de uma verdade de si, é inseparável da problematização das relações de poder entre as práticas sociais. Além de ser efeito do jogo de regras entre os saberes, a verdade do sujeito passa a ser pensada também como efeito de estratégias de poder de uma sociedade (CANDIOTTO, 2010, p. 22).

De acordo com Candiotto (2010) aquilo que se denomina de verdade é estabelecido pelo jogo de regras, pela ordem do discurso que condiciona esses saberes, e não pela ordem das coisas ou das palavras (CANDIOTTO, 2010, p. 28). Porém, não se pode dizer que os jogos de verdade sejam apenas jogos de poder. Candiotto (2010) explica que o problema é saber como regimes de verdade vinculam-se às relações de poder.

Para Foucault (2000) cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2000, p.12).

Foucault (2000) afirma que a “verdade” está centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica quanto para o poder político); a verdade é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); ela é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas ‘ideológicas’) (FOUCAULT, 2000, p.13). Candiotto (2010) lembra que para Foucault, a verdade não está restrita ao âmbito do conhecimento científico, sendo este somente *um* regime de verdade.

De acordo com Candiottto (2010) a perspectiva de que a verdade obriga e constrange no próprio ato de sua enunciação normalmente causa estranhamento ao discurso científico-filosófico. Para esse discurso, o autor explica que o indivíduo não pode agir em virtude de coerção ou obrigação, se quiser ser operador da exteriorização da verdade. A verdade basta a si mesma ao elaborar sua própria lei e seus critérios específicos (CANDIOTTO, 2010, p. 68).

Candiottto (2010) afirma que é pelo critério da “evidência” que a manifestação do verdadeiro e a obrigação a qual o indivíduo se encontra de reconhecê-lo e de situá-lo como verdadeiro “coincidem” exatamente. A evidência constitui a “demonstração” por excelência de que não há necessidade de outro regime de verdade que se agregaria ao verdadeiro (CANDIOTTO, 2010, p. 68).

Reconhecer algo como evidência, explica Candiottto (2010), implica outro processo que não é da ordem lógica da constatação e da dedução da verdade e do erro, mas do *engagement* e da *profession*. Segundo o autor, a perspectiva do genealogista-arqueólogo é que, no fundo, a verdade é ininteligível sem uma obrigação de verdade, sem o *engagement* do indivíduo, sem seu assujeitamento consentido. Para que um regime de verdade seja “aceito” e justificado é preciso que o sujeito tenha uma “qualificação”: que ele se submeta àquele regime de verdade (CANDIOTTO, 2010, p. 68).

Sobre a peculiaridade do ato de confessar (*avouer*) e sua importância na produção de verdade entre práticas coercitivas, Candiottto (2010) aponta que para Foucault, o *aveu* identifica-se com o envolvimento do sujeito no reconhecimento da verdade que confessa. Envolvimento (*engagement*) que prescinde da obrigação de fazer tal ou qual tarefa, mas simplesmente de tratar de ser o que se confessa ser. O autor ressalta que no *aveu*, aquele que fala engaja-se em ser aquilo que diz ser (CANDIOTTO, 2010, p. 71).

2.4 O cuidado de si e a ética do sujeito

Candiottto (2010) apresenta que para Foucault, modificar o modo de ser do sujeito é fundamental para subjetivar discursos reconhecidos como verdadeiros. O autor ressalta que na ética do sujeito os discursos são qualificados de verdadeiros se atuarem como princípios e matrizes de ação de modo a formar no indivíduo a

atitude crítica para enfrentar os acontecimentos da existência (CANDIOTTO, 2010, p. 127).

Foucault (2006a) explica que o cuidado de si é certamente o conhecimento de si, mas é também o conhecimento de um certo número de regras de conduta ou de princípios que são simultaneamente verdades e prescrições. Cuidar de si é se munir dessas verdades: nesse caso a ética se liga ao jogo da verdade (FOUCAULT, 2006a, p. 269).

De acordo com Foucault (2006a) essa verdade, aprendida, memorizada, progressivamente aplicada, torna-se então um quase-sujeito que reina soberanamente no sujeito. Para o autor o problema é aprender através do ensino de um certo número de verdades, de doutrinas, as primeiras constituindo os princípios fundamentais e as outras, regras de conduta. Trata-se de fazer com que esses princípios digam em cada situação e de qualquer forma espontaneamente como os sujeitos devem se conduzir.

Alguns aspectos desse cuidado de si são destacados por Foucault (2009b), como o fato de que o cuidado de si, ou *epiméleia heautou*, é um tornar-se e retornar-se a si mesmo, é um aperfeiçoamento da alma, além de ser um processo contínuo. O homem é o único ser que recebeu o dom de poder fazer uso de si próprio e, portanto, de poder cuidar de si, sendo que o cuidado de si não é restrito aos filósofos; “é um princípio válido para todos, todo o tempo, durante toda a vida” (FOUCAULT, 2009b, p. 53).

A *epiméleia heautou* é uma atitude - para consigo, para com os outros, para com o mundo. É também uma certa forma de atenção, de olhar. Cuidar de si mesmo implica que se converta o olhar, que se o conduza do exterior para si mesmo. O cuidado de si implica uma certa maneira de estar atento ao que se pensa e ao que se passa no pensamento (FOUCAULT, 2006b, p. 14).

Essa conversão do olhar, destaca Candiottto (2010), difere da introspecção do sujeito. Ela está situada no vácuo entre o eu ético (ideal) e o sujeito inacabado (existente). Define-se como um esquema prático: ela implica atos de proteção e de defesa, atitudes de respeito pelo eu, estado de alguém que está em posse do eu porque o domina (CANDIOTTO, 2010, p. 132).

A noção de *epiméleia* não designa simplesmente esta atitude geral ou esta forma de atenção voltada para si. Também designa sempre algumas ações, ações que são exercidas de si para consigo, ações pelas quais nos assumimos, nos

modificamos, nos purificamos, nos transformamos e nos transfiguramos (FOUCAULT, 2006b, p. 15).

Também é importante lembrar que a *epiméleia* não evoca um cuidado geral ou difuso, uma simples preocupação; ela implica um ‘trabalho’, que depende de tempo para o seu desenvolvimento. Além disso, essa atividade “não constitui um exercício da solidão, mas sim uma verdadeira prática social” (FOUCAULT, 2009b, p. 57). É por isso que Foucault afirma que o princípio do cuidado de si, embora pareça, não é egoísta ou mesmo individualista. É uma prática social, pois a aplicação a si mesmo envolvia também aplicar-se aos outros, na relações sociais do dia-a-dia (FOUCAULT, 2009b). Candiottto (2010) corrobora ao ressaltar que esse cuidado não é uma atividade de interiorização, mas relacional. Segundo o autor, não há cuidado de si sem relação com o outro (CANDIOTTO, 2010, p. 130).

Cuidar de si mesmo, portanto, implica em técnicas ou práticas de si, através das quais o cuidado de si acontece, práticas essas que se constituem em formas de fazer, “em tipos e modalidades de experiência” (FOUCAULT, 2009c, p. 44) para conhecer a si mesmo. Pois o que vem a ser o Eu? Aqui, o ‘conhece-te a ti mesmo’ serve como uma porta de entrada para o cuidar de si mesmo, é o que incita o sujeito a refletir mais seriamente sobre o que se é, a pensar refletidamente sobre si mesmo. E o “eu”, então, surge como a alma que instrumentaliza o corpo, que se serve do corpo e das partes do corpo e, por fim, da linguagem. E é tendo em mente essa alma enquanto sujeito da ação que se deve estar atento a si mesmo (FOUCAULT, 2009c). Esse é o cuidado de si na Antiguidade, na era platônica e socrática, quando o autor destaca os dois aspectos diferentes que o cuidado de si assumiu – um como preparação para a vida adulta na cidade (política) e outro como preparação para as diversas fases da vida, notadamente a velhice.

A necessidade de cuidar de si está vinculada ao exercício do poder. Porém, “ocupar-se consigo” está implicado na vontade do indivíduo de exercer o poder político sobre os outros e dela decorre. Não se pode governar os outros, não se pode bem governar os outros, não se pode transformar os próprios privilégios em ação política sobre os outros, em ação racional, se não se está ocupado consigo mesmo. Entre privilégio e ação política, este é, portanto, o ponto de emergência da noção de cuidado de si (FOUCAULT, 2006b, p. 48).

A respeito dessa relação de si consigo mesmo, Foucault (2009c) entende por ética a existência de um espaço de análise, relacionado ao conceito grego de

ethos, ou seja, o modo de ser do sujeito e a relação desse sujeito consigo mesmo. A ética e a moral estão intimamente ligadas para o autor. Foucault (2009c) destaca que pode haver duas formas de se abordar a moral: a primeira como um código, um conjunto prescritivo de regras e ordenações a serem propostas aos indivíduos por meio de instituições. A segunda, é o que ele chama de “moralidade dos comportamentos” (p. 34), significando as formas pelas quais os indivíduos reagem ao código moral que lhe é proposto, seja aceitando-o ou resistindo a ele. Assim, a moral corresponde ao código que pretende regular o comportamento das pessoas enquanto que a relação consigo mesmo corresponde à ética. Essa relação consigo mesmo é, para Foucault (2009c, p. 34), “a maneira pela qual se deve constituir a si mesmo como sujeito moral”, maneira essa que pode se apresentar de diferentes formas, afinal há várias maneiras de se conduzir moralmente objetivando um mesmo fim.

Dessa forma, Foucault (2009c) destaca quatro formas pelas quais podemos analisar as diferentes maneiras de conduzir-se moralmente: a determinação da substância ética, o modo de sujeição, as formas de elaboração do trabalho ético e, por fim, uma teleologia do sujeito moral.

A determinação da substância ética diz respeito ao que o sujeito irá determinar como sendo objeto principal da conduta moral, qual parte de si mesmo será empregada como matéria-prima dessa relação consigo, apesar do código a que ela diz respeito. O autor exemplifica com a questão da fidelidade – código - e das maneiras pelas quais o sujeito se relaciona consigo mesmo tendo a essa fidelidade como referência - substância ética - (FOUCAULT, 2009c). Assim, tendo determinado sua substância ética, é possível identificar o modo de sujeição, ou seja, “o modo como o sujeito deve relacionar-se com a regra a qual se vê obrigado a cumprir e também a forma como deve se reconhecer como ligado a essa obrigação” (FONSECA, 2003, p. 107).

As formas de elaboração do trabalho ético dizem respeito aos atos envidados pelo sujeito a fim de adequar seu comportamento à regra que se deve cumprir. Envolve, mais diretamente, as atitudes do sujeito “para tentar se transformar a si mesmo em sujeito moral de sua própria conduta” (FOUCAULT, 2009c). Retomando o exemplo da fidelidade, a elaboração pode se dar no nível das ações do sujeito a fim de permanecer fiel. Dessa forma, não basta reagir às regras estabelecidas de forma passiva: é necessário que o sujeito faça esse trabalho sobre

si mesmo, de decidir como, quando e onde suas ações serão levadas a termo (FOUCAULT, 2009c).

Por fim, a teleologia do sujeito moral comporta a constituição de si como sujeito moral como um todo. Isso porque, para Foucault (2010), não é apenas em um conjunto de atitudes, tomadas em relação à certo conjunto de regras (ou código moral) que se tem uma ação moral ou a constituição de um sujeito moral. Para o filósofo “não existe ação moral particular que não se refira à unidade de uma conduta moral; nem conduta moral que não implique a constituição de si mesmo como sujeito moral” (FOUCAULT, 2009c, p. 37). A teleologia do sujeito moral comporta o sujeito em constituição no tempo, não mais dependendo de uma atitude específica em relação à um código específico, mas agora como um modo de ser, uma postura de vida que pode ser identificada pelo conjunto de suas ações morais (FOUCAULT, 2009c).

Essa transformação de si acontece, pois postula que a verdade jamais é dada de pleno direito ao sujeito. De acordo com Foucault (2006b) a espiritualidade postula que o sujeito enquanto tal não tem direito, não possui capacidade de ter acesso à verdade. Postula que a verdade jamais é dada ao sujeito por um simples ato de conhecimento, ato que seria fundamentado e legitimado por ser ele o sujeito e por ter tal e qual estrutura de sujeito. Postula a necessidade de que o sujeito se modifique, se transforme, se desloque, tome-se, em certa medida e até certo ponto, outro que não ele mesmo, para ter direito a [o] acesso à verdade. A verdade só é dada ao sujeito a um preço que põe em jogo o ser mesmo do sujeito. Pois, tal como ele é, não é capaz de verdade. Isto acarreta, como consequência, que deste ponto de vista não pode haver verdade sem uma conversão ou sem uma transformação do sujeito (FOUCAULT, 2006b, p. 20).

Partindo destes pressupostos sobre a elaboração do sujeito sobre ele mesmo, na seção seguinte trazemos à discussão o tema do engajamento, pontuando o (os) conceito (s) aceito neste trabalho, bem como uma diferenciação em relação a outros termos organizacionais.

3 O ENGAJAMENTO

De acordo com Schaufeli (2013) o estudo do engajamento profissional tem crescido nos últimos anos em busca de explicações de porque funcionários engajados trabalham mais arduamente e com vigor, estão envolvidos e se dedicam mais às atividades profissionais e se sentem felizes por estarem absorvidos e profundamente concentrados no trabalho.

Segundo Schaufeli (2013) embora o significado de engajamento no trabalho possa parecer claro à primeira vista, um olhar mais próximo na literatura revela a indistinção do conceito. Tal como acontece com muitos outros termos psicológicos, o engajamento de trabalho é fácil de reconhecer na prática, contudo ainda é difícil de definir. O autor afirma que o conceito de engajamento tem sido criticado por sua sobreposição com outras noções pré-existentes, tais como a satisfação no trabalho e comprometimento organizacional (SCHAUFELI, 2013, p. 1).

Apesar das várias definições de engajamento que existem, Bakker e Leiter (2010) defendem o uso de engajamento como um estado psicológico específico, bem definido e devidamente operacionalizado que está aberto à pesquisa empírica e aplicação prática. Para os autores, engajamento no trabalho pode ser considerado como o oposto de *burnout*, sendo caracterizado por um alto nível de vigor ou energia física e uma forte identificação do indivíduo com o trabalho. Essa identificação com o trabalho está relacionada à conexão dos valores individuais com os valores organizacionais.

Schaufeli e Bakker (2010) explicam que tipicamente são usados dois termos sobre engajamento: engajamento do empregado e engajamento no trabalho. Estes autores afirmam preferir usar o segundo termo, pois se refere ao relacionamento do empregado com o seu trabalho, enquanto que o primeiro termo pode incluir também o relacionamento com a organização, dando margem para possíveis confusões com tradicionais conceitos como comprometimento e comportamento no trabalho.

Conforme Schaufeli e Bakker (2010) algumas das conotações de engajamento são: envolvimento, comprometimento, paixão, entusiasmo, absorção, esforço concentrado e energia. No entanto, segundo os autores, não existe acordo entre os profissionais ou estudiosos sobre uma conceitualização particular de engajamento no trabalho.

Segundo Schaufeli (2013), tem-se que o termo engajamento tenha sido utilizado pela primeira vez em relação ao trabalho no ano de 1990 por William Kahn. Com a passagem do século e o surgimento das organizações modernas, emergiu a necessidade não apenas do “corpo” do empregado, mas também da sua “mente e alma”. É então exigido do sujeito o seu envolvimento psicológico no trabalho (SCHAUFELI, 2013, p. 2-3).

De acordo com Kahn (1990) o engajamento é tratado como um construto multidimensional composto pelas dimensões física, cognitiva e emocional. Essas dimensões correspondem ao grau em que um trabalhador emprega sua força corporal, atenção, e energia afetiva em suas atividades. Um alto grau de engajamento é verificado quando um membro organizacional é absorvido fisicamente pelo desempenho de suas atividades de trabalho, quando está disponível ou presente psicologicamente, e quando está com suas emoções positivas ativadas e orientadas às suas tarefas (KAHN, 1990, p. 700).

Kahn (1990) definiu três condições psicológicas que condicionam centralmente o quanto de energia é investida no trabalho: significância, segurança e disponibilidade. De acordo com o autor, o trabalho é visto como significativo quando há um sentido de retorno dos esforços, quando sua experiência na organização o faz sentir-se valorizado. Esse sentido de valorização decorre, em parte, da percepção generalizada de inclusão na rede intra-organizacional. Kahn (1990) pontua precisamente que a percepção de significância do trabalho varia em função das interações sociais no trabalho, pois tais interações fornecem um sentido de pertencimento e apreciação do membro organizacional (KAHN, 1990, p. 703).

A segunda condição psicológica é a segurança. Kahn (1990) explica que esse sentimento é constatado quando o ator organizacional não tem receio ou medo dos colegas ao se expor durante o desempenho de suas atividades. A percepção de que não existirão consequências negativas por parte dos outros possibilita a mais fácil e tranquila alocação de energia do ator focal nas atividades organizacionais. O sentido de estar conectado a um grupo coeso e caracterizado pela familiaridade possibilita as condições para esse tipo de avaliação. De acordo com Kahn (1990) a segurança decorre de relações pessoais que oferecem apoio e que não geram sentimentos de ameaça, pois assim o membro organizacional percebe o contexto de trabalho como um lugar seguro para expressar mais livremente as várias partes de seu *self* (KAHN, 1990, p. 708).

A terceira condição psicológica é a disponibilidade, a qual significa que o membro organizacional sente-se pronto física, cognitiva e emocionalmente para investir suas energias no trabalho. A influência da conexão social intra-organizacional nesse tipo de sentimento também se justifica teoricamente, pois a percepção do ator focal de que seus laços de mais frequente interação tentam fazê-lo sentir-se incluído, contribui no julgamento de que ele terá apoio para poder aplicar mais tranquilamente seus esforços físicos, atenção e emoções de valência positiva no trabalho (KAHN, 1990, p. 714).

Para Shaufeli e Bakker (2010), em vez de um estado emocional momentâneo, engajamento se refere a um estado afetivo-cognitivo mais persistente e penetrante. Segundo Shaufeli e Bakker (2010) engajamento envolve vigor, dedicação e absorção. O vigor é caracterizado por altos níveis de energia e resiliência mental durante o trabalho, boa vontade de investir esforços no trabalho e persistir em face das dificuldades. Dedicação se refere a ser fortemente envolvido em um trabalho, experimentando uma sensação de significância, entusiasmo, orgulho e desafio. Absorção é caracterizada como sendo total concentração e feliz absorção em um trabalho, em que o tempo passa depressa e tem dificuldades com o apartar-se do trabalho. Shaufeli e Bakker (2010) concordam que vigor e dedicação são considerados diretamente opostos de exaustão e cinismo, respectivamente dois sintomas de *burnout*.

Mas, de acordo com Shaufeli e Bakker (2010), uma questão é crucial: como o conceito de engajamento adiciona valor sobre os demais tradicionais conceitos relacionados? Os autores sugerem como o conceito de engajamento sobrepõe outros oito conceitos relacionados. Estes conceitos podem ser distinguidos entre comportamentos (comportamento extra-papel, a iniciativa pessoal), crenças (comprometimento organizacional, envolvimento com o trabalho), ou efeitos (satisfação no trabalho, afetividade positiva), que são considerados protótipos para o engajamento do trabalho, ou referem-se para comparar, estados psicológicos mais complexos (fluxo, *workaholism*⁴). O quadro 1 apresenta cada um dos oito conceitos relacionados de acordo com Shaufeli e Bakker (2010).

⁴ Compulsão excessiva para o trabalho ou vício em trabalho.

Quadro 1. Distinção entre engajamento e outros conceitos

Conceito	Distinção
Comportamento extra-papel	Embora seja comum definir o engajamento em termos de esforço discricionário, "dar tudo de si", ou "andar a segunda milha", isso limita a considerar o engajamento somente em termos de esforço voluntário extra. Em primeiro lugar, os empregados engajados trazem algo diferente para o trabalho (por exemplo, resolução criativa de problemas), e não apenas fazem algo mais (por exemplo, trabalhar mais horas). Em segundo lugar, as fronteiras entre comportamento em papel - o comportamento oficialmente necessário que serve os objetivos da organização - e comportamento extra-papel - comportamento discricionário que vai além do comportamento, também chamado de comportamento de cidadania organizacional - são fracos na melhor das hipóteses. Já que os funcionários engajados podem ou não apresentar um comportamento extra-papel, este não deve ser considerado como um elemento constitutivo de engajamento no trabalho.
Iniciativa pessoal	Iniciativa pessoal compreende o comportamento de auto-partida, proatividade e persistência. Como um tipo específico de comportamento, a iniciativa pessoal vai além do que é normal, óbvio, ou ordinário no trabalho. Em vez de se referir à quantidade de comportamento, a iniciativa pessoal é sobre a qualidade do comportamento no trabalho do empregado. Como tal, está relacionada com o componente comportamental (vigor) do conceito mais abrangente de engajamento no trabalho.
Envolvimento com o trabalho	"O grau em que uma pessoa é identificada psicologicamente com o seu trabalho, ou a importância do trabalho em sua auto-imagem total". Claramente, envolvimento com o trabalho - sendo o oposto de cinismo - está intimamente relacionado com a construção de engajamento, mas não é equivalente a ele.
Comprometimento organizacional	Semelhante ao engajamento com o trabalho, comprometimento organizacional é um estado psicológico de ligação e identificação, mas ao contrário do anterior, é uma força de ligação entre indivíduo e organização. "A força relativa da identificação e envolvimento de um indivíduo com uma organização particular". Em contraste, o trabalho engajado, como definido, é sobre estar envolvido na função do trabalho ou no próprio trabalho. Quando o engajamento é considerado equivalente ao comprometimento organizacional, como em algumas definições que são usadas nos negócios, a própria noção de engajamento é supérflua.
Satisfação no trabalho	"Um estado emocional agradável ou positivo resultante da avaliação do próprio trabalho". Em contraste com o engajamento que se preocupa com o estado de espírito do empregado no trabalho, satisfação no trabalho está preocupada com o efeito a cerca de ou para o trabalho, o que provavelmente tem mais bases cognitivas. Além disso, o engajamento conota ativação (entusiasmo, estado de alerta, excitação, euforia), enquanto que a satisfação conota a saciedade (contentamento, calma, serenidade, relaxamento).
Afetividade positiva	Engajamento no trabalho pode ser considerado um domínio específico do estado psicológico que corresponde com afetividade positiva, sendo um traço disposicional de contexto livre. Marcadores de afeto positivo incluem, entre outros, atenção, alerta, entusiasmo, inspiração, orgulho, determinação, energia e força. Por isso, é de se esperar que alguns empregados sejam disposicionalmente mais propensos a ser engajados no trabalho do que outros.
Fluxo	Fluxo é um estado de experiência ideal que se caracteriza pela atenção focada, mente clara, mente e corpo uníssono, concentração de esforços, controle completo, perda de auto-consciência, distorção de tempo, e prazer intrínseco. Claramente, alguém sendo completamente absorvido em seu trabalho chega perto dessa descrição do fluxo. Ainda, fluxo refere-se em particular, a experiências de curto prazo - "pico" - também fora da esfera do trabalho - enquanto que a absorção se refere a um estado mais generalizado e persistente de espírito. Além disso, o fluxo é um conceito

	mais complexo, que pode também incluir antecedentes específicos tais como retorno imediato (desempenho).
Workaholism	Embora à primeira vista pode haver algumas semelhanças entre <i>workaholics</i> e funcionários engajados, tem-se argumentado em outros lugares que funcionários engajados não têm a compulsão que é típico para viciados em trabalho. Funcionários engajados trabalham duro porque o trabalho é desafiador e divertido, e não porque eles são movidos por um forte impulso interior que não podem resistir. Uma distinção semelhante é feita por Vallerand et al. (2003) que discriminam entre a paixão harmoniosa (semelhante ao engajamento) e paixão obsessiva (semelhante ao <i>workaholism</i>).

Fonte: Shaufeli e Bakker (2010), p. 14-15.

De acordo com Shaufeli e Bakker (2010) embora uma parcial sobreposição seja observada entre engajamento e os conceitos de iniciativa pessoal, envolvimento com o trabalho, afetividade positiva e fluxo, o conceito de engajamento não pode ser reduzido para qualquer um destes. Por isso, os autores defendem que engajamento no trabalho tem adicionado valor sobre e acima destes conceitos relacionados.

Diferentemente, Sonnentag, Dormann e Demerouti (2010) entendem o engajamento no trabalho como sendo um estado formado por experiências transitórias que flutuam dentro dos indivíduos ao longo do tempo. Os autores afirmam que semelhante a definição de Shaufeli e Bakker (2010) envolvendo vigor, dedicação e absorção, muitas outras definições frequentemente deixam em aberto a questão de saber se eles descrevem uma experiência fenomenológica (estado experiencial) ou um conceito hipotético.

Segundo Sonnentag, Dormann e Demerouti (2010), para refletir um estado experiencial, de preferência todas as três facetas de engajamento no trabalho devem estar simultaneamente presente (vigor, dedicação e absorção ao mesmo tempo). No entanto, quando os indivíduos recordam as suas experiências de um prolongado período de tempo no passado (ex. alguns dias), eles poderiam ter alcançado uma alta pontuação em todas as três facetas do engajamento sem nunca tê-las experimentado simultaneamente. Portanto, para Sonnentag, Dormann e Demerouti (2010), se alguém tem como objetivo investigar uma completa experiência fenomenológica de engajamento no trabalho, tem de se concentrar sobre o estado do engajamento no trabalho como uma experiência bastante momentânea e passageira que flutua dentro dos indivíduos por curtos períodos de tempo (de minuto a minuto, de hora a hora, e possivelmente, de dia a dia).

O conceito-chave para pensar o engajamento, segundo Zarifian (2002), é o de modulação. O autor apresenta três formas em que podemos notar como a modulação penetra muito mais fundo na vida social: a modulação da utilização do tempo, do espaço e do engajamento subjetivo (ZARIFIAN, 2002, p. 26). Antes da apresentação de cada modulação discutida por Zarifian, abordaremos como o uso da disciplina em cada um desses aspectos foi pensado por Foucault.

Sobre o controle do tempo, Foucault (1987) argumenta que o tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder. Procura-se também garantir a qualidade do tempo empregado: controle ininterrupto, pressão dos fiscais, anulação de tudo o que possa perturbar e distrair; trata-se de constituir um tempo integralmente útil: a exatidão e a aplicação são, com a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar (FOUCAULT, 1987, p. 129). O poder se articula diretamente sobre o tempo; realiza o controle dele e garante sua utilização (FOUCAULT, 1987, p. 136). A disciplina aqui exposta por Foucault diz respeito ao controle do tempo do sujeito em seu ambiente de trabalho, no sentido de garantir a utilização total e útil da sua força de trabalho dentro do horário pré-estabelecido.

i) Modulação da utilização do tempo: Se "utilizável" significa disponível para uso quase imediato, a interrupção desse uso está igualmente à mão. O trabalho (assalariado) pode então se libertar radicalmente dos horários legais e se tornar modulável, no sentido de uma variação de sua efetividade e intensidade a qualquer momento (ZARIFIAN, 2002, p. 26). Ou seja, o trabalhador pode estar disponível a qualquer momento, a execução do seu trabalho não se limita apenas ao horário estabelecido em contrato com seu empregador. O sujeito engajado irá trabalhar além do horário estabelecido em contrato com seu empregador, sem que este o obrigue ou mesmo solicite.

Quanto à utilização do espaço, Foucault (1987) afirma que a disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço. Para isso, utilizam-se diversas técnicas (FOUCAULT, 1987, p. 121). Sobre o controle espacial, Foucault (1987) sugere que importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimentos, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico (FOUCAULT,

1987, p. 123), ou seja, o controle disciplinar implica o local de trabalho definido e limitado pela organização.

ii) Modulação no espaço: a transportabilidade das ferramentas técnicas de informação e de comunicação e os progressos incessantes nas tecnologias de intercomunicação permitem, evidentemente, alargar o espaço dos locais onde se pode trabalhar: em casa, no trem, no outro extremo do mundo. O uso do espaço torna-se assim modulável (ZARIFIAN, 2002, p. 26). O sujeito engajado não será limitado pelo espaço organizacional, mas estará pronto para exercer sua atividade independente do local de trabalho. Ele poderá levar trabalho para fazer em sua residência, ou num avião durante uma viagem, etc. A modulação no espaço está estritamente relacionada com a modulação no tempo, pois provavelmente quando o sujeito estiver exercendo uma atividade do trabalho fora do espaço organizacional, estará também fora do horário de trabalho.

O controle disciplinar concebido por Foucault envolve uma hierarquia vigilante sobre o sujeito. De acordo com Foucault (1987) o exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver, induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam (FOUCAULT, 1987, p. 143).

A vigilância torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar (FOUCAULT, 1987, p. 147). O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. Graças às técnicas de vigilância, a “física” do poder, o domínio sobre o corpo se efetuam segundo as leis da ótica e da mecânica, segundo um jogo de espaços, de linhas, de telas, de feixes, de graus, e sem recurso, pelo menos em princípio, ao excesso, à força, à violência. Poder que é em aparência ainda menos “corporal” por ser mais sabiamente “físico” (FOUCAULT, 1987, p. 148). O controle na sociedade disciplinar era mantido pela vigilância constante de alguém, existia uma hierarquia por trás dessa vigilância, à qual o sujeito deveria prestar contas.

iii) Modulação do engajamento subjetivo: é o próprio assalariado quem irá acionar sua atividade de trabalho e modular os momentos em que o fará. Mas isso supõe um forte compromisso de sua parte: “ele deve por si mesmo se obrigar a fazê-

lo”. Não há uma hierarquia disciplinar fisicamente localizada por trás dele para lhe dizer o que fazer (ZARIFIAN, 2002, p. 27).

O que é novo não é esse controle em si, explica Zarifian (2002), mas sua junção com as diferentes facetas da modulação. Isso se exprime em uma coisa simples: o assalariado deve prestar contas regularmente dos seus resultados, e os objetivos que lhe são atribuídos podem ser rapidamente reatualizados. “O indivíduo circula “ao ar livre”, mas um feixe o retém e o orienta” (ZARIFIAN, 2002, p. 27).

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Gomes (2012) para trabalhos como este, orientados a partir da perspectiva foucaultiana, torna-se complicada e perigosa a tentativa de encaixá-los em um modelo pré-estruturado de estratégia de pesquisa. Isso porque Michel Foucault, ao longo de sua obra, desenvolveu conceitos e métodos de análise próprios, evidenciados especialmente em *A Ordem do Discurso*. Dessa forma, esta pesquisa tem essa obra, além de *História da Sexualidade 2* (que explicita os principais aspectos da constituição de si), como norteadoras de seus procedimentos metodológicos.

4.1 O Discurso em Foucault

Foucault (2007) supõe que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e remível materialidade.

Segundo Candiottto (2010) o discurso qualificado como verdadeiro é aquele que se impõe sobre outros discursos relegando-os ao terreno do falso e do ilusório, instaurando assim uma ordem. A ordem do discurso, de acordo com Candiottto (2010), é o critério normativo para impor significações, identificar, dizer o que é verdadeiro e o que é falso, o que está certo e o que está errado, o que é delirante e o que é racional, nada mais do que um modo de operar separações (CANDIOTTO, 2010, p. 51).

Sobre os procedimentos de exclusão, Foucault (2007) evidencia três: a interdição; a separação e rejeição; e a oposição do verdadeiro e do falso. Por mais que o discurso seja bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Assim, o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que e pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 2007, p. 9-10). O pesquisador é aquele que pode falar de ciência, e de si mesmo como

cientista. Porém, esse “poder de falar” está vinculado ao seu grau de engajamento com o trabalho, ou como aqui proposto, com a sua produção acadêmica.

O segundo princípio de exclusão é o da separação e rejeição. Para exemplificar Foucault (2007) aborda sobre a oposição entre a razão e a loucura. O autor explica que desde a Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros; pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, etc. Era através de suas palavras que se reconhecia a loucura do louco; elas eram o lugar onde se exercia a separação; mas nunca eram recolhidas nem escutadas. A separação hoje, longe de estar apagada, se exerce de outro modo, segundo linhas distintas, por meio de novas instituições e com efeitos que não são de modo algum os mesmos (FOUCAULT, 2007, p. 10-13).

Sobre o terceiro sistema de exclusão, a oposição do verdadeiro e do falso, Foucault (2007) argumenta que ele pode ser considerado como um tipo de separação que rege a nossa vontade de saber, uma separação historicamente constituída, a separação do discurso verdadeiro e o discurso falso. Segundo Foucault (2007), essa divisão histórica deu sua forma geral à nossa vontade de saber. Para o autor, as grandes mutações científicas podem talvez serem lidas como a aparição de novas formas na vontade de verdade.

De acordo com Foucault (2007) essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia (como o sistema de livros, da edição, das bibliotecas, etc). Mas ela também é reconduzida pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. Essa vontade de verdade, assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção.

Estes são alguns dos procedimentos de controle e delimitação do discurso, dentre muitos outros existentes. Exercem de certo modo do exterior, funcionam como sistemas de exclusão, concernem à parte do discurso que põe em jogo o poder e o desejo.

Mas Foucault (2007) afirma que se pode isolar outro grupo de procedimentos: os procedimentos internos. Isto porque são os discursos mesmo que

exercem seu próprio controle; procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso.

De acordo com Foucault (2007) o comentário como primeiro procedimento interno do discurso, refere-se ao desnível entre o texto primeiro e o texto segundo, desempenhando dois papéis que são solidários: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado (FOUCAULT, 2007, p. 25-26). Outro princípio de rarefação do discurso apresentado por Foucault (2007) trata-se do autor. O autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade de origem de suas significações, como foco de sua coerência. Um jogo de diferenças que é prescrito pela função do autor, tal como a recebe de sua época ou tal como ele, por sua vez, a modifica.

Foucault (2007) apresenta ainda um outro princípio de limitação: as disciplinas. A disciplina é um princípio que permite construir, mas conforme um jogo restrito. Uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos. Tudo isto constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele, sem que seu sentido ou sua validade estejam ligados a quem sucedeu ser seu inventor (FOUCAULT, 2007, p. 30). Em suma, Foucault (2007) afirma que a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras.

Segundo Foucault (2007) existe ainda um terceiro grupo de procedimentos que permitem o controle dos discursos. Este, não se trata de dominar os poderes que eles têm, nem de conjurar os acasos de sua aparição; trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles. Para Foucault (2007) é a rarefação dos sujeitos que falam: ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. É a pertença doutrinária, no que se refere a uma pertença de classe, de status social ou de raça, de nacionalidade ou de interesse, de luta, de revolta, de resistência ou de aceitação. A doutrina se serve de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferencia-los. Realiza uma dupla

sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos aos grupos, ao menos virtual, dos indivíduos que falam.

Foucault (2007) denomina em uma escala muito mais ampla, como a apropriação social dos discursos. Um exemplo dado pelo autor é do sistema de educação que, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Para Foucault (2007) todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.

Tendo evocado esses três grupos de funções, Foucault (2007) afirma que é preciso optar por três decisões se quisermos analisar os discursos em suas condições, seus jogos e seus efeitos: questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante. Para tanto, Foucault (2007) explica que certas exigências de método se implicam para tal análise e define quatro noções que devem servir como reguladoras: (1) a noção de acontecimento, (2) a de série, (3) a de regularidade, e (4) a de condição de possibilidade (FOUCAULT, 2007, p. 54).

1. Princípio de *inversão*: “lá onde, segundo a tradição, cremos reconhecer a fonte dos discursos, o princípio de sua expansão e de sua continuidade, nessas figuras que parecem desempenhar um papel positivo como a do autor, da disciplina, da vontade de verdade, é preciso reconhecer, ao contrário, o jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso” (FOUCAULT, 2007, p.52).
2. Princípio de *descontinuidade*: o fato de haver sistemas de rarefação não quer dizer que por baixo deles e para além deles reine um grande discurso ilimitado, contínuo e silencioso que fosse por eles reprimido e recalcado e que nós tivéssemos por missão descobrir restituindo-lhe, enfim, a palavra (FOUCAULT, 2007, p.52). Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem.
3. Princípio de *especificidade*: “não transformar o discurso em um jogo de significações prévias; não imaginar que o mundo nos apresenta uma face legível que teríamos que decifrar apenas” (FOUCAULT, 2007, p.53). Deve-

se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de regularidade.

4. Princípio da *exterioridade*: não passar do discurso para o seu núcleo interior e escondido, para o âmago de um pensamento ou de uma significação que se manifestariam nele; mas, a partir do próprio discurso, de sua aparição e de sua regularidade, passar às condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras.

Seguindo esses princípios, as análises a que Foucault (2007) se propõe fazer se dispõem segundo dois conjuntos: o conjunto “crítico” e o conjunto “genealógico”. O conjunto crítico põe em prática o princípio da inversão, procura cercar as formas da exclusão, da limitação, da apropriação; procura mostrar como se formaram, para responder a que necessidades, como se modificaram e se deslocaram, que força exerceram efetivamente, em que medidas foram contornadas. Sob este enfoque crítico, as análises poderiam versar sobre as funções de exclusão mencionadas anteriormente (interdição, separação, vontade de verdade). Pode-se analisar também sob os efeitos de um discurso com pretensão científica. Por fim, nessa perspectiva, deve-se ser feita a análise dos procedimentos internos de limitação do discurso (comentário, autor e disciplina). Em suma, a crítica analisa os processos de rarefação, mas também de reagrupamento e de unificação dos discursos.

O conjunto genealógico põe em prática os outros três princípios: como se formaram, através, apesar, ou com o apoio desses sistemas de coerção, séries de discursos; qual foi a norma específica de cada uma e quais foram suas condições de aparição, de crescimento, de variação. De acordo com Foucault (2007), o aspecto genealógico concerne à formação efetiva dos discursos, quer no interior dos limites do controle, quer no exterior, quer, a maior parte das vezes, de um lado e de outro da delimitação. Segundo o autor, a genealogia estuda sua formação ao mesmo tempo dispersa, descontínua e regular (p.65).

Segundo Foucault (2007) toda tarefa crítica, pondo em questão as instâncias do controle, deve analisar ao mesmo tempo as regularidades discursivas através das quais elas se formam; e toda descrição genealógica deve levar em conta os limites que interferem nas formações reais. Para o autor, entre o empreendimento

crítico e o empreendimento genealógico, a diferença não é tanto de objeto ou de domínio, mas sim, de ponto de ataque, de perspectiva e de delimitação.

Foucault (2007) reforça que as descrições críticas e as descrições genealógicas devem alternar-se, apoiar-se umas nas outras e se completarem. De acordo com o autor, a parte crítica da análise liga-se aos sistemas de recobrimento do discurso; procura detectar, destacar esses princípios de ordenamento, de exclusão, de rarefação do discurso. A parte genealógica da análise se detém, em contrapartida, nas séries da formação efetiva do discurso, procura apreendê-lo em seu poder de afirmação, no sentido de constituir domínios de objetos.

Candiotto (2010) ressalta que o discurso em Foucault não é apenas um reflexo neutro em si mesmo, expressão de um estado de coisas já constituído; tampouco é mera reprodução de um sistema preexistente. O discurso é um “campo estratégico” em contínua modificação, espaço de enfrentamento no qual conta a “posição ocupada” por alguém; “arma de poder, de controle, de assujeitamento, de qualificação e de desqualificação [...]”. A ordem do discurso é a articulação dominante de forças que sujeita outros saberes (CANDIOTTO, 2010, p. 51).

4.2 Delimitação da pesquisa

Segundo Foucault (1972), para a análise do espaço discursivo é preciso definir os lugares institucionais onde o indivíduo obtém o seu discurso e “onde este encontra sua origem legítima e seu ponto de aplicação” (p. 66). Assim, considerando que o principal ambiente de exercício da atividade do pesquisador são as instituições públicas de ensino superior, e o local de residência da pesquisadora, optou-se por realizar a presente pesquisa junto aos pesquisadores que compõem o quadro de professores dos programas de doutorado da Universidade Estadual de Maringá.

Por pesquisadores, entendem-se nesta pesquisa, os professores de programas de doutorado da UEM vinculados ou não ao CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) ou a alguma outra instituição de apoio a pesquisas. Nesse sentido, o nível de análise recai sobre o sujeito a ser pesquisado, já que o profissional Pesquisador não atua de forma exclusiva em universidades públicas, mas pode estar presente em diversas áreas da sociedade. Quanto ao recorte temporal, esta pesquisa caracteriza-se por ser do tipo transversal,

pois a coleta de dados primários foi realizada apenas uma vez junto aos participantes.

Foram coletados dados primários e secundários para a presente pesquisa. Segundo Cooper e Schindler (2003), “os dados primários são buscados por sua proximidade com a verdade [...]”, ou seja, é nos dados primários que o pesquisador mais se aproxima do fenômeno que deseja estudar, com o mínimo de interferência possível. O método de coleta de dados adotado foi a entrevista semiestruturada.

Godoi e Mattos (2006) chamam essa modalidade de ‘entrevista baseada em roteiro’, “caracterizada pela preparação desse roteiro e por dar ao entrevistador flexibilidade para ordenar e formular as perguntas durante a entrevista” (p. 304). Assim, ainda que houver perguntas e temas pré-definidos a serem abordados, a utilização da entrevista semiestruturada proporciona ao pesquisador adaptar-se à fala dos entrevistados, acrescentando perguntas conforme a entrevista se desenrola e até mesmo suprimindo aquelas que se revelaram desnecessárias devido ao contexto.

Quanto aos dados secundários, foram observados documentos que, de alguma forma, contribuíam para a compreensão de aspectos ligados, principalmente, à formação e atuação profissional do pesquisador. Tais documentos são apontados conforme segue a análise dos dados.

4.3 Seleção dos entrevistados e coleta de dados

Como afirma Freitas (2011), pesquisadores vão a congressos para discutir – com seus pares e/ou aspirantes a pares – conteúdos temáticos, novos métodos de pesquisa, resultados dos seus trabalhos; porém, geralmente, não são objetos de sua própria pesquisa.

Nesse sentido, este trabalho toma como objeto de análise esse sujeito – o sujeito pesquisador. No âmbito das universidades públicas, este sujeito pode ser visto como aquele que é professor-pesquisador-publicador-orientador e algumas vezes, coordenador-diretor, etc.; dividindo seu tempo e energia para atender aos requisitos de programas, universidades e órgãos aos quais se vinculam.

Segundo os dados do último Censo divulgado pelo CNPq, participaram do censo de 2014, mais de 180 mil pesquisadores, distribuídos em 492 instituições e

35.424 grupos de pesquisa. Destes mais de 180 mil pesquisadores, 116.427 são doutores. No censo de 2014, o número de grupos cresceu 29% em relação a 2010. O número de pesquisadores cresceu 40% no mesmo período e o de doutores 42%. Já a participação percentual de Doutores em relação ao total de Pesquisadores aumentou para 65% neste último censo, conforme o quadro 2.

Quadro 2. Número de instituições, grupos, pesquisadores e pesquisadores doutores

Principais dimensões	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2014
Instituição	224	268	335	403	422	452	492
Grupos	11.760	15.158	19.470	21.024	22.797	27.523	35.424
Pesquisadores (P)	48.781	56.891	77.649	90.320	104.018	128.892	180.262
Pesquisadores doutores (D)	27.662	34.349	47.973	57.586	66.785	81.726	116.427
(D)/(P) em %	57	60	62	64	64	63	65

Fonte: CNPq - Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/censo-atual/>

De acordo com os dados obtidos diretamente na Pró-Reitoria de Recursos Humanos da UEM, o número total de professores vinculados à universidade na ocasião, era de 1.634 professores, sendo que destes, 808 foram identificados como participantes dos programas de pós-graduação. A tabela 1 mostra a distribuição destes professores por categoria.

Tabela 1. Total de professores da UEM

Categoria	Qtde
Professor Auxiliar	98
Professor Assistente	448
Professor Adjunto	624
Professor Associado	405
Professor Titular	59
Total	1634

Os sujeitos convidados a participar desta pesquisa são pesquisadores que fazem parte dos programas de pós-graduação stricto sensu da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Para fins de delimitação e recorte da pesquisa, foram selecionados apenas os programas em nível de doutorado da universidade, sendo selecionados 20 programas dos 23 existentes no momento da coleta de dados.

Dentro desses 20 programas de doutorado, foram identificados 425 professores-pesquisadores, os quais tiveram seus currículos lattes analisados para

fins de seleção da participação na pesquisa. Por se tratar de uma pesquisa sobre o engajamento do professor/ pesquisador com a produção acadêmica, optou-se por selecionar aqueles que visivelmente demonstraram esse engajamento através das suas publicações nos últimos quatro anos. Consideraram-se como produção acadêmica os artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, bem como capítulos e organização de livros.

Feito este levantamento, os professores foram ordenados por volume de produção em ordem decrescente, do maior para o menor. Como inicialmente havia sido proposto no projeto desta pesquisa ser entrevistado entre 10 a 15 pesquisadores, ciente de que alguns possivelmente não poderiam/desejariam participar, foi enviado o convite para participação da pesquisa para os 20 professores com maior volume de publicação. Destes, alguns prontamente responderam positivamente, enquanto outros responderam somente após o envio de um segundo email convite.

Cabe ressaltar que a opção por entrevistar os professores com o maior volume de produção foi apenas por ser a opção mais viável para a identificação dos pesquisadores engajados com a produção acadêmica. Não queremos dizer com isso que os professores com menor volume de produção não são engajados, mas que aqueles que têm um número elevado de publicação, certamente estão engajados com a produção acadêmica.

Assim, foram entrevistados 12 pesquisadores que se dispuseram a participar desta pesquisa, sendo seis homens e seis mulheres. Com o objetivo de preservar a identidade dos participantes, os departamentos aos quais são vinculados não são citados neste trabalho, apenas as áreas de conhecimento de acordo com a classificação do CNPq. A tabela 2 aponta a distribuição dos participantes.

Tabela 2. Participantes por área de conhecimento

Área	Qtde
Ciências Agrárias	7
Ciências da Saúde	3
Ciências Humanas	2
Total de participantes	12

O engajamento destes pesquisadores com a produção acadêmica é percebido através da publicação de artigos e capítulo de livros que os mesmos produziram nos últimos quatro anos. O item “livros” também considera a organização de livros. A tabela 3 traz os números de acordo com a área de conhecimento.

Tabela 3. Produção acadêmica por área de conhecimento

Área	Artigos	Livros	Total
Ciências Agrárias	325	32	357
Ciências da Saúde	263	3	266
Ciências Humanas	64	41	105
Total	652	76	728

A média de publicações por pesquisador com base nestes dados é de 15 artigos/livros por ano, o que está além daquilo que é exigido pela Capes e consequentemente pelos programas de pós-graduação, que é um ou dois produtos por ano. Lembrando que este número exigido leva em consideração o fator de impacto ou indexação do periódico, sendo necessário ser relevante para a área a qual pertence.

Um ponto interessante é que apenas 3 participantes são responsáveis pela publicação de 40% do número de artigos do grupo em questão. O que contrasta é o número de livros ou capítulo de livros que estes mesmos participantes produziram, representando apenas 4% do total. Isso caracteriza um fenômeno da área das ciências da saúde, que ao focar em pesquisas empíricas, cujos resultados e hipóteses têm um curto período de validade, a produção científica é registrada em periódicos e não em livros.

Em contrapartida, os 2 pesquisadores da área de ciências humanas são responsáveis por 54% dos livros/capítulos de livros publicados pelo grupo. Percebe-se que nesta área há um equilíbrio entre o número de publicação de artigos e de livros. Podemos dizer que isso se deve ao fato das pesquisas na área de humanas serem em sua maioria no âmbito teórico, sendo muitas vezes discussões reflexivas e/ou críticas a respeito de teorias e fenômenos sociais.

4.4 Análise dos dados

A análise dos dados foi orientada pela Análise do Discurso (AD), mais especificamente a conhecida como escola francesa da AD. Essa escolha se deve à abordagem norteadora da presente pesquisa: o pensamento de Michel Foucault, que em sua obra trata repetidamente dos discursos, seja de uma sociedade, seja de uma profissão. Orientada pela AD porque apesar de utilizar elementos desta para o tratamento dos dados coletados, todo o processo de análise tanto dos documentos quanto das entrevistas foi construído tendo por base as referências metodológicas abordadas por Foucault ao longo de sua obra.

Pêcheux (1997) aponta que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 1997, p. 161). A formação discursiva é o lugar da constituição do sentido.

Para Pêcheux (1997), a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito: essa identificação, fundadora da unidade do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito (p.163).

De acordo com Souza e Carrieri (2014) o uso da AD direciona o pesquisador para um viés interpretativo e construcionista, pois se parte do pressuposto de que o mundo social é historicamente construído a partir de práticas discursivas que conferem significado simbólico aos elementos das interações humanas. Essas práticas são respaldadas por relações de poder e reprodutoras delas.

Segundo Souza e Carrieri (2014) a Análise do Discurso tem sido considerada uma fonte robusta de elementos metodológicos para respaldar análises qualitativas que busquem evidenciar processos de construção de sentido em dados contextos sociais e organizacionais, que é o objetivo da presente pesquisa. “A linguagem, ao representar a realidade social, reproduz determinadas formas de significação desta, bem como determinadas vozes e pontos de vista que predominaram ao longo do tempo. A linguagem refrata a realidade, sendo uma arena de luta entre diferentes vozes” (SOUZA E CARRIERI, 2014, p. 16).

Souza e Carrieri (2014) ressaltam que “o foco da análise recai sobre como a linguagem constrói os fenômenos sociais, e não como ela os revela” (p. 17). Segundo o autor, a Análise do Discurso toma os textos como objeto. A análise vai além dos significados de seu conteúdo, expandindo-se para suas inter-relações com outros textos e com outros discursos e para a forma como estes são disseminados, produzidos, recepcionados e consumidos.

De acordo com Souza e Carrieri (2014) “o discurso deve ser analisado de forma socialmente contextualizado, pois um indivíduo jamais constitui um discurso sozinho, mas, sim, em constante interação com outros discursos” (p. 19). A Análise do Discurso tem um sentido dialógico. Este sempre seria construído a partir da voz dos outros: dos interlocutores do passado, cuja influência se reflete na constituição do gênero discursivo atual, e também dos interlocutores presentes, que influenciam antecipadamente os argumentos persuasivos do discurso dirigido a eles.

A influência foucaultiana nos estudos de análise discursiva é percebida mais a partir dos anos 80, por meio da inclusão do “conceito de formação discursiva, na discussão das relações entre os saberes e os (micro) poderes, na preocupação com a questão da leitura, da interpretação, da memória discursiva” (GREGOLIN, 2003, p. 8). Na verdade, nos dias atuais (e desde os anos 80) não se fala mais em escola francesa da AD e sim em tendências francesas em análise do discurso, destacando-se, nesse sentido, a “reflexão sobre os modos de inscrição do Sujeito em seu discurso” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2008, p. 202), especialmente por conta da referida influência do pensamento de Foucault.

Assim, para analisar a constituição de si do sujeito-pesquisador, utilizou-se, neste trabalho, as quatro formas elencadas por Foucault (2009c) pelas quais se pode analisar as diferentes maneiras de conduzir-se do sujeito: a determinação da substância ética, o modo de sujeição, as formas de elaboração do trabalho ético e a teleologia do sujeito.

Aplicar esses quatro aspectos foucaultianos da análise do sujeito moral para uma análise do sujeito-pesquisador traduz-se num constante desafio ao pesquisador, que precisa reelaborar sua própria percepção dos escritos do autor a fim de construir essa aproximação de forma que permaneça alinhada ao que Foucault apresenta, mas que, ao mesmo tempo, possa emergir como uma nova leitura do seu pensamento. Assim, essa aproximação foi construída conforme se descreve nos itens a seguir:

1. Para a determinação da substância ética do sujeito é preciso que ele tenha um código, um conjunto de regras, como referência. No caso do sujeito-pesquisador, o objetivo foi identificar qual código o sujeito tem como referência e, a partir disso, identificar as suas práticas em relação a esse código, não só práticas efetivadas em termos de ações como também os seus aspectos abstratos;

2. Em relação ao modo de sujeição, tem-se por objetivo identificar as maneiras pelas quais o sujeito- pesquisador se relaciona com as regras identificadas bem como as maneiras pelas quais ele se reconhece como ligado a elas e na obrigação de pô-las em prática;

3. Quanto às formas de elaboração do trabalho ético, estas estão relacionadas às maneiras pelas quais o sujeito- pesquisador atua sobre si mesmo, às formas pelas quais ele adéqua o seu comportamento às regras identificadas, ou seja, às suas práticas de si;

4. Por fim, a teleologia do sujeito diz respeito a que tipo de sujeito se quer tornar ao adotarem-se certas práticas de si. Para a presente pesquisa, o objetivo foi analisar que tipo de pesquisador os sujeitos entrevistados pretendem se tornar tendo por base o que se identificou até este ponto.

Pode-se dizer que ao chegar neste momento da pesquisa, há que se resgatar tudo o que já foi analisado até o momento, pois é neste momento em que se poderão traçar os principais aspectos da constituição do sujeito- pesquisador.

De acordo com Orlandi (2012) o corpus da pesquisa constitui a base da análise do discurso e, portanto, é por onde ela se inicia, sendo que ele engloba todo o material a ser analisado pelo pesquisador, sejam dados primários ou secundários. A sua delimitação não segue, normalmente, critérios empíricos, mas sim os critérios teóricos que irão orientar a análise. O corpus não é, também, extensivo, ou seja, não abrange tudo o que há sobre o objeto de pesquisa. Ele busca cobrir de forma representativa o que se pretende estudar sem que seja sua obrigação, entretanto, cobrir todo esse campo.

Segundo Orlandi (2012) a representatividade do corpus não é critério obrigatório tendo em vista que sua delimitação é marcada pela subjetividade do pesquisador. Nesse sentido, o desafio está em ser o menos subjetivo possível, o que pretendeu-se alcançar na presente pesquisa. Estabelecer esse corpus não é uma atividade que deva ser realizada a priori, nem deve ser “construído a partir dos saberes do analista”. É importante que haja um acontecimento discursivo que oriente

a trajetória do pesquisador ao longo de sua análise e assim, enquanto a análise não for concluída, a definição do corpus também não estará.

Dessa forma, o corpus desta pesquisa é compreendido pela transcrição das entrevistas que foram realizadas, bem como pelos documentos que foram levantados ao longo da análise. As quatro formas elencadas por Foucault aqui apresentadas, serviram como meta categorias de análise, servindo de base para a organização do corpus da pesquisa. Essas quatro categorias são, no computo geral do trabalho, não mais que ferramentas analíticas para podermos cumprir o objetivo maior do trabalho que é entender o engajamento.

Segundo Fernandes (2008) os recortes ou fragmentos discursivos são trechos, destacados do corpus da pesquisa, que irão fundamentar a análise do discurso. Esses destaques foram realizados pela pesquisadora tendo sempre no horizonte a teoria que a orientou e, por isso mesmo, não foram tomados como independentes do corpus como um todo, pois estão sempre inter-relacionados. Assim, a partir dos aspectos metodológicos elencados neste capítulo, realizou-se a análise dos dados, a qual é apresentada na próxima seção.

5 O ENGAJAMENTO E A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO PESQUISADOR

5.1 Sobre o sujeito da pesquisa

Em linhas gerais, os participantes desta pesquisa possuem carreira consolidada na docência, bem como na pesquisa. A maioria dos participantes já está no exercício da atividade há mais de vinte anos e alguns já estão próximos da aposentadoria. Metade dos entrevistados afirmaram ter participado do processo de implantação dos programas de pós-graduação ao qual pertencem. Além disso, ser bolsista produtividade do CNPq ou de algum outro órgão de fomento à pesquisa é uma característica comum entre os participantes.

Sobre as influências importantes para a escolha da carreira acadêmica, bem como as áreas de atuação, se destaca o papel de professores, orientadores ou escolas com os quais tiveram contato. Conforme a fala do pesquisador 02, a competência de professores no exercício das suas atividades foi fundamental para a decisão dele pela área de atuação:

[...] Durante o segundo grau, durante o ensino médio [...] e lá tinha um professor muito bem fundamentado e tal, que era da rede pública muito bem fundamentado. E, além disso, eu tive bons professores de matemática e física [...] (P02).

Além da competência, o senso de um propósito ou ideal no exercício da atividade, também faz a diferença na formação de pesquisadores. Conforme as falas de P05 e P07, o gosto pela pesquisa e a paixão no desenvolvimento da atividade tem um impacto positivo nos alunos.

[...] Mas tiveram pessoas assim que foram fundamentais. Diria pra você que um deles foi o Marcílio. Marcílio foi pró-reitor aqui de extensão, é uma pessoa extremamente envolvida com a pesquisa. Pessoas como ele, que não só envolvidas, mas pessoas idealistas. Pessoas que arriscam, que não suportam a mediocridade, aquela coisa de todo dia... não que a rotina seja medíocre, mas as vezes, algumas rotinas se tornam medíocres né. Porque na realidade a gente tem que ter rotina né, principalmente quem faz pesquisa, mas é uma rotina diferente (P05).

[...] a influencia do orientador é muito forte, especialmente se você tem um orientador que ele tem uma ação destacada. E eu acredito assim que o meu orientador, principalmente o orientador do doutorado, ele é uma pessoa assim que me passou esse interesse,

esse gosto pela pesquisa, você percebe isso na pessoa. Existe algumas pessoas que trabalham, que fazem um trabalho correto, mas elas não demonstram essa paixão. Então o orientador que tenha essa paixão pela ciência, que tenha paixão pela pesquisa, ele automaticamente repassa isso pros alunos dele e isso é uma coisa que se leva ao longo da vida (P07).

O papel da instituição de ensino como um todo também aparece como um fator de influência para a escolha da carreira acadêmica dos pesquisadores. Segundo o depoente P03, escolas que têm por tradição formar docentes e pesquisadores, mais do que técnicos para o mercado de trabalho, possuem uma influência especial no aluno que passa por ela.

[...] É lógico que ela não forma só isso, mas assim, desde muito cedo na graduação se houve a conversa de aluno de mestrado, aluno de doutorado, projeto de pesquisa, Pibic, projeto, trabalho... essa conversa tá presente no seu dia a dia né. Então muita gente que forma lá acaba sendo influenciado pra esse tipo de formação né (P03).

Mas não são somente as influências externas que orientam a formação do pesquisador. Coisas do tipo vocação e paixão parecem ser essenciais para o destaque na carreira. O pensar no bem comum, no retorno para a sociedade através das suas pesquisas, incentivam a continuidade no empenho das suas atividades, além da possibilidade de conduzir a formação do pensamento de gerações futuras através do conhecimento:

[...] Ah, a carreira acadêmica foi vocação né. A gente é... se pudesse refazer talvez mil vezes, eu fazia mil vezes cada passo da minha profissão. Então eu tenho uma paixão muito grande pela docência (P02).

[...] Só pode dizer que faz pesquisa, aquele que pensa no bem comum. [...] Pode ser utopia, os meus colegas todos dizem isto. Mas eu vivo muito bem pensando nisso como uma utopia, não é? (P06)

[...] E pesquisador pra mim, não pode pensar em exigência de publicação. É uma exigência que a gente vive? É uma exigência! Mas você tem que achar um meio termo, uma coisa que você goste de fazer. Pesquisador bom tem que gostar de fazer, você entendeu?! (P11)

[...] Mas para mim o magistério é uma coisa fantástica. Porque a gente pode mexer com a cabeça do outro, a gente pode conduzir o outro. Não no sentido de dominação, mas no sentido de encaminhar

para um certo principio de liberdade que o conhecimento, do meu ponto de vista, só o conhecimento produz né (P06).

Quando P06 fala dessa possibilidade de conduzir o outro, retomamos aquilo que Foucault (2009a) afirma sobre a conduta em todas as relações. A conduta é ao mesmo tempo o ato de "conduzir" os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício do poder consiste em "conduzir condutas" e em ordenar a probabilidade (FOUCAULT, 2009a, p. 243).

Assim, os professores-pesquisadores exercem em todos os níveis, seja para com os alunos ou orientandos, seja para com os seus pares, relações de saber e de poder que vão formando os discursos dentro desse campo acadêmico-científico. Discursos estes que através das relações de poder tornam-se hegemônicos ou não, conduzindo as práticas e a constituição dos sujeitos. Alguns destes discursos são visíveis nas falas dos pesquisadores e merecem ser aqui apontados.

Um dos discursos, por exemplo, existentes no meio científico, é o da superioridade das ciências exatas ou biológicas, consideradas *hard*, em relação às ciências humanas. A fala de P06 corrobora a existência desse discurso ao mesmo tempo em que tenta combater esse aspecto ideológico, apontando qual seria a contribuição das ciências humanas:

[...] E a área de ciências humanas, do meu ponto de vista, há um certo equívoco de pensar que a gente não dá resultado pra sociedade. Nós damos muito resultado pra sociedade. Porque nós mexemos exatamente com a cabeça, com a visão de mundo que pode ou não ser produzido socialmente (P06).

Outro discurso hegemônico que envolve as instituições de ensino superior no país, é o da falta de investimento ou incentivo para a pesquisa nas instituições privadas. Como afirma P05 ao falar sobre o início da sua carreira, o que a fez procurar ingressar na rede pública de ensino superior:

[...] eu me destaquei um pouco e eu comecei a pensar em seguir a carreira. Mas dentro de uma universidade privada isso é quase impossível (P05).

E quando se fala em ingressar na rede pública, vêm à mente os concursos e procedimentos necessários. O professor-pesquisador que sonha em ter uma carreira consolidada e apoio para isso, vê nas universidades públicas a mais garantida alternativa para tal. Porém, um outro discurso predomina na área: o do ingresso e concessão de bolsas não por mérito e resultados das provas, mas sim pelas relações de amizade e poder dos sujeitos envolvidos.

[...] A gente sabe muito bem que existe uma ideia que tudo funciona a base da meritocracia. Que é mentira, pura mentira! Isso aí não é assim. [...] é tudo na base de quem é amigo de quem. Você vai prestar, “ah eu quero uma bolsa”, “ó fulano aqui publicou”, já que é a métrica, “publicou 20 artigos A1, e esse outro aqui não publicou nada, ah mas esse aqui é do meu grupo”. Dane-se o outro. A gente sabe que é assim, todo mundo sabe, isso não é segredo nenhum. Relação de poder é total. Desde as coisas mais simples né. Nós estamos falando aí das agências, concurso público, a gente sabe que 90% dos concursos públicos por aí é furada. É tudo amigo de amigo, parente, mulher de não sei quem, e as relações de poder estão presentes né (P09).

[...] Passei inclusive em segundo lugar, mas não me chamaram naquela vez. Daí no outro ano eu fui fazer de novo e daí eu descobri que tinham chamado pra ficar como colaboradora a pessoa que tinha passado em quarto lugar. Daí eu fiquei muito brava inclusive e falei: mas como? (P01)

[...] Fiz o concurso, passei, na verdade eu passei em primeiro lugar, mas a banca me deixou pra segundo, porque a primeira candidata era amiga de uma das bancas. Então houve essa, essa coisa “ética” né?! Que eu fiquei sabendo depois que eu entrei, porque uma outra pessoa da banca falou pra mim (P04).

Mas, segundo os depoentes, a falta de ética não está presente apenas nos processos de entrada e concessão de bolsas, alguns pesquisadores acabam usando de estratégias nada éticas para conseguirem cumprir requisitos ou melhorar seus currículos. Uma das práticas existentes é a “repaginada” de um trabalho já publicado para conseguir nova publicação em outro periódico ou revista.

[...] Ah, uma coisa que eu acho séria também, sabe assim, é, não ficar fazendo o mesmo trabalho, que a gente vê isso. Muda o nome, muda umas coisinhas e publica outra vez em revistinha que né... e hoje no mundo Janine, tem muita revista que não vale nada diga-se de passagem né. Indiana, coreana, sei lá, paquistanesa, tal e eles estão aceitando qualquer coisa. Então a pessoa pega um trabalho que já foi publicado lá... isso é falta de ética total (P05).

Essa busca por emplacar cada vez mais publicações pode ser atribuída ao fato de o discurso hegemônico referente às publicações ter mudado. Como afirma P08, há determinado tempo, no início da década de 80, para ser considerado reconhecido como um bom pesquisador, o professor tinha que publicar um número bem inferior ao dos dias atuais:

[...] Essa história de número de publicações, isso mudou muito. Quando eu voltei do meu doutorado, o sujeito que publicava dois artigos por ano era o tal, hoje quem publica dez não é o tal, na minha área. Infelizmente ou felizmente, não sei. É que o ritmo mudou muito. O estilo mudou muito. Eu até que consegui acompanhar né... (P08).

O discurso predominante hoje no meio acadêmico-científico é de que pesquisador bom é aquele que tem um volume considerável de publicações, número significativo de orientações, participações em eventos, projetos de pesquisa financiados, etc. Prestígio e reconhecimento são o mínimo que se pode almejar, seja da comunidade científica ou apenas dos seus alunos. Como apontado por P08 na fala anterior, mesmo que estranhe a mudança da exigência em relação à produção, ele se gloria, se alegra, pois conseguiu acompanhar a mudança.

Como coloca P11 numa das entrevistas mais sinceras e envolventes, ao falar do prêmio recebido pela tese da sua aluna, admitindo a vaidade que existe e também da sugestão de uma colega sobre a divulgação de tal feito:

[...] Minha aluna ganhou um prêmio de melhor tese da Capes. Agora nós vamos pra Brasília. Você não sabe a alegria que eu sinto, a emoção que eu sinto pelo aluno e por eu ser a orientadora. É uma tremenda vaidade. O ser humano é assim entendeu. E isso me deixa muito contente (P11).

[...] Uma professora falou assim: “Coloca na sua porta que você ganhou o prêmio Capes”. Eu falei: “Imagina! que vergonha! Não vou fazer isso jamais, é autopromoção. Nada disso” (P11).

Essa vaidade, esse status, esse reconhecimento, tudo isso são desejos muito velados entre os pesquisadores. Ninguém admite, muitos consideram arrogante ou até mesmo ridículo a divulgação de aceites de publicação ou prêmios nas portas de suas salas, mas sabemos que existe o desejo de que os seus pares saibam do seu sucesso. E assim nessas relações, um conduz o outro na maneira de

se transformar, de se relacionar com as regras do campo e de se constituírem como sujeitos pesquisadores.

A seguir, os resultados desta pesquisa são apresentados de acordo com as quatro formas destacadas por Foucault (2009c) pelas quais podemos analisar as diferentes maneiras de conduzir-se moralmente: a determinação da substância ética, o modo de sujeição, as formas de elaboração do trabalho ético e, por fim, uma teleologia do sujeito moral.

5.2 Categorias de análise

5.2.1 Substância ética

A determinação da substância ética diz respeito ao que o sujeito irá determinar como sendo objeto principal da conduta moral, qual parte de si mesmo será empregada como matéria-prima dessa relação consigo, apesar do código a que ela diz respeito (FOUCAULT, 2009c).

Nesta pesquisa, cujo propósito é entender o sentido do engajamento do pesquisador na produção acadêmica, presumimos que a principal substância ética a ser tratada aqui é a que rege o sistema de publicação, que envolve o sistema de avaliação da Capes (que, por sua vez, tem impactos no CNPq e nos programas de pós-graduação, bem como nas regras e exigências de periódicos e revistas).

O conceito de publicação de um trabalho científico, no sentido de tornar acessível ao público, cada vez mais se confunde com o conceito de disponibilizá-lo na grande rede (XAVIER E GODOI, 2010). Como se percebe na fala de P12, para ele essa noção é muito clara, quase que automática, não existe opção, quem não publica é um prejuízo para a sociedade:

[...] Veja bem, a publicação acadêmica, ela **é uma decorrência do trabalho que você faz**. Porque não existe como trabalhar no laboratório ou no campo e essa informação ficar armazenada num relatório ou numa dissertação, numa tese. Isso não significa que alguém vai ler isso aí, ninguém lê isso aí, nem relatórios, nem dissertações e nem teses. O que as pessoas leem, são artigos científicos, ou publicações que você faz em jornais, revistas, etc e tal. Então não existe opção, **se você não publica, você é um prejuízo pra sociedade**. Pra mim a noção é clara. Você tá armazenando uma

informação que foi paga publicamente... Então **publicação é uma decorrência natural de você trabalhar em ciências**. Se você não publicar, é puro egoísmo, porque você tá guardando uma informação que é de direito público, não tem como ser diferente (P12).

Quando P12 afirma que a publicação é uma decorrência do trabalho que a pessoa faz, está afirmando que o trabalho do pesquisador somente pode ser medido por suas publicações. Ou seja, se publica muito, subentende-se que o pesquisador está trabalhando muito, e da mesma maneira pode-se dizer o contrário. Esse discurso certamente será repassado adiante por aqueles que possuem uma posição confortável quanto à publicação, enquanto que provavelmente será combatido por aqueles que possuem um número inferior de produções por ano.

Contudo para outros pesquisadores, essa noção em relação à regra não é tão automática, ela toma maiores proporções abrangendo instituições, programas e pessoas, como afirma P05:

[...] o fato de você estar engajada num programa de pós-graduação, você fazer parte de um programa de pós-graduação, você tem um engajamento com o programa, com a universidade, com alunos, que isso é importante (P05).

O fato de fazer parte de um programa de pós-graduação traz ao pesquisador parâmetros específicos de avaliação da sua produção. Regido pela Capes, o sistema de avaliação requer do pesquisador uma produção de dois ou três produtos para que o programa seja mantido, como corrobora P03:

[...] Por exemplo, o que o nosso programa espera que a gente produza, são 2 artigos bons por ano, 2 artigos publicados numa boa revista por ano. Essa é a expectativa que o programa tem da gente. Então assim, [...] eu acho que é justo, que o programa me dê algum suporte e que eu pague é, com duas publicações por ano. **Agora, na verdade número de publicações por ano ele reflete quanto de trabalho você tá fazendo né** (P03).

Semelhante a P12, P03 concorda com a ideia de que o número de publicações reflete a quantidade de trabalho de um pesquisador, tendo como uma retribuição mínima as duas publicações para o programa que forneceu o apoio para o desenvolvimento da pesquisa. Ratificando a importância da publicação para o programa, P04 afirma que:

[...] a publicação é necessária para o programa. Um programa não se sustenta sem publicação. Se eu não tiver publicação o programa fecha. Então eu sempre falo para os meus alunos: vamos tentar pelo menos publicar um artigo, se cada um dos meus dezoito orientandos, porque eu tenho dois programas de mestrado e doutorado [...] É, se cada um publicar um artigo por ano, eu tenho dezoito artigos publicados né. Mas é aquilo que eu te falei, nem todos conseguem publicar em revista boa, em periódico bom, e nem todos também conseguem publicar. Então eu falo, nós temos que ter pelo menos uns três no ano pra que o programa não feche, de boa qualidade né, então é isso que eu acho, que eu falo pros meus alunos (P04).

As métricas utilizadas para a avaliação pela Capes (apresentas na introdução deste trabalho) são corroboradas por P09 e P06, que inclusive afirma ter participado da última avaliação trienal da Capes:

[...] O que a Capes exige em linhas gerais, é coisa que uma pessoa que de fato está trabalhando não tem dificuldade de fazer. É um ou dois artigos por ano. Não lembro mais agora. Olha, pelo amor de Deus, se a pessoa não consegue... Você está numa universidade pública, você tem o privilégio de dar relativamente poucas aulas, se você não consegue produzir um artigo por ano, poxa, então é sinal de que o dinheiro público está sendo muito mal empregado, pelo amor de Deus! Aí as pessoas começam com o discurso, tudo bem, nem todo mundo tem facilidade como eu tenho, concordo; mas as pessoas começam com o discurso de que estão desmaiando pelos cantos, eu acho um pouquinho de exagero, não é bem por aí (P09).

[...] o que a Capes exige está dentro da normalidade: que são os dois produtos no ano. Sendo um produto da tua pesquisa e um outro produto de co-orientação, para os professores que estão em nível de doutorado. Eu estou dizendo, porque eu fui coordenadora de programa de pós-graduação. E na última avaliação trienal eu participei na avaliação da Capes. É, portanto e se você está só no mestrado, trabalha no mestrado, você pode ter um produto por ano. Então, do meu ponto de vista, produto é ou artigo ou capítulo né, do meu ponto de vista, se você tem dedicação exclusiva, se você recebe um adicional no salário para fazer pesquisa, que é o seu TID, isso é o mínimo, entendeu?! Ninguém é exaurido porque publica um artigo por ano, se está só no mestrado, ou publica-se dois artigos porque está no mestrado e doutorado. Então, eu não entendo como algo absolutamente desgastante, se você tem TID pra isso, se você tem bolsa pra isso, se você tem redução de carga horária pra isso entendeu?! Eu entendo como um compromisso moral (P06).

Atrejada ao sistema de avaliação da Capes está a classificação da produção intelectual, ou Qualis. De acordo com a Capes, Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados para estratificação da qualidade da produção intelectual

dos programas de pós-graduação. A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero.

Assim, não basta disponibilizar o trabalho na rede, para ser bem avaliado o produto tem que fazer parte de um periódico de Qualis mais relevante. Os trechos a seguir, confirmam a postura dos pesquisadores quanto à tentativa de enquadrarem seus artigos nesses periódicos.

[...] Aluno de iniciação científica publica em B3, B4, B5, não tem problema, ele pode publicar, é um inicio né, ele tá dando os primeiros passos. Mas os outros eu falo sempre pra eles, olhem longe, pensem em A1, mandamos agora um pra A1, não sei, não veio a resposta. Daqui a pouco vem, não serve, bom vamos ler o que eles escreveram, vamos ver se faz sentido, e lógico, o cara que lê é um expertise. Aí eu aproveito e mando pra outra A1, negou, mando pra uma A2... entendeu?! Meu sarrafo é lá em cima... (risos) depois é que ele desce. Mas a minha ideia é assim, a gente tem que publicar (P05).

[...] Olha, o primeiro critério geralmente é a visibilidade né, a qualidade e aonde o seu trabalho se encaixa, é o escopo da revista. Então por exemplo, se tem lá cinco revistas que o meu trabalho coincide com o escopo da revista, eu geralmente procuro a melhor revista, a revista que tem o maior fator de impacto ou onde as pessoas da comunidade leem né (P02).

[...] não é produção em série, entendeu?! É a qualidade! Eu tive um aluno que defendeu esse ano que ele fez um artigo, um só, excelente, foi publicado numa revista internacional A1, com fator de impacto 3.57, ótimo! É melhor esse um do que cinco porcarias. Eu falo pra ele: não adianta você retalhar, retalhar, retalhar e na hora que você ter que espremer não sai, então, não tenho quantidade, o que publicar tá ótimo (P04).

Mas não é somente para a pontuação na avaliação que importa publicar em periódico de Qualis relevante ou de alto fator de impacto. Para conseguir novos financiamentos e apoio para futuras pesquisas, o pesquisador também precisa ser citado, conforme as falas de P08 e P02:

[...] Você tem que publicar nos periódicos que você acha que tem mais chances de ser lido. Porque se você não é lido você também não é citado, e se você não é citado, você não existe. A ciência tem seu lado cruel também. Você não pode passar despercebido; se você passar despercebido você não consegue dinheiro para o

próximo projeto. Você tem que publicar e ser lido e ser citado. Não basta publicar (P08).

[...] Eu procuro realmente por fator de impacto, se o fator de impacto for bom eu prefiro, porque aí você tem uma visibilidade maior e tem possibilidade de citações. Então o número de citações é muito importante. Não é importante assim diretamente pra Capes né, mas pra obtenção de recursos, de visibilidade internacional ela é fundamental (P02).

Porém, o mesmo periódico, ao ser classificado em duas ou mais áreas distintas, pode receber diferentes avaliações. Segundo a Capes⁵, isto não constitui inconsistência, mas expressa o valor atribuído, em cada área, à pertinência do conteúdo veiculado. Isso se reflete na fala de P01 que participava de dois programas de pós-graduação, mas devido a sua publicação se concentrar principalmente em periódicos relevantes apenas para um dos programas, estava sendo retirada do quadro de professores do outro programa.

[...] Eu sou (profissão de formação), então eu publico, eu consigo publicações na minha área. Agora, por exemplo, eu estou sendo retirada, não porque eu quero né, do programa (nome do programa), porque eu não consigo cumprir as metas de lá. Embora tenha tido 40 artigos publicados com os alunos da minha área. Lá no outro programa eu não consigo fazer com que os alunos encaminhem nenhum artigo pra uma publicação. Então eu não tenho publicação com os alunos de lá e eu oriento bastante lá também. E quando tenho, eles não conseguem publicar nas revistas que para o programa é importante. Então por exemplo, o Qualis das revistas. A revista na minha área que pra nós é a top, ela é uma A1, para o outro programa ela é B3, então realmente é muito grande a diferença (P01)⁶.

Situações como essa, confirmam a existência das relações de saber e de poder que constituem o meio acadêmico-científico. A estrutura do campo científico se define, a cada momento, pelo estado das relações de força entre os protagonistas em luta, agentes ou instituições. “A ciência, por mais pura que seja, é o produto de seres humanos engajados na fascinante aventura de viver suas vidas pessoais” (Frederick Perls, et al. *Gestalt Therapy apud* ALVES, 2012, p. 187). No

⁵ Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>. Acessado em 08/04/2016.

⁶ Neste trecho foram feitas adaptações para preservar a identidade do (a) pesquisador (a), bem como dos programas.

caso de P11, a pressão sofrida não veio de fora, mas partiu do seu próprio departamento:

[...] a cobrança gerou dentro do meu grupo. Meu grupo é muito produtivo, então dentro desse grupo que é muito produtivo e muito ligado à pesquisa, ou eu me inseria nele ou eu me sentiria sempre às margens, marginalizada entendeu? Tá dentro do meu grupo. Não é dentro da universidade, a universidade me cobra X, mas o meu grupo me cobra X mais mil. É o grupo, é a característica desse grupo. Outros departamentos, se eu estivesse em outro departamento, talvez eu estaria no paraíso desde o começo, porque a pressão do grupo é diferente. É a pressão do grupo. É muito claro isso. Se você pegar um departamento que é muito voltado à pesquisa, ou você se insere naquele grupo ou você vai ficar as margens (P11).

Para P11 o início da sua carreira como pesquisadora foi sofrido, pois se sentia às margens do grupo de pesquisadores do seu departamento. Como revela no trecho a seguir, houve momentos em que duvidou da possibilidade de seguir em frente ou de continuar na mesma universidade:

[...] Quando eu estava na parte de baixo, digamos assim, eu odiava o que eu fazia. Eu me sentia pressionada, eu me sentia humilhada, eu me sentia terrível. Eu tinha vontade de largar a profissão porque eu não aceitava o fato de ser somente uma boa professora. Eu fui homenageada, não estou querendo me gabar com você tá?! E eu mesmo que eu esteja numa situação diferente hoje, eu não esqueço o que eu passei. Então de 2002 a 2007, eu me sentia muito mal, eu me sentia pressionada a ponto de querer largar a profissão. Eu cheguei a fazer outro concurso fora daqui, em Aracajú, porque lá a universidade não cobrava tanto, era uma universidade que estava começando, não cobrava tanto do professor em matéria de publicação e etc. como eles me cobravam aqui. A pressão era muito grande. Então eu queria desistir. Então eu fui lá, eu fiz o concurso, passei, mas eu não tive coragem de ir por causa da família. Era horrível, era horrível. Mas eu sentia que tinha que tomar uma decisão: ou eu me encaixava ou eu desistia mesmo. Mas eu tinha um apoio, porque eu sei que eu sou uma boa professora sabe. Posso não ser a melhor, mas eu me dedicava e isso vinha em retribuição quando os alunos me convidavam pra ser nome de turma, pra ser homenageada, pra ser paraninfo, entendeu. Então eu via que eu vinha fazendo um bom trabalho... E aí isso me deixava assim numa posição de falar assim: “não, eu tenho que lutar pra eliminar essa pressão da minha cabeça, eu tenho que fazer alguma coisa”. E é o que eu te falei. Aí investi dinheiro do meu bolso pra fazer as pesquisinhas, pra conseguir ir subindo entendeu. Parceria? Foi difícil, muito difícil. Porque eu tive resistência aqui dentro também. Então muita gente não quis fazer parceria comigo, eu não tive apoio, em

dinheiro eu estou falando, apoio pessoal eu tive muito, dos meus professores, dos meus colegas eu tive muito. Mas apoio em dinheiro de quem poderia me ajudar eu não tive né. Então era horrível, depois que eu lutei, que eu cheguei, agora eu estou no paraíso filha, pra te dizer bem a verdade. Eu estou num momento muito bom. Mas pra ele continuar eu tenho que trabalhar bastante (P11).

O fato de se sentir pressionada e até mesmo humilhada, fez com que P11 passasse a se transformar para atingir um certo modo de ser: o ser uma pesquisadora produtiva dentro do grupo de pesquisa do seu departamento. Contudo como ela mesma afirma, ela já era reconhecida como uma boa professora, recebendo frequentes homenagens e convites de turmas, mas ela não estava satisfeita com isso.

O fato é que não haveria pressão se ela quisesse permanecer apenas como professora da graduação, mas a partir do momento que ela quis estar entre os professores da pós-graduação, ela se viu pressionada e até mesmo humilhada enquanto não produziu o mesmo volume que os seus pares. Ela mesma afirma que teve que lutar para eliminar a pressão da cabeça dela. Uma pressão que talvez tenha partido dela mesma. Assim ela começou um intenso trabalho de elaboração de si mesma para atingir aquilo que deveria ser.

Essa pressão, tanto para P07 como para P06, muitas vezes parte do próprio pesquisador, pelo fato de ele ter aceitado entrar para um programa de pós-graduação. Para estes, a partir do momento que o professor se dispõe a fazer parte de um programa de pós-graduação, ele tem que estar ciente das regras que regem esse sistema:

[...] A pressão pela publicação ela vem de vários fatores, mas no meu caso específico, eu acho que a que pressiona mais sou eu mesma. O aluno de alguma forma pressiona porque, por exemplo, no doutorado, o aluno pra ter o seu diploma liberado ele precisa ter uma publicação. Então existe essa pressão, mas que é do orientador, porque também o orientador não quer que o aluno dele fique com essa pendência. Então acaba sendo uma pressão, porque se você não quisesse ser pressionado, você não aceitaria orientar no doutorado né. É... existe uma pressão da universidade, mas realmente eu tenho que reconhecer que a pressão pessoal minha por fazer um bom trabalho, é muito maior do que a pressão que eu porventura possa sentir de algum outro local específico (P07).

[...] é sempre uma cobrança muito velada. Então, não vejo de outra maneira, na medida em que eles assumiram trabalhar na pós-graduação, porque o contrato nosso de trabalho pressupõe pesquisa,

ensino e extensão. Na pós-graduação, o que você está chamando de pressão, eu chamo de responsabilidade. Se você se credenciou num programa de pós-graduação, você foi livre pra fazer esse credenciamento. E ao fazer o credenciamento, você sabe das regras, que você tem que produzir para que o seu programa não seja penalizado. Então, pra mim, se chama responsabilidade (P06).

Mas como P06 afirma, para ela não se trata de pressão, e sim de responsabilidade. É dessa maneira que ela se relaciona com a regra do sistema. Assim, veremos no tópico a seguir sobre o modo de sujeição dos sujeitos pesquisadores em relação à principal substância ética que aqui nos referimos: a regra que rege o sistema de publicação, envolvendo o sistema de avaliação da Capes que, por sua vez, tem impactos no CNPq e nos programas de pós-graduação, bem como nas regras e exigências de periódicos e revistas.

5.2.2 Modo de sujeição

Tendo determinado sua substância ética, é possível identificar o modo de sujeição, ou seja, o modo como o sujeito deve relacionar-se com a regra a qual se vê obrigado a cumprir e também a forma como deve se reconhecer como ligado a essa obrigação (FONSECA, 2003, p. 107). Para Mascarenhas (2010) se refere a uma experiência de posituação operada pelo sujeito, de forma a possibilitar que a sua conduta seja moralmente efetuada.

Nesse sentido, identificamos cinco formas pelas quais os sujeitos desta pesquisa se relacionam com a regra ou como se veem ligados a ela: (I) como uma obrigação e resposta à pressão; (II) como um caminho para a formação de recursos humanos; (III) como uma forma de reconhecimento, mesmo não existindo meritocracia; (IV) como um compromisso social e retorno do investimento público; e (V) como uma satisfação pessoal, pelo simples prazer de produzir.

A primeira delas, como sendo uma obrigação e resposta à pressão, fica muito clara na fala de P12, cuja reação ao ser informado sobre o tema desta pesquisa, soltou quase que automaticamente a pergunta “Mas você tem dúvidas quanto a isso”?

[...] É uma obrigação de quem faz, não tem outra solução. Agora publicar com qualidade em revistas de renome, isso é outra conversa. Agora publicar, é uma obrigação (P12).

Por vezes, durante a entrevista com P12, pareceu que o tema desta pesquisa era tão “bobo” e que soava de maneira estranha as perguntas daquele roteiro de entrevista pré-definido, pois a resposta para a pergunta de pesquisa parecia ser tão óbvia: obrigação em publicar.

E essa obrigação em publicar, conforme afirma P08, não é coisa da década atual. Segundo P08, o binômio “*publish or perish*”, “publique ou desapareça” já existia na década de 80, o que aconteceu foi uma acentuação no volume da produção que o próprio sistema alimentou:

[...] embora a quantidade de artigos publicados tenha aumentado muito, já havia em 1980 o binômio “*publish or perish*”, “publique ou desapareça”. Publica ou morre. Mas não tanto né, não assim de maneira tão... Isso foi se acentuando. O próprio sistema foi se alimentando. As pessoas tinham que publicar cada vez mais. O ritmo aumentou. Muitos professores acompanharam, outros não. Muita carreira acadêmica encerrou-se porque a pessoa achou que não ia conseguir acompanhar (P08).

Nesse sentido, temos no depoimento de P11 no tópico anterior, a revelação dessa experiência, que em determinado momento pensou em desistir da carreira ou pelo menos trocar de universidade por conta de não conseguindo acompanhar o nível de produção do seu grupo. Ao ser questionada sobre a existência de pressão para a publicação, sua resposta é enfática:

[...] Nossa senhora, imagina! Quem dizer que não, está mentindo descaradamente! A pressão é gigantesca. A pressão é gigantesca e obriga a gente a fazer muitas vezes, coisa que a gente sabe que a gente não gostaria de fazer. De pegar um artigo que poderia ser grande, mas bem encorpado, um artigo excelente, e você dividir ele em dois por exemplo. Porque você é pressionado entendeu? Você é muito pressionado. Então, pressão senti? Senti. Hoje eu não sinto mais essa pressão enorme, porque eu estou numa situação mais confortável... Eu mesmo agora ainda tenho preocupação... porque se eu parar de publicar agora, eu caio, eu vou parar lá em baixo, eu passo a ser pesquisadora 2 e pra subir de novo é complicadíssimo (P11)⁷.

⁷ Ao se referir a classificação dos pesquisadores pelo CNPq para a concessão de bolsas de Produtividade em Pesquisa. Disponível em: http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/2958271?COMPANY_ID=10132.

Mas, como já visto anteriormente, não basta publicar, tem que publicar em periódicos bem classificados. Como destaca P11, corroborado por P07, a obrigação está também em onde publicar a sua pesquisa para que ela seja mais qualificada:

[...] a gente vive sob uma pressão muito grande. Então a pressão é pra publicar em periódicos classificados, em uma boa classificação da Capes (P11).

[...] Na minha área, periódicos nacionais, são em número bastante reduzido. Então nós somos obrigados a publicar internacionalmente. Mesmo porque os programas de pós-graduação, eles são avaliados no sentido da publicação qualificada. Então um periódico precisa ser indexado em vários indexadores pra valer para o programa. E isso faz com que a gente seja obrigado a publicar. Mesmo porque se você publica o seu artigo lá num periódico obscuro, que ninguém lê, você não atingiu afinal de contas o objetivo final do trabalho que é a divulgação da ciência (P07).

Assim, vemos que para estes pesquisadores, o seu engajamento com a produção acadêmica está mais relacionado ao fato de se verem obrigados a cumprir os requisitos do sistema do que qualquer outra forma de positivação. Ao ser questionado o motivo pelo qual se mantém por tanto tempo (mais de 40 anos) ligado a essa pressão, P08 responde:

[...] Ninguém quer dar o braço a torcer, todo mundo quer mostrar que pode. Isso é natural, é como em qualquer outra profissão. Não é diferente. Em qualquer outra profissão você naturalmente quer se manter à tona. Não só manter-se a tona, você quer ir além né, você quer estar na frente. Na ciência é exatamente isso (P08).

A segunda forma identificada e talvez a que predomina nos discursos dos pesquisadores, é entender a relação com a regra da produção acadêmica como um caminho para a contribuição na formação de recursos humanos. Uma preocupação social em formar futuros pesquisadores. Uma positivação que pode parecer mais nobre e compensadora do que a mera obrigação:

[...] o meu olhar pra pesquisa é um olhar de formação de recursos entendeu?! Eu faço pesquisa junto com o meu aluno, eu estou formando esse aluno pra fazer pesquisa, pra formar novos pesquisadores (P05).

[...] quando assim, você vê que você formou alguém com perfil sólido pra fazer pesquisa, pra fazer ensino e tal. A formação do sujeito me

interessa hoje né. Tem algumas coisas que envolvem ego né... Você ter currículo bom, você ser chamado pra eventos é... Mas assim, no final do dia, eu não sei, ainda é o ser humano que me interessa mais (P03).

E para conseguir o engajamento dos seus alunos e orientandos na produção acadêmica, o discurso refletido é de que não são os professores quem precisam destas publicações, mas sim os alunos que precisam ingressar na carreira, construir um nome, ter um currículo que o ajude a seguir de maneira bem sucedida no campo. Este discurso é refletido na fala de vários pesquisadores, como demonstra os trechos a seguir:

[...] Mas o que é que eu faço pra não ter que me preocupar: eu procuro incutir na cabeça dos meus alunos que pra eles é importante que eles publiquem, mais do que pra mim. Pra mim se eu publicar dois trabalhos por ano, bons, é o suficiente pro programa, e assim, isso não vai mais é... não tem grande repercussão na minha vida profissional mais. Eu já estou no último nível da carreira na UEM, eu já sou orientador do mestrado e doutorado, então assim, não tenho grandes aspirações. Mas pra eles, pra quem está entrando na vida profissional, ele tem que perceber que pra ele ser competitivo num concurso ou numa entrevista, ele tem que ter uma história pra mostrar né. Então assim, muitas vezes é, você estimular o aluno pra que ele entenda a importância, é só o que você precisa. Não é a única coisa, você precisa dar meios pra ele fazer isso, algum recurso, apoio intelectual, mas assim, a fagulha, a fagulha tem que vim dele. Não sou eu que preciso de publicação mais né (P03).

[...] É a necessidade desses alunos, porque você vê, eu vejo os meus alunos tudo novinhos, chegando aqui com aquele sonho de fazer um mestrado, um doutorado, porque eles querem ser pesquisadores, querem ser docentes (P04).

[...] pros alunos é importante, pra eles irem treinando. [...] Eu quero que eles treinem (P01).

[...] O que me motiva a continuar publicando é além de me manter numa situação sem drama, me motiva ver os meus alunos, eu tenho o maior orgulho e assim é até meio que arrogância da minha parte falar que meus alunos são nota A, isso aí me dá o maior orgulho. Eu falar assim ó: meus alunos são alunos excelentes e estão empregados. Todos eles tem bolsa, meus alunos todos tem bolsa. Meus alunos todos conseguem emprego, então meus alunos estão empregados. Passaram em concurso publico, quem não passou está com bolsa de pós-doutorado. Isso aí pra mim você não sabe o quanto não tem preço. Isso me motiva a publicar. É me manter nessa situação. Porque se eu publico, meus alunos publicam, aí eles são aprovados em concurso. É vaidade, é vaidade nua e crua tá. É vaidade (P11).

Como revela P11, o fato dos alunos conseguirem ser aprovados em concursos ou ganharem bolsas de estudo, alimenta um orgulho e uma vaidade de sua parte que vão além da relação professor-aluno somente. Confirmando esse tipo de relação, P03 afirma que os laços excedem somente o profissional:

[...] Então assim, não é só, não me interessa só o Guilherme que produz artigo e bota meu nome né, eu acho assim, que de verdade alguma contribuição na formação dele, além do profissional... isso pra mim é um negócio que ah... não tem aquela propaganda do cartão de crédito que fala que não tem preço... essa é uma coisa que não está escrita no currículo e muito pouca gente sabe né. Eu perdi a conta de quantos afilhados de casamento eu tenho que foram meus pós-graduandos aqui (P03).

Assim, estes pesquisadores buscam o sentido do seu engajamento nas relações com seus alunos bem como no sucesso das carreiras que ajudaram a construir. Mas outros tipos de reconhecimento também são importantes para a carreira do pesquisador. E aí identificamos a terceira forma de relação dos pesquisadores com a regra: a busca por um reconhecimento. Convites para eventos, palestras ou bancas e quantidade de citações, por exemplo, elevam o nome do pesquisador e demonstram o reconhecimento pelo seu trabalho:

[...] Eu sou bem lida também né. Então assim, acho que o fato de ser reconhecida é uma coisa que eu acho importante. E em termos, reconhecida pelos pares e reconhecida por instituições também. Eu tive essa semana então lá em Cuiabá, na semana que vem eu vou à USP participar de uma banca né... (P01).

[...] pra sair da inércia, as publicações foram importantes no começo né. Pra você ter algum reconhecimento fora da instituição, pra você ser convidado pra participar de eventos, de palestras, de bancas. Então assim, pra sair da inercia a publicação foi uma mola importante. Hoje não né, hoje tem 17 anos que eu voltei do doutorado né... (P03).

Porém nem todos reconhecem de maneira positiva esse engajamento dos pesquisadores na produção acadêmica. Como revela P02, alguns colegas, mesmo que em tom de brincadeira, falam da sua produção, pois eleva a média e provoca comparações entre os pares:

[...] A pressão surge em mim, eles acham, muitas vezes né, as pessoas vem brincar comigo né, “você está produzindo muito”. Mas

eu falo “não, não estou produzindo muito, eu estou trabalhando, o meu resultado está saindo”. Mas eu vejo, fiquei já surpreso algumas vezes em congresso, as pessoas vem falar de uma forma assim, como se fosse ruim eu produzir muito, porque de fato eu estou elevando a média tudo e tal né. E aí dificulta pra todo mundo. Mas é como eu disse a você, essa é uma métrica do CNPq, é da Capes, não é uma métrica minha pessoal (P02).

Sobre o reconhecimento ou a falta dele, um dos principais discursos hegemônicos entre os pesquisadores é o da não existência da meritocracia⁸ nas universidades. Independente do volume de produção, o pesquisador acaba tendo os mesmos retornos financeiros do que aqueles que não produzem, como apontado por P02 e corroborado por P04:

[...] as pessoas ficam incomodadas né, muitas vezes ficam incomodadas, mas eu sempre falo “isso aí é resultado do meu trabalho”, eu não obrigo ninguém, eu nunca critiquei ninguém por mais nem menos né. Agora e mesmo porque também na própria universidade você não é valorizado em nada. Não existe meritocracia. Eu não ganho mais, o meu salário, por exemplo, se eu publicar 10 ou 20 artigos, tanto faz e a pessoa aqui ao lado não publicou absolutamente nada, se ela tiver no mesmo nível que eu, o salário é o mesmo. Não tem meritocracia nenhuma (P02).

[...] as universidades não trabalham com mérito. Infelizmente! Tanto na pesquisa quanto em qualquer outra área, o mérito não tem valor. Se as universidades trabalhassem com a meritocracia, nós estaríamos muito melhor do que nós estamos hoje. Então é, você faz, você tem, você não faz, você está fora, entendeu?! Então assim, aquele que trabalha muito está no mesmo nível daquele que trabalha pouco. Então, infelizmente hoje, não é na UEM, é no Brasil, a meritocracia não é o que está prevalecendo (P04).

E até mesmo sentimentos de indignação são demonstrados por P04 em relação ao não comprometimento de determinado grupo de docentes da universidade que não estão produzindo:

[...] Então qual é a finalidade da universidade incentivar né, que a pessoa faça o mestrado e o doutorado, e ele tá fazendo exclusivamente para quê? Pra aumentar o salário dele como doutor, né?! Se um doutorado é só pra aumentar salário como doutor, em algum lugar nós estamos errando, concorda?! A universidade está errando em algum lugar. Ela libera o professor quatro anos das atividades, ganhando o salário dele, ganhando uma bolsa da Capes, pra ele fazer um doutorado, pra ele voltar e ele fazer o quê? Pra ele

⁸ Sistema de gestão que considera o mérito para promoção, seleção e recompensa.

e elevar o nome da universidade, formar recursos humanos, formar pesquisadores, fazer pesquisa pra sociedade, e ele não tá fazendo. Então o mérito eu acho...Você produziu, você fica, você não produziu você é convidado a se retirar, entendeu?! Porque eu preciso, a universidade vive disso, a universidade vive de formação de recursos humanos, de pesquisadores, de pesquisa. Se eu não faço pesquisa, eu não faço formação de recursos humanos... (P04).

Já que a meritocracia não existe (pelo menos para P04 e P09), o que resta é o compromisso moral do pesquisador em dar retorno para a sociedade daquilo que nele foi investido. Esta é a quarta forma identificada sobre como se relacionam ou se veem ligados à regra: como um compromisso social em retorno do investimento público neles investidos.

[...] Mas se tem um engajamento com a Capes, que investe um dinheiro grande né, não é pequeno não, infelizmente, poderia ser muito mais, mas é um dinheiro, enfim. E você tem o comprometimento com a universidade, que conta com isso. Você tem um comprometimento com a sobrevivência do programa (P05).

[...] Então eu acho que qualquer estudo, se pensado como resultado social, ele tem chance de melhorar a sociedade. Então a produção científica para mim só tem validade, sou meio diorcaniana nesse sentido, só tem sentido se modificar o seu entorno. Não penso que aquilo que eu estudo vá fazer revolução, de jeito nenhum. Mas se mudar esses meus 25 orientandos, está de bom tamanho. Se mudar os meus alunos que eu dou aula o ano inteirinho para eles, que são 50 pra cada turma. Nossa, eu acho que eu estou fazendo um bem social muito grande. Então é nesse sentido que eu penso a docência e a pesquisa. Como condição de melhoria social (P06).

Uma das maneiras de aplicação dos investimentos da pesquisa é na manutenção das bolsas para os alunos desde a graduação até o estágio de pós-doc. Como demonstra P06, nela existe um arraigado sentimento de dever ao público por conta de toda a sua formação ter sido financiada pelos recursos públicos, o que é uma característica comum entre os pesquisadores das universidades públicas.

[...] Então eu devo sempre um tributo ao público, à sociedade, entendo desta maneira, na medida em que toda a minha formação foi feitas à custa da sociedade. Eu entendo que uma instituição pública implica num gasto para a sociedade e muitas pessoas não tem o acesso que eu tive né. Então um pouco eu penso que todos nós, que estudamos em instituições públicas, nós devemos tributo à sociedade. É um direito, mas também é um dever nosso de produzir o bem para a sociedade. Isso, sinceramente eu acredito nisso (P06).

[...] Eu brinco sempre, que eu tenho um plano de carreira com o CNPq. Fui bolsista de especialização, sempre do CNPq, bolsista de mestrado, de doutorado, de pós-doutorado e agora bolsa de produtividade. Então eu brinco, mas seriamente, que eu tenho um plano de carreira ligado ao CNPq. Desde os meus 19 anos eu tenho bolsa do CNPq (P06).

E mesmo se não tivesse financiamento, P06 complementa que só pelo fato de ser funcionária pública, ela já teria o compromisso com a sociedade. Além disso, o prazer pelo o que faz também é essencial para que não se sinta ligada a essa regra como uma obrigação ou pressão, pelo contrário, há um prazer em ser reconhecida pela sua produção, pela relevância do seu papel na academia.

[...] Se você tem um grupo de pesquisa consolidado, mesmo na área de ciências humanas, porque na área das ciências *hards* isso é mais tranquilo né, mas se você tem um grupo de pesquisa consolidado, que você tem financiamento, que é o meu caso, não só a minha pesquisa, mas eu tenho bolsistas financiados, seja Pibic, seja com bolsa balcão, seja os meus alunos de mestrado e doutorado, eu me sinto comprometida com a sociedade. Em apresentar à sociedade os resultados desse financiamento. E também se eu não tivesse financiamento, eu acho que eu faria a mesma coisa, porque afinal de contas eu sou funcionária pública. E eu entendo, a mim, diferentemente de muitas pessoas, publicar esse volume, não significa desgaste, não significa exploração, não significa produtivismo. Eu estou colocando com muita franqueza. Por quê? Porque eu não faço isso porque a Capes está dando chicote. Eu faço isso porque eu penso que o fato de eu ter o financiamento, o fato de eu ser uma funcionária pública, e o fato de eu estudar, eu tenho que apresentar resultados. Mas é um compromisso meu, moral. Não tem a ver com cobranças externas. Eu acho que é um compromisso mesmo que temos que ter com a sociedade. E principalmente, uma área tão específica, como a minha, se eu publico e os meus orientandos publicam, os meus colegas de grupo publicam, significa que a sociedade está nos vendo, está sabendo que estamos estudando essas questões. É nessa perspectiva, eu não penso sinceramente no sentido de uma exaustão, eu gosto de fazer, eu gosto muito de fazer isso né. Então, eu tenho um prazer muito grande em ser eu, no sentido desta produção e tudo mais (P06).

Além do compromisso moral, P06 fecha o seu discurso com a apreciação pelo que faz. Afirma sentir um prazer ou podemos dizer um orgulho em ser reconhecida pela sua produção. O gosto pela pesquisa, o prazer em buscar constantemente respostas aos problemas imaginados, é a quinta e última forma de ligar-se à regra que apontaremos aqui.

[...] Quando eu começo a trabalhar eu não fico preocupado com o número que eu vou produzir ou... eu não penso nisso. Como eu disse né, eu sou movido pelo prazer (P02).

[...] Eu gosto do negócio entendeu, não é uma questão de “ah eu tenho que atingir a tal meta, ou eu preciso do título de doutor pra fazer carreira na administração”, são outros projetos né. Eu realmente eu gosto do negócio, eu gosto de escrever, gosto de pesquisar. Então pra mim, uma motivação central, é obvio que eu também não sou um anjo caído do céu, evidentemente que eu penso: “eu quero publicar bem, quem sabe eu ganhe bolsa”, óbvio né. Mas o motivo central pra mim é esse mesmo, o motivo central é o prazer de fazer o negócio. [...] O prazer de fazer o que eu gosto, esse que eu acho que é o motivo central (P09).

Assim como P09, outros pesquisadores veem a sua relação com a regra da produção acadêmica como uma atividade prazerosa, como uma satisfação pessoal pelo simples prazer de produzir, além do fato de estarem alimentando um aprendizado constante.

[...] Mas a grande motivação minha é o aprendizado. É aquele negocio de você estar aprendendo coisas diferentes. E hoje a gente tem um aprendizado duplo né, porque é um aprendizado intelectual e um técnico (P05).

[...] essa curiosidade eu acho que é a maior motivação. Você ler um artigo e aí você percebe, nossa e se tivesse sido feito desse jeito e não daquele, o que aconteceria? A curiosidade ela tem que ser realmente a principal qualidade pra um pesquisador. Então a motivação maior realmente é essa. O trabalho escrito, formal e publicado, ele é uma consequência dessa curiosidade que você tem. Se você não tem essa curiosidade, você acaba se satisfazendo com pouco. Então a gente acaba sempre indo além do que as exigências formais né, os programas de pós-graduação, então eles exigem lá, 3 ou 4 artigos por ano, ah, então se eu lá pra fevereiro ou março eu já cumpri essa meta, então eu não vou mais, vou relaxar. Então essa motivação pessoal sua que te faz sempre querer mais (P07).

E por falar em motivação pessoal que os fazem sempre querer mais, P02 e P04 são enfáticos em que não há pressão externa sobre o pesquisador, a pressão é pessoal, parte do sujeito que quer estar inserido nesse sistema. Como reconhece P02, pode até existir a pressão dentro do sistema, mas só estará sob essa pressão aquele que quiser estar, é uma opção pessoal:

[...] Não há pressão alguma! Há pressão se você quer entrar nesse sistema, tá certo?! Mas essa opção é uma opção pessoal. Aí

peessoas que, por exemplo, não produzem ou produzem muito pouco, não sei qual é o motivo, pra mim é difícil entender, acabam entrando nesse sistema, sentem-se pressionadas a entrar. Eu nunca senti essa pressão, de novo, foi a minha vocação. Então essas pressões, essas coisas pra mim, elas não fazem sentido. Eu nunca consegui trabalhar em alguma coisa se aquilo realmente não tivesse prazer ou se eu não tivesse trabalhando com pessoas que realmente tivesse confiança, me desse muito prazer (P02).

Por fim, mais uma vez aparece no discurso a produção como resultado do trabalho do pesquisador, como uma consequência e não como uma meta. Quando P04 afirma “eu tenho que ter publicação né”, está explícito que existe uma obrigação. Obrigação que é decorrente dos vínculos com as instituições que formam o sistema, mas que é preferível ser entendida como uma consequência das suas escolhas:

[...] Não, não tem pressão externa! Pra mim, eu não tenho cobrança externa, a cobrança é minha tá?! A única cobrança que tem, que a pós-graduação, você precisa ter pelo menos três artigos publicados por ano, né, ou um por ano, na verdade é um por ano e eu acho que é, como eu sou, eu tenho tantos orientandos, eu vou ter isso daí e eu sou pesquisadora do CNPq, eu sou bolsista do CNPq, eu tenho que ter publicação né. Mas eu não sinto isso como pressão, eu sinto isso como resultado daquilo que eu faço. Então não é pressão. Se eu não publicar, não vou ficar arrancando os cabelos, não! “Ah, não saiu um artigo” de jeito nenhum tá! Eu acho que é fruto daquilo que eu estou plantando (P04).

Assim, apontamos aqui algumas das formas pelas quais os sujeitos pesquisadores se veem ligados à regra. O modo de sujeição reflete como os pesquisadores preferem outra maneira que não seja a obrigação ou a pressão. É uma positivação da conduta que eles precisam seguir, que lhes é exigida seguir, mas que através dessa positivação procuram dar um sentido para o trabalho ético que realizam sobre si mesmos.

No tópico a seguir apresentamos então o que estes sujeitos fizeram e tem feito para ajustar-se a essa regra. O que fazem para se elaborarem, se transformarem e se constituírem como sujeitos pesquisadores.

5.2.3 Trabalho ético

As formas de elaboração do trabalho ético dizem respeito aos atos envidados pelo sujeito a fim de adequar seu comportamento à regra que se deve cumprir. Envolve, mais diretamente, as atitudes do sujeito “para tentar transformar a si mesmo em sujeito moral de sua própria conduta” (FOUCAULT, 2009c, p. 35).

Uma vez que se decide enveredar pela carreira acadêmica, como afirma P03, é quase obrigatória a realização de um mestrado e doutorado para continuar nela:

[...] E aí, uma vez que você entrou na carreira acadêmica, concluir o mestrado era meio que obrigatório né. E depois, um tempo depois, eu saí pra fazer o doutorado. Era sequência natural das coisas por eu já estar aqui (P03).

Para P04 não bastava o conhecimento técnico de sua área, para ser uma boa docente, ela precisava se capacitar para tal. E assim, fez o seu mestrado na área de educação:

[...] Eu falava: “professor não é você pegar a sua profissão e vir aqui e dar aula”. Você precisa ter uma formação pra ser professor né. Acho que professor é mais do que eu ensinar, fazer a técnica pela técnica. Então eu achava que eu tinha que aprender a ser professora primeiro antes de eu fazer qualquer outra coisa. Aí eu fui fazer mestrado em educação pra aprender a ser professora (P04).

Essa sequência das coisas que para o depoente é natural no meio acadêmico é uma constante entre os pesquisadores entrevistados. A maioria deles diz ter ingressado na carreira acadêmica através de concurso público, quando ainda existiam poucos programas de pós-graduação no Brasil e principalmente no Paraná. Então, muitos deles saíram para cursar o mestrado ou doutorado quando já eram concursados em alguma universidade, como foi o caso de P01:

[...] O curso começou em 81 e eu vim pra cá no início de 83. Então daí vim pra cá e fiquei dois anos trabalhando aqui. Fui coordenadora de colegiado, a gente tinha que fazer de tudo quando chegava né. E daí começou as saídas pra pós-graduação. Então como eu era uma das primeiras, eu também já saí em 85... (P01)

Atualmente esta situação é mais incomum, visto que o número de programas de pós-graduação no Brasil aumentou, tornando mais acessíveis as possibilidades de capacitação para os professores. São poucas as universidades que abrem concurso hoje em dia para nível de especialista. Mestrado e doutorado se tornaram requisitos obrigatórios para o ingresso do professor numa universidade pública:

[...] Quem era mestre naquela época (1976) era caçado a laço por aí, não tinha nenhum problema de emprego. Dizem que quando eu cheguei aqui, “ah é um mestre, tá contratado” (risos). Hoje em dia um mestre tem dificuldades, mas naquela época tinha tão poucos, que a contratação era fácilíssima. Outros tempos menina, outros tempos... (P08)

Visto que não existiam muitos programas de pós-graduação, inclusive nos departamentos aos quais pertenciam, boa parte dos entrevistados procurou investir na criação do programa de pós-graduação do seu departamento. Para P05, por exemplo, não fazia sentido continuar fazendo as mesmas coisas de antes após ter retornado do doutorado:

[...] Voltando do doutorado, aconteceu uma coisa interessante, eu voltei do doutorado e comecei a fazer as mesmas coisas que eu fazia. O meu departamento não tinha pós-graduação. Eu me lembro que eu perguntei pra uma amiga assim “mas ser docente é isso? Eu vou lá dou umas aulinhas, faço estágio, volto pra cá? Isso é muito chato, isso é muito chato” (risos). E quando foi em 2000, 2001 se eu não me engano, teve aquela greve de 6 meses aqui e ficou um marasmo total. E nessa greve o diretor de centro, meu amigo, me falou: “porque que a gente não pensa em montar um programa de mestrado”? Aí nós nos reunimos e a gente montou esse programa. E a partir dali eu comecei a produzir. Tinha uma produção, se você olhar assim, tinha uma produção muito pequena antes de 2003, 2004, mas foi a partir dali que a minha carreira deslanchou mesmo (P05).

Esse mesmo sentimento de insatisfação após o retorno do doutorado é declarado por P04. Para a depoente, era incoerente continuar a realizar as mesmas coisas de antes. Um investimento havia sido dispensado para que ela se capacitasse, ela precisava dar um retorno para a universidade além das aulas que ministrava:

[...] Aí eu vi assim, que todos os doutores do meu departamento faziam a mesma coisa: Vinha pra cá, dava aula, ficava sentado fofocando, falando mal da vida dos outros e ia embora pra casa. Eu falei “meu Deus, a universidade gastou tanto dinheiro pra me capacitar e eu vou ficar aqui sentada, sem fazer nada? Só ir lá, dou aula e volto”?! Não foi pra isso que eu fiz doutorado! Eu não quero ser isso. E com um mês que eu estava aqui de volta eu falei “pára, isso não é vida né”. Aí eu comecei a fazer projeto, já me envolver com outras pessoas, eu já tinha um projeto de extensão que era bem já, antes, porque eu gostava já de fazer projeto de extensão. Comecei a fazer projeto de pesquisa, me envolver com outros pesquisadores, e aí a universidade entrou em greve. Uma greve de seis meses. Eu falei “bom, eu não gosto de greve, não gosto de ir lá e ficar balançando assim, não é comigo.” Vou montar um mestrado. Aí todo mundo olhou pra mim e falou assim “você é louca”? Eu falei “não, vou montar um mestrado. Quem quer me acompanhar me acompanha, quem não quiser... eu vou montar o mestrado”. Aí eu fui pra Londrina conhecer o mestrado de lá. Nós fomos em quatro pessoas e voltamos. **Enquanto todo mundo ficava passeando por causa da greve ou em casa dormindo, nós quatro ficávamos nos reunindo pra montar o mestrado.** Isso foi em junho/julho, mandamos para a Capes, e em dezembro veio a resposta que nosso mestrado tinha sido aprovado né. Então eu e mais quatro pessoas somos as mães e os pais do mestrado e doutorado deste programa. Que hoje é o mestrado e doutorado. **E nesse meio tempo nós tínhamos que também publicar. Então vamos fazer projeto, vamos publicar, vamos publicar, porque a gente precisa fortalecer...** (P04)

O primeiro trecho destacado na fala de P04 reflete o discurso de superioridade destes professores em relação àqueles que se contentam apenas com a docência na graduação. O fato de não estarem nas ruas ou em casa dormindo, é motivo de orgulho para este grupo, cuja relação com o trabalho envolve efetivo engajamento no exercício da atividade.

Outro ponto destacado se refere à necessidade de publicar enquanto corria o processo de abertura do curso. A publicação é atrelada ao fortalecimento do curso, que mesmo ainda não existindo, já demanda um forte compromisso com a produção acadêmica. Tal situação é confirmada no parágrafo 5º da Resolução CNE/CES 01-2001⁹:

§ 5º É condição indispensável para a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de curso de pós-graduação *stricto sensu* a comprovação da prévia existência de grupo de pesquisa consolidado na mesma área de conhecimento do curso.

⁹ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 1/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2001. Seção 1, p. 12.

Ou seja, é condição prévia que haja publicação dentro de um departamento para a autorização de um programa de mestrado ou doutorado. Nesse sentido, a necessidade de publicar surge entre os próprios docentes que se sentem na obrigação de fazer algo mais além de entrar em sala de aula. Se a pressão existe somente para aqueles que estão envolvidos na pós-graduação, este é o grupo que definitivamente criou o programa para se inserir sob essa pressão.

E esse engajamento existente nesse grupo de professores surpreende ainda mais, como por exemplo, quando a depoente P01 revela como se envolveu na criação do programa de pós-graduação do seu departamento enquanto passava pelo tratamento de um câncer de mama:

[...] Em 2003 eu tive um câncer de mama. Daí tinha que ficar afastada, eu não podia dar aula, porque eu estava fazendo quimioterapia. Daí o médico falava assim: “não, você vai ficar preocupada porque tem aula e às vezes você não tá passando bem”. Não podia ir nos campos de estágio, porque estaria com baixa resistência. Então estava de licença, eu fiquei um mês de licença e parecia que eu ia morrer, (risos). Só comia né... não dava, não consigo ficar parada. Daí eu vim, tive que falar com a médica do trabalho pra ela me liberar. Daí a condição era: você pode vir pra universidade, mas você nem pode ir pra campo de estágio, nem dar aula. Então eu falei: mas o que que eu vou fazer aqui? Daí a gente já vinha discutindo a proposta, proposta não, discutindo o interesse de fazer uma pós-graduação, mas nunca dava tempo de parar pra fazer as coisas né. Daí comecei escrever a proposta né, já que eu estava com tempo, não podia fazer nada, comecei escrever a proposta. Então eu falo que o meu câncer ele produziu duas coisas boas, deu dois bons frutos, que foi o programa de pós-graduação e essa revista que tem aqui ó... (P01)

De acordo com os depoentes, a partir do momento que ocorre a formação de um programa de mestrado ou doutorado, a necessidade de publicação é uma consequência natural para os professores/ pesquisadores que fazem parte do mesmo. Faz parte da avaliação do programa o envolvimento dos pesquisadores na produção acadêmica e por isso, aqueles que desejam estar na pós-graduação, reconhecem a necessidade de se engajarem nesta atividade.

Assim, os sujeitos pesquisadores passam a envidar esforços na produção acadêmica, principalmente através da publicação de artigos em periódicos qualificados de acordo com cada área de atuação. Alguns chegam até a estabelecer metas pessoais de publicação, como é o caso de P06 e P05:

[...] eu estipulo em torno de 6 a 8 artigos por ano na minha trajetória. Eu sempre procuro publicar 2 ou 3 artigos da minha pesquisa em específico, e 4 ou 5 artigos do meu grupo de pesquisa. Porque eu acho muito importante que você mantenha-se sujeito singular nesse processo, e também você trabalhe coletivamente com outros, principalmente os orientandos, no sentido de dar a eles essa experiência da produção científica (P06).

[...] Então eu procuro fazer assim: eu tenho que ter pelo menos dois, se eu conseguir um A1, um por ano pra mim estou satisfeita. Esse ano eu tenho três A1 eu acho. Mas existe uma sazonalidade também. É uma coisa interessante isso, tem ano que você publica muito, tem ano que você publica nada e tem ano que você publica mais ou menos (P05).

Essa sazonalidade que P05 reconhece existir se deve ao fato de alguns objetos de estudo imporem o seu próprio tempo e ritmo para serem observados, descritos, analisados e concluídos. Esse fato é corroborado por P07 que afirma ser o ano de 2015, um ano excepcional em sua carreira quanto ao número de publicações que obteve:

[...] Esse ano de 2015, por exemplo, foi um ano excepcional. Eu não acredito que eu vá conseguir algo mais do que esse ano agora de 2015, porque foi realmente excepcional. Foi excepcional porque vários artigos meus do laboratório foram publicados e também vários artigos em parceria com outras pessoas da qual eu colaborei também foram publicados. Então foi um ano bastante excepcional em que eu tive 16 publicações. Mas eu acredito que uma média minha é ano a ano assim, os últimos anos tenha sido entre 7 e 8 artigos em periódicos indexados, mais outros capítulos de livros, e outras participações que a gente faz. Mas varia muito, depende muito também de outros compromissos que você assume (P07).

Diferentemente de P05 e P06, alguns dos entrevistados negam a possibilidade do estabelecimento de metas em termos de número de publicação. Para P09, nunca houve preocupação de sua parte quanto a isso, pois sabe que sua situação é superior aos demais em termos de volume de produção:

[...] Nunca pensei em meta, porque como eu sei que eu, não tenho a menor dúvida disso, eu sei muito bem que eu estou muito acima do que qualquer média solicitada, eu nunca me preocupei se “ah, a revista é A1 ou A2, ou ah não, se eu publicar o livro tal na editora tal, não vai ter tal pontuação”, não. Às vezes eu me preocupo sim, “se eu publicar isso daqui nessa editora ninguém vai ler”. Não adianta nada,

aí sim. Agora em fixar metas, essas coisas, nunca me preocupei com isso (P09).

O fato de não se preocupar pode ser justificado por sua facilidade com a escrita e desenvolvimento dos artigos num período de tempo muito inferior à grande maioria dos pesquisadores:

[...] Então assim, as pessoas demoram, não é que eu estou me auto vangloriando tá, não é isso! É uma coisa da minha cabeça, sei lá. As pessoas demoram seis meses pra fazer um artigo, eu faço em uma semana, muito fácil pra mim, muito fácil. Então eu não tenho necessidade de trabalhar exaustivamente sabe, 12 horas por dia e tal. Eu acho que eu trabalho razoavelmente bastante sim, eu tento ser disciplinado, de fazer as coisas, escrever um pouco por dia. E como eu gosto, eu tento mesmo fazer, porque eu gosto daquilo (P09).

Mas, como a realidade de P09 é uma exceção, essa facilidade e rapidez na produção de um artigo nem sempre é encontrada entre a maioria, alguns professores tentam trabalhar com a conscientização dos alunos sobre a importância da publicação. Como afirma P03, ele transfere para os seus alunos a necessidade de publicação, pois como está na plenitude da sua carreira, o volume de publicação pra ele já não faz tanta diferença:

[...] Ah assim, a gente aqui procura criar um clima que estimule o sujeito assim, a perceber que isso é importante pra ele (publicar). Porque pra mim, na verdade crua e nua, é que assim, faz muito pouca diferença na minha carreira hoje publicar muito ou publicar pouco (P03).

Além de inculcar nas mentes de seus alunos a necessidade de publicação, existe ainda um dispêndio financeiro para que a publicação ocorra. Em alguns casos, como o de P05, o montante dispensado não é pequeno, demonstrando o quanto de disposição e engajamento o pesquisador tem para com a sua pesquisa.

[...] eu foco B2 pra cima. B2 pra nós significa um fator de impacto entre 0,9, 1,8. Hoje tá difícil, tá difícil porque as revistas cobram né. Está difícil primeiro porque você paga pra entregar o trabalho, o manuscrito. Você passa pelo rigor de uma avaliação por pares, que tem que ser assim, é interessante. Volta várias vezes com correções, com comentários super interessantes e tal. Aí é aceito. É uma batalha né, até ser aceito. Aí quando é aceito, você tem que pagar. E

não tá barato, acabei de pagar esse ano, 1.500 dólares pra publicar um artigo, e 1.000 euros agora pra publicar um outro artigo. E se você olhar a revista, a revista tem fator de impacto, é B2, que é a mediazinha né (P05).

Semelhante a P05, P02 também afirma ter investido recursos financeiros próprios para a pesquisa, principalmente no início da carreira, quando não se tinha os projetos de pesquisa financiados. E mesmo mais recentemente, com vários projetos financiados, a dificuldade na administração desses recursos, fez com que desembolsasse dinheiro próprio para as pesquisas:

[...] Por exemplo, agora nem tanto, mas há dois anos eu estava com dez projetos abertos. Muito dinheiro! E aí qual é o grande problema? Eu acabei até devolvendo, por quê? Porque você não tem uma estrutura na universidade que auxilie isso. E aí os projetos infelizmente, nenhum deles permite você pagar uma secretária né. Então é, apesar de ter muito dinheiro, as vezes eu precisei usar do meu dinheiro, eu erreí né, eu pensava que estava gastando dinheiro de um projeto e era de outro, e eu tinha dinheiro num projeto e não tinha no outro, e gastei infelizmente daquele que não tinha dinheiro. Acabei colocando até dinheiro do meu bolso. Aliás, isso não é uma coisa incomum né, na minha vida sempre foi assim. É, porque quando a gente iniciou aqui na UEM, as coisas eram muito precárias né, eu só tinha uma mesa, nem era essa, era uma mesa velha e uma cadeira de pau. Nem laboratório tinha. Então essas coisas foram realmente construídas aqui dentro, tudo foi construído aqui dentro. Como o curso de especialização, esse prédio que você está vendo ao lado aí, não tem um centavo de recurso publico, foi esforço nosso mesmo (P02).

Contudo, o engajamento destes pesquisadores não é percebido apenas pelo dispêndio financeiro para a publicação. Envolve muito mais uma disponibilidade ao trabalho que extrapola o tempo e o lugar de atuação destes professores/pesquisadores. O não confinamento de caráter físico passa a ser possível atualmente, segundo Xavier e Godoi (2010), na medida em que há outros laços ou motivações que forçam o sujeito a permanecer no sistema que o controla. Para os autores no sistema acadêmico de publicações o confinamento torna-se desnecessário, já que o pesquisador não pode se ausentar desse sistema sem ser, de alguma forma, punido.

Porém, como já mencionado neste trabalho, partimos de um ponto de vista diferente ao de Xavier e Godoi (2010). Entendemos que o pesquisador não está neste sistema ou procura produzir apenas por medo das consequências

punitivas da avaliação trienal por exemplo. Os pesquisadores selecionados para participar desta pesquisa apresentam um volume de produção superior ao mínimo necessário exigido por qualquer órgão de controle. Percebemos suas ações não como sendo conduzidas coercitivamente, mas como resultado de um engajamento, um trabalho ético que realizam sobre si mesmos ao se relacionarem com o sistema.

Nesse sentido, o ato de levar trabalho pra casa ou trabalhar fora do horário de trabalho, é algo extremamente comum entre os pesquisadores. Ao serem questionados sobre o que fazem para manter o nível de produção que apresentam, a resposta mais comum se refere a continuarem suas atividades em casa.

[...] Fora do horário de trabalho?! Bom, toda noite eu tenho que ler coisas. Toda! [...] eu estava fazendo o levantamento ali, eu estou com 4 artigos que voltaram dos alunos pra poder fazer reformulação, então você tem que fazer isso à noite, não consegue fazer aqui (P01).

O conceito-chave para pensar o engajamento, segundo Zarifian (2002), no qual baseamos este estudo, é o de modulação. O autor apresenta três formas em que podemos notar como a modulação penetra muito mais fundo na vida social: a modulação da utilização do tempo, do espaço e do engajamento subjetivo.

Como vimos antes, o sujeito engajado irá trabalhar além do horário estabelecido em contrato com seu empregador, sem que este o obrigue ou mesmo solicite. É o que observamos nos relatos acima e no relato de P07, a seguir:

[...] É que na verdade a gente trabalha muito mais do que as oito horas regulamentares né. É muito comum eu trabalhar de final de semana, é muito comum eu trabalhar a noite, isso é bem comum. [...] Não dá pra dizer que eu saio daqui e me desligo, isso não acontece (P07).

Corroborando as afirmações de P01 e P07, P04 afirma corrigir muitos trabalhos em casa, seja no período da noite, seja nos finais de semana. O seu volume de trabalho é decorrente não somente das publicações que deseja realizar com seus alunos, mas também do fato de ter que dar pareceres às revistas, às comissões, etc.

[...] Corrijo trabalho de manhã, de tarde, de noite, sábado, domingo e feriado. Na verdade assim ó, eu corrijo bastante trabalho em casa. Porque eu tenho muitas atividades. A minha atividade administrativa

eu encerro aqui, eu tenho muita reunião, muita comissão, é, eu sou diretora adjunta agora, mas eu era diretora antes, mas a gente trabalha assim no mesmo pé de igualdade. Então tem muito parecer pra dar da administração, então pouco eu consigo corrigir trabalhos aqui, eu tenho que corrigir em casa. Então eu corrijo em casa à noite, sábado, domingo, além dos mestrados e do doutorado, eu tenho artigos de outros alunos que já defenderam que tenho que corrigir, parecer de revista que eu tenho que dar, eu sou do Cabic, eu tenho um monte de projeto pra ler pra eu dar parecer, projeto de outras agências de fomento pra dar parecer. Então assim, se eu não fizer isso também em casa, o meu tempo não dá né, eu tenho que fazer isso também em casa (P04).

Quanto à utilização do espaço, o sujeito engajado não será limitado pelo espaço organizacional, mas estará pronto para exercer sua atividade independente do local de trabalho. Ele poderá levar trabalho para fazer em sua residência, ou num avião durante uma viagem, etc. A modulação no espaço está estritamente relacionada com a modulação no tempo, pois provavelmente quando o sujeito estiver exercendo uma atividade do trabalho fora do espaço organizacional, estará também fora do horário de trabalho. É o caso de P03 que ao viajar, iria aproveitar o tempo de espera no aeroporto para trabalhar em alguma coisa:

[...] procuro não fazer isso demais, mas eu sempre levo um pouco de trabalho pra casa. Porque aqui, eu não posso... vem um aluno me procurar aqui, eu não posso dizer “eu não vou te atender”. Então aqui, no horário da UEM, esse horário ele não é só meu, eu tenho horários que eu tenho que dividir, que nem hoje a tarde eu dei aula a tarde inteira, amanhã eu tenho aula o dia inteiro. Então assim, quando eu estou é, um pouco mais desocupado, eu sempre tenho na minha mochila alguma coisa pra ler, seja no aeroporto, seja esperando o avião, as vezes em casa... em casa eu procuro não ser muito, muito caxias né... rsrs porque você tem família, você tem outras coisas que você precisa cuidar né. Você tem a sua cabeça que você precisa cuidar tb. Assim, com frequência eu levo alguma coisa pra ler, que nem amanhã, amanhã eu vou sair da aula na fazenda e vou pro aeroporto. Quarta feira eu vou estar o dia inteiro fora. Vai ter alguma coisa lá no aeroporto que, enquanto eu fico sentado eu vou ler (P03).

O depoente P08 concorda com P03 sobre o fato de o tempo que dispõe no local de trabalho, acabar sendo dividido com outras pessoas e atendimentos, impedindo-lhes de se dedicarem à leitura e a escrita dos artigos naquele ambiente:

[...] Eu quando chego em casa eu costumo escrever. Na verdade as melhores páginas eu escrevi em casa. Porque aqui você é

interrompido toda hora. Em casa é que você escreve melhor, eu pelo menos escrevo melhor em casa. Agora, então você já percebeu que eu na verdade trabalho em casa né, muitas vezes... tenho hobbies claro, isso é outra história (P08).

E por falar em hobbies, a depoente P06 reconhece o fato de levar bastante trabalho pra casa, porém ela ressalta que isso não lhe incomoda de maneira alguma. Para a depoente, não há como separar o trabalho do resto de sua vida. Por isso sua relação com o trabalho é a sua relação com a vida que escolheu:

[...] E aí as pessoas ficam perguntando se eu tenho vida pessoal, porque eu tenho muita produção. Eu trabalho com uma perspectiva de vida, uma filosofia de vida, que você é um todo. O seu trabalho não tá separado de você, o trabalho é você, você é o trabalho. Então eu não consigo pensar, evidentemente que eu faço muita coisa fora do trabalho, mas o trabalho tá comigo onde eu estiver. E não é porque eu não estou dando aula no final de semana, que eu deixo de ser professora. Onde eu estiver, os meus alunos vão dirigir-se a mim como professora. Então eu sou professora, eu não estou na universidade trabalhando como professora, entendeu?! Então eu trabalho muito final de semana? Ah trabalho! Trabalho mesmo. Trabalho durante a noite? Trabalho durante a noite. Não tem nenhum problema pra mim. Porque isso pra mim é a minha vida entendeu. Eu não fico irritada porque eu tenho que fazer um artigo. Essa é a diferença. Eu não fico irritada porque eu tenho que dar um parecer pro CNPq. Sou eu que assumi as regras do jogo, e eu gosto muito de fazer isso. Agora por outro lado, por exemplo, eu faço trilha, eu tenho mais de 20 canarinhos, então eu tenho uma vida também social que as pessoas ficam perguntando... Sou casada, tenho filho, tenho amigos, entendeu (P06).

Quando P06 admite “sou eu que assumi as regras do jogo”, nos remetemos ao que Zarifian (2002) apontou como a modulação do engajamento subjetivo. Esta modulação se refere ao fato do próprio sujeito acionar sua atividade de trabalho e modular os momentos em que a fará. Mas isso supõe um forte compromisso de sua parte: “ele deve por si mesmo se obrigar a fazê-lo”. Não há uma hierarquia disciplinar fisicamente localizada por trás dele para lhe dizer o que fazer.

A depoente continua e reforça a necessidade de se auto avaliar, atrelando o seu trabalho a um compromisso ético para com a sociedade. Um dos discursos que P06 reflete no trecho a seguir, é o fato de não existir efetivo controle ou cobrança sobre o sujeito nas instituições públicas, enquanto que numa empresa privada, a demissão é certa para aquele que não apresentar resultados:

[...] Porque numa empresa privada, se você não apresentar resultados, ou resultados que melhorem, você é demitido. Numa instituição pública não, é você que é o seu avaliador. É você que tem: “eu estou agindo com ética, eu estou produzindo, é o suficiente, suficiente não numa medida quantitativa, mas estou fazendo jus ao que a sociedade está me pagando”? Então são questões que eu sempre me pergunto né e me pergunto sempre no sentido de uma avaliação. Eu não me acho em nenhum momento vítima do sistema, eu não acho em nenhum momento que eu produzo porque a Capes exige que eu produza e eu não acho em nenhum momento que é possível nós não fazermos nada; muito pelo contrário, eu acho que ser pesquisador implica numa grande possibilidade de interferência social. E essa interferência ela se dá pelos artigos, ela se dá pela sua produção, pela sua orientação, pelos congressos que você vai, pelos seus posicionamentos né, então eu acho que eu sou uma pesquisadora engajada sim (P06).

Corroborando o que P06 afirma, P07 também defende a ideia do sujeito ser o maior cobrador dele mesmo. O depoente afirma ser ele quem aciona a sua atividade de trabalho e vê essa atitude como algo impulsionador para o seu desenvolvimento:

[...] Mas eu acredito piamente que a pessoa pra se destacar, ela tem que ser o maior cobrador dela mesma, é algo pessoal que te faz ir pra frente. Então é uma pressão, mas também é uma pressão que faz a gente trabalhar, que faz a gente ir pra frente né. Então eu me ponho metas que devem ser alcançadas e faço realmente um trabalho pra conseguir alcançar essas metas (P07).

Sobre o fato de se destacarem, os pesquisadores comumente são avaliados e classificados por sua produção. Uma das classificações existentes, é a do CNPq, que define os parâmetros para a concessão das bolsas produtividade. Para P11, sua meta não é em números de artigos, mas sim em se manter entre os pesquisadores 1 da classificação do CNPq:

[...] A minha meta pessoal é me manter, não é número de artigos, é me manter entre os pesquisadores 1. Tem pesquisador 2 do CNPq, e tem pesquisador 1. A minha meta era ficar entre os pesquisadores 1. Eu atualmente sou 1D. Na próxima avaliação, é provável que eu vá pra 1B. Então a minha meta é ficar dentre esses pesquisadores. Eu não tenho assim ambição de falar: nossa, eu quero ser 1A, não. Eu quero ficar entre os pesquisadores 1. Porque dentre os pesquisadores 1, eu tenho maior chance de conseguir aprovar projeto e de fazer com que os meus alunos tenham recursos, tenham dinheiro pra executar os trabalhos deles. E aí se eu tenho recurso, eu

consigo fazer trabalho bom. Se eu tenho trabalho bom, eu consigo me manter. Então assim, é uma roda viva ali que a gente se mantém (P11).

Mas nem tudo é só trabalho. Ao serem questionados sobre o cuidado de si, sobre as atividades que fazem para relaxar nos momentos de lazer, diferentes atividades apareceram entre os pesquisadores entrevistados. Para P05 é muito importante esse cuidado com a vida pessoal e com a família, pois no final das contas, se sua vida pessoal for comprometida por causa do trabalho, o seu trabalho consequentemente será comprometido:

[...] Via de regra, eu tenho o meu lado profissional e o meu lado pessoal, e não abro mão disso. Eu não abro mão disso. Às vezes eu chego até a relaxar um pouco o lado profissional, mas o meu lado pessoal eu não abro mão. Eu acho que você tem uma vida, a sua vida não é só isso, eu tenho que cuidar da minha família, eu tenho que cuidar das pessoas que me amam e tal. [...] Agora não vai me chegar em janeiro pra eu ler tese, porque eu não vou ler. Porque todo janeiro eu viajo, é o mês inteiro fora de Maringá, nem fico em Maringá. Então assim, falar pra você que não incomoda, que não perturba, perturba sim, mas eu separo. Tem que separar. Porque se não, no final das contas a sua vida pessoal fica comprometida, e vai te comprometer no trabalho (P05).

A depoente continua e descreve algumas das atividades que gosta de fazer em seu tempo livre:

[...] Ah... adivinha?! Ler! (risos). Leitura. Eu sou uma pessoa assim que leio muito, gosto muito de ler, gosto muito de filosofia, gosto muito, muito de história, eu leio muita coisa. Eu tenho uma biblioteca imensa na minha casa e principalmente a história da segunda guerra mundial, eu sou quase que uma expertise nessa coisa de tanto que eu leio. Música, passear com os meus cachorros, viajar com a minha família e andar de bicicleta, é uma das coisas que eu mais gosto de fazer. Se você ver uma maluca assim, com umas camisonas bem exageradamente coloridas, pra cidade de capacete e óculos escuro, sou eu.. (risos) eu ando 23, 25, 30km de bicicleta. Adoro andar de bicicleta. Não é esporte, é lazer (P05).

Porém, diferentemente de P05, outros depoentes não conseguem separar tão bem o trabalho dos seus momentos de lazer, como é o caso de P01, que corrige trabalhos enquanto assiste à novela:

[...] Eu gosto de assistir uma novelinha, então eu fico lendo (risos) e escutando a novela. Quando falam alguma coisa interessante eu paro de ler e olho a novela.. (risos) sou viciada em novela (P01).

P04 também tenta conciliar a correção de trabalhos com o seu descanso, além de fazer outras atividades diversas quando pode:

[...] Eu sempre brinco com os meus alunos: “me dá em papel, eu gosto de corrigir em papel, porque aí eu deito na minha cadeira na piscina e corrijo trabalho, rende bastante”. Então eu já descanso e já leio também (P04).

[...] Eu estudo piano. Eu faço bijuteria, eu pinto tela, eu faço caixinha, eu pinto caixinha, brinco com os meus cachorros, cuido de casa, faço vasos de decoração com plantas vivas e com flores artesanais, é, bordo... Piano eu faço toda terça-feira, tá, e as outras eu faço assim quando dá, fim de semana, né, que eu não tenho muita coisa pra ler. E adoro assistir filme. Fala pra mim que horas que eu faço tudo isso... mas eu faço. Se eu faço, as outras pessoas também podem fazer (P04).

Quando P04 termina a sua fala afirmando “se eu faço, as outras pessoas também podem fazer”, se percebe nesta afirmação uma maneira de conduzir o comportamento dos seus pares. Ou seja, se ela consegue dar conta de todos os compromissos que assumiu e ainda ter uma produção acadêmica destacada, seus colegas deveriam fazer o mesmo. E se não estão produzindo como ela, é porque não estão agindo de maneira ética ou compromissada com o seu trabalho.

Este é o discurso refletido não só por P04, mas por todos os demais entrevistados. Os discursos construídos entre os pesquisadores através dos jogos da verdade e das relações de poder existente nesse meio dirigem a conduta de cada um, fazendo com que os sujeitos deste campo sejam constituídos a partir de um discurso dominante.

E como cada um vai se relacionar ou se apropriar desse discurso dominante, define o tipo de sujeito que se pretende tornar através das práticas de si. Práticas que serão impostas sobre si para atingir o modo de ser desejado. O tópico a seguir aborda a teleologia do sujeito, no sentido de ser uma síntese daquilo que o sujeito procura se tornar.

5.2.4 Teleologia do sujeito

A teleologia do sujeito moral comporta o sujeito em constituição no tempo, não mais dependendo de uma atitude específica em relação a um código específico, mas agora como um modo de ser, uma postura de vida que pode ser identificada pelo conjunto de suas ações morais (FOUCAULT, 2009c).

Trata-se do investimento do sujeito em direção à norma ou substância ética. Para Mascarenhas (2010) existe aqui uma “experiência de si”, que faz com que o sujeito se projete em direção à norma fazendo dela uma parte de si mesmo.

O indivíduo não apenas interpreta e resignifica a norma ou o discurso que se lhe impõe; ele se investe em direção à norma ou discurso, “circunscreve uma parte de si mesmo”; torna moral a sua ação a partir do momento que a encara como parte de si mesmo (MASCARENHAS, 2010).

Neste sentido, a fala de P04 deixa evidente essa preocupação em procurar ser ética ou moralmente ética em relação ao seu trabalho, o que evidencia sua projeção em direção à norma fazendo desta uma parte de si mesma:

[...] Então pra mim o certo, no momento em que eu fui contrata nesta instituição pra ser docente e exercer o ensino, a pesquisa e a extensão, o mínimo que eu posso fazer como uma pessoa ética, moralmente ética, é fazer ensino, pesquisa e extensão (P04).

Ao deixar de fazer um destes elementos que ela reconhece como o tripé da universidade, o sujeito, de acordo com a depoente, não estará sendo moralmente ético, ou seja, o docente que não faz pesquisa (ou não publica, porque a publicação é uma decorrência natural de quem faz pesquisa) não está cumprindo o dever para o qual foi contratado e, portanto, não está sendo ético. Mesmo que para cumprir aquilo que assumiu como regra, tenha exigido uma transformação de si mesma, um investimento para se tornar mais adequada ou apta a cumprir a regra:

[...] Quando eu voltei do mestrado, eu era outra pessoa. Aquilo que eu era quando eu fui... é aquilo que o filósofo fala, você entra num rio, você entra de um jeito e você sai de outro. E o mestrado pra mim foi isso, eu entrei de um jeito e sai de outro. Eu entrei (profissão da depoente) e saí docente. Eu aprendi a ser docente (P04).

Assim como P04, a depoente P06 também demonstra a sua projeção em relação à regra ou norma, no sentido de ser o seu modo de ser ou a sua postura de vida em relação ao trabalho, algo inseparável do resto de sua vida:

[...] Eu sou o meu trabalho e minha vida é o meu trabalho e enfim. Porque o trabalho pra mim não se separa (P06).

Como consequência dessa postura de vida, a pesquisadora P06 afirma sobre o compromisso e o engajamento que considera ter para com o seu campo. A necessidade de manter uma postura ética em relação aos pareceres que emite ao avaliar seus pares, exige um policiamento de sua parte, para que seja feito através de um comportamento ético muito grande:

[...] Eu acho assim, que eu tenho um compromisso muito grande com a minha área, com o meu campo. O fato de você ser pesquisador do CNPq te dá uma responsabilidade muito grande. Uma das características, uma das finalidades, do trabalho de ser pesquisador do CNPq é avaliar os pares, é avaliar os projetos de iniciação científica, participar dos eventos de iniciação científica, avaliar os trabalhos de iniciação. Então de um modo ou de outro é contribuir com a pesquisa no país. Então, ainda que eu seja uma pessoa muito feliz com o fato de ser bolsista do CNPq, que eu acho que é um pouco isso que você tá perguntando, é, as vezes eu fico muito preocupada com a responsabilidade que isso significa num país como o nosso. Então, avaliar um projeto do CNPq, um pedido de bolsa de produtividade, ou um edital universal (que acaba que nós pesquisadores do CNPq temos que avaliar), isso incide num comportamento ético muito grande. Então eu sempre fico pensando, porque eu sei o que eu estou fazendo, mas eu sempre fico muito preocupada, se essa questão que mapeia o comportamento do brasileiro de uma certa condescendência com a ausência de ética, se nesse momento de você fazer uma avaliação, em que medida?... Eu me polio muito Janine, em que medida é, eu estabeleço os mesmos critérios pra todos os projetos que eu avalio. Em que medida o nome do sujeito não interfere naquela avaliação, naquele parecer que eu estou emitindo. Então eu tenho um cuidado muito grande nesse sentido. Eu sou muito engajada nessa perspectiva, porque eu acho que o ser pesquisador numa instituição pública, te torna, muito, muito engajado com a sociedade (P06).

Semelhantemente a P06, a depoente P04 também relaciona o seu engajamento como pesquisadora com um engajamento com a sociedade:

[...] Eu sou formadora de recursos humano. Eu formo recursos humanos. Eu acho que eu estou engajada em pesquisa no sentido

de querer melhorar para a sociedade. Uma forma de discutir, de melhorar alguma coisa pra que melhore a saúde das mulheres (P04).

Quando P06 afirma que sabe o que está fazendo, mas se preocupa com a medida que os outros avaliadores estão tendo ou se estão exercendo o mesmo policiamento que ela, reforça a ideia de uma certa condescendência com a ausência de ética presente no comportamento dos brasileiros. O que fica em evidência aqui é como P06 se conduz e espera que seus pares também se conduzam nesse campo.

Como apontado por Foucault (2009a) a "conduta" é, ao mesmo tempo o ato de "conduzir" os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício do poder consiste em "conduzir condutas" e em ordenar a probabilidade (FOUCAULT, 2009a, p. 243).

Ao conduzir-se de determinada maneira, conseqüentemente o sujeito está conduzindo o outro. Quando questionados sobre as características de um bom pesquisador, a primeira resposta de alguns foi sobre características que os mesmos já possuem. Partem daquilo que utilizam como parâmetro para se conduzirem, para comparar a conduta dos demais pesquisadores, como é o caso de P02:

[...] Paixão! Quando você é apaixonado por alguma coisa, acho que vale a pena. Outra característica é a persistência, com certeza, eu sempre tive, sempre demonstro. A paciência, a humildade... e pra mim outra coisa bastante importante também é a solidariedade. De você compartilhar os seus conhecimentos, compartilhar o mesmo laboratório, acho que isso é fundamental (P02).

Segundo os depoentes algumas características ou atitudes são essenciais para um pesquisador ser considerado bom. Para P01, por exemplo, os pontos destacados por ela refletem aqueles que são destacados em sua área, cujo foco é a realização de pesquisas aplicadas:

[...] Um bom pesquisador?! Primeiro que ele saiba seguir os critérios de uma pesquisa de qualidade. Que ele divulgue os resultados dessas pesquisas, porque não adianta fazer pesquisa e ficar engavetada. E que essa pesquisa, que ele faça pesquisa que dê retorno pra sociedade. Acho que seria mais ou menos isso (P01).

Já para P05, outras características são importantes: simplicidade, responsabilidade com a verdade, a desconfiança daquilo que se tem, a persistência,

o gostar de estudar e o cuidado ético em relação a todo o corpus de uma pesquisa, são essenciais para o bom pesquisador:

[...] Acho que simplicidade é a primeira coisa. É uma responsabilidade com a verdade. A verdade científica é uma verdade provisória, hoje é, amanhã deixa de ser. Mas uma responsabilidade assim com a verdade, o que eu tenho de dados são isso, é isso aqui, e a análise, eu posso até errar na minha análise, mas eu não posso dizer que eu tenho mais do que aquilo ou menos do que aquilo. Então, essa correspondência, bem focada. Uma outra característica do pesquisador é sempre desconfiar daquilo que eu tenho. Persistência! Isso que você está passando, tomara que você encontre um monte de gente que te dê entrevista, porque nossa isso é difícil hein. Estudo! Não dá pra fazer pós-graduação e fazer pesquisa se você não ler. Tem que ler, tem que estudar. E o cuidado muito grande com a ética, em relação a verdade, em relação ao tratamento que você faz ... (P05).

De acordo com P01, de nada vale a pesquisa que não é divulgada, ou seja, tem que haver a publicação, bem como ser útil para a sociedade, no sentido de ser aplicada. Essa divulgação da pesquisa está certamente relacionada com o avanço do seu campo de estudos, como defende P09, ao considerar que um bom pesquisador é aquele que colabora com o seu campo de estudos:

[...] Se um pesquisador não colabora pro seu campo de estudos ir pra frente, então ele não é um bom pesquisador. Eu acho que o melhor pesquisador é aquele que de fato provoca, causa um avanço substancial no seu campo de estudos. Alguns fazem isso publicando 500 artigos mais ou menos na vida, outros fazem um que mudou tudo (P09).

A depoente P05 também considera o fato de contribuir com o campo acrescentando conhecimento. Contudo, ela vai além, ao perceber-se como uma educadora, como formadora de recursos humanos. Como afirma, ela tem ciência que do grande montante de sua produção, poucos são os artigos que de fato acrescentaram algo novo para o campo:

[...] Eu sou uma educadora. Como pesquisadora eu tenho que produzir, criar conhecimento. A gente publica muito, mas quando você pega a sua publicação e espreme, de coisa absolutamente diferente eu tenho, tenho algumas produções que acrescentaram ao conhecimento. O que o meu aluno viu e descobriu e testou, ele criou conhecimento, ele produziu conhecimento, acrescentou conhecimento. Mas assim, de cada 20 que eu publico, 2 e isso eu

acho que é com todo mundo. Então, no fundo, no fundo, a produção de conhecimento nu, pra mim como engajada, é formação de recursos. Quando o meu aluno sai entendendo o que é um problema de pesquisa, entendendo como é que se escreve uma introdução, entendendo a metodologia, sabendo como é que ele discute aquele assunto, onde ele tem que procurar, como é que ele vai procurar esses dados, essas bibliografias pra discutir. Quando eu vejo que ele tá preparado pra orientar outros (P05).

Essa preocupação com a formação do aluno, a constituição do aluno como um pesquisador, segundo P05, é a sua verdadeira contribuição para o seu campo. Mas também, a depoente admite a existência de um certo saudosismo, quando ao olhar para o desenvolvimento dos seus alunos, se lembra da sua trajetória:

[...] E quando eu vejo o meu aluno publicar, ele chega “professora, publiquei que legal”, é muito bom, você ver assim. Na verdade isso é coisa meio de velho viu Janine, mas assim, eu me vejo neles, entendeu? Na época que eu tinha sonhos e tal e eu fico olhando, falo “puxa”, gosto muito de ver o aluno que chegou aqui cru, e sai me ensinando como fazer determinadas coisas. Gosto muito de ver aquele aluno que teve muita dificuldade pra fazer até o programa, por falta de dinheiro ou daqui a pouco por, geralmente são alunos de escolas publicas, aí faz o mestrado, faz o doutorado, aumenta o salário, começa a ter sonhos, “vou pros EUA, vou pra não sei aonde...”, se inscreve no programa. Aluno que é convidado pra fazer palestra no exterior. Essa coisa é muito boa. E a pesquisa, o que me move com a pesquisa mesmo é conhecer (P05).

Assim como P05, o depoente P03 também admite esse saudosismo. O depoente fala de um rapaz aluno seu, cuja trajetória é muito similar à sua, e como os laços entre eles vão além do profissional:

[...] É, nesse final de semana agora, eu tive um dos meus orientados de doutorado que casou, sábado agora. Esse menino eu trouxe lá de Goiás, ele veio, fez graduação lá, eu trouxe ele pra cá, fez mestrado e doutorado aqui. Esse menino teve uma formação parecida com a minha: estudou em escola publica, fez agronomia, e aí fez mestrado e no doutorado a gente abriu oportunidade pra ele fazer o sanduiche. Então assim, de alguma forma a formação dele foi parecida com as mesmas oportunidades que eu tive, e ele tem um perfil de pesquisador. Adora escrever, escreve bem, mas o que que acontece, é... no sábado eu fui padrinho de casamento dele. Então assim, não é só, não me interessa só o Guilherme que produz artigo e bota meu nome né, eu acho assim, que de verdade alguma contribuição na formação dele, além do profissional... Essa é uma coisa que não tá escrita no currículo e muito pouca gente sabe né. Eu perdi a conta de

quantos afilhados de casamento eu tenho que foram meus pós-graduandos aqui (P03).

O depoente identifica três pontos importantes na sua constituição como pesquisador: o fato de trabalhar com prazos, procurar se divertir com os colegas de pesquisa e manter a alegria que move a sua produtividade, pois se sente contente sendo produtivo:

[...] Então assim, eu gosto do que eu faço, eu procuro ter um foco estabelecido, embora eu não tenha um número de artigos por ano que eu queira publicar, eu sei que cada projeto que eu começo, ele precisa ter um começo, um meio e um fim. Então assim, eu procuro trabalhar com prazos, com datas, até porque isso serve de exemplo pra quem tá trabalhando comigo, pra que eles aprendam a estabelecer o que é prioridade, o que é compromisso. Além disso, eu procuro me divertir também né, vira e mexe a gente faz um *happy hour* com o pessoal, sai pra tomar uma cerveja... Sábado no casamento nós ficamos até de madrugada dançando e... Ah eu acho que assim, enquanto essa alegria não acabar, eu não vou precisar ficar muito preocupado em quantos trabalhos eu vou publicar, é quase que natural que as coisas aconteçam... Publicação, novos alunos entrando, convite pra fazer outras coisas... Existe essa alegria que dá uma retroalimentação no gás pra começar novos projetos, pra encaminhar novas coisas. O dia que acabar a alegria, provavelmente o gás diminui, mas por enquanto acho que ainda estou suficientemente, não é engajado, engajado é uma palavra assim... parece que você tá coagido né, mas assim, eu estou, eu me sinto contente produtivo, acho que a satisfação anda junto com a produtividade. Pelo menos, ao longo do meu caminho até agora, assim, uma coisa acaba retroalimentando outra. Se você tá alegre, você tá produtivo, se você tá produtivo, você também tá contente (P03).

Essa satisfação que P03 afirma sentir, P02 tem como vocação ou paixão. Para este último, não há cansaço quando se vive a vocação ou quando é apaixonado pelo que faz:

[...] é a vocação, a minha paixão. Eu sou uma pessoa apaixonada pelo que eu faço. Sou apaixonado realmente naquilo que eu vivo a cada dia. Então as férias pra mim, eu nunca consegui ficar 10 dias, as férias necessárias pra eu sair do ambiente de trabalho. Então por exemplo, eu sempre tiro licença sabática, licença *premium*, mas pra trabalhar na mesma coisa em outra instituição. Eu já cheguei a acumular 3, 4 anos sem tirar um dia de férias e nunca me cansei. Não me canso disso aí de forma alguma. Agora me cansa às vezes a burocracia, a própria sistemática, às vezes a própria incompreensão ou mesmo os colegas, a própria estrutura cansa. Aí pra eu não ficar muito chato, ranzinza, e por saúde mental, mesmo física, e aí quando

você tem a oportunidade de ir a outras instituições, motivar outras pessoas, aquilo não é tão difícil quando você é uma pessoa apaixonada pelo que faz. Aí o estresse abaixa e você já fica bem (P02).

O fato de não se sentir cansado, faz com que P02 emende os anos de trabalho sem férias. Um dos reconhecimentos por seu destaque com a pesquisa dentro de sua área, foi receber um prêmio das mãos do governador do estado do Paraná no dia seguinte ao da realização desta entrevista.

Sobre reconhecimento, a depoente P05 se orgulha pelo fato de ter deixado a sua marca na universidade, por ter sido uma das fundadoras do programa de pós-graduação do seu departamento:

[...] Se você olhar tem um placa escrito meu nome ali. Deixei a minha marca na universidade (risos) (P05).

Quando questionados sobre como se consideram enquanto pesquisadores, P05 ressalta em primeiro lugar que pesquisadores são pessoas normais, diferentemente daquela ideia de cientista louco que não tem vida e só estuda, só lê e etc.:

[...] nós somos pessoas normais, absolutamente normais. Você não precisa ser louco pra fazer pesquisa não. Agora tem que ter disciplina, persistência, aí você tem que ter, senão não faz. Eu sou a idealizadora, eu sou aquela pessoa que não pode desistir nunca (P05).

A depoente P07 concorda com P05 quanto à persistência como uma característica necessária para o bom pesquisador. Como afirma, considera-se uma batalhadora pelo fato de estar no caminho certo:

[...] Acredito que eu tenha ainda muito que caminhar ainda sabe. Eu acredito que eu esteja no caminho, mas tenho também essa questão de que eu sou a maior cobradora de mim mesma. [...] Olha, eu acredito que eu seja uma batalhadora, acho que me considero uma batalhadora. Não acredito que as coisas sejam fáceis, mas o interesse e o não desistir eu acho que são qualidades fortes em mim (P07).

Contudo, nem todos os pesquisadores assumem ou reconhecem o seu estado dentro desse campo como sendo bom. É o caso de P08 e P02, que por

terem parâmetros altos de comparação, se consideram ainda pesquisadores medianos:

[...] Eu me considero um pesquisador mediano... Ah eu conheci muita gente que me é superior (P08).

[...] os meus parâmetros são bem altos (risos). É difícil, acho que eu não me considero um grande pesquisador não. Não sei, eu acho que sou uma pessoa que faço o que eu gosto, o que eu quero, mas é muito diferente do que se achar que é um grande pesquisador. Nessa comunidade nossa, eu tenho um certo destaque. Mas se você andar um pouquinho, um milímetro pra lá é, perguntar na Argentina quem eu sou, ninguém! Recentemente eu voltei do Canadá. Então ninguém me conhece lá, mas, no entanto uma coisa muito gostosa que a gente vê, pela minha dedicação, eu poderia ser lá, com certeza, sem problema nenhum, um professor de lá. Quando eu estive lá, sem arrogância nenhuma, por favor, quando eu estive lá durante esse ano, em termos de conhecimento técnico, dedicação, são outras métricas, outras pressões, eu consigo transitar, e transitei sem problema nenhum. No nível dos melhores também lá, dos mais produtivos também lá. Sem problema nenhum. “Ai como foi lá”, eu falo “eu aprendi, mas ensinei muito”. Não sei em outros grandes centros, mas nessa universidade que eu fui, é uma das cem melhores do mundo, é razoável. E lá tem a meritocracia né, então por exemplo, pessoas como eu, com o mesmo nível técnico como eu, de referência, ganha 10, 15 vezes mais (P02).

Quando P02 assume que “não é ninguém ali na Argentina”, está reafirmando o discurso de que o bom pesquisador é aquele que tem reconhecimento no campo, não só local, regional, mas também a nível internacional. E como já visto em outra parte deste capítulo, um pesquisador faz seu nome através das citações que são feitas de dele mesmo:

[...] Porque se você não é lido você também não é citado, e se você não é citado, você não existe (P08).

[...] A publicação é o que vai ficar na verdade. As coisas do dia a dia dificilmente vão ficar na memória. Um ou outro aluno vai falar do velho professor, dar como exemplo, mas a gente passa, a gente passa. As publicações devem ficar, pelo menos durante algum tempo. Talvez alguma coisa entre até num livro texto, se eu tiver sorte (P08).

A essa afirmação de P08, que se o sujeito não é citado, ele não existe e que somente as publicações é que ficarão, caberia até uma discussão filosófica. Mas o que queremos aqui é evidenciar como este pesquisador, exercendo um trabalho

ético sobre si mesmo, tendo o engajamento com a produção acadêmica como parte desse trabalho ético, se constitui como sujeito moral através de uma conduta de si e dos outros.

5.3 Engajamento e o sujeito pesquisador

Primeiramente retomaremos aqui alguns pontos conceituais que conduziram o nosso entendimento de engajamento no trabalho e qual a relação desse conceito com a ética do sujeito de Michel Foucault. À primeira vista pode parecer redundante, contudo consideramos importante retomá-los neste momento da análise, de maneira que favoreça a interpretação dos dados.

Partindo da ideia de Foucault (1997) de que os indivíduos jamais são o alvo inerte ou consentidor do poder, mas são sempre seus intermediários, consentimos com o autor que o poder tem que ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Para Foucault (1997), jamais o poder está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona. Foucault (1997) sustenta que o poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de serem submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Assim, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles (FOUCAULT, 1997, p. 26).

Nesse sentido, o exercício do poder consiste em "conduzir condutas" e em ordenar a probabilidade. A "conduta" é, ao mesmo tempo o ato de "conduzir" os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades (FOUCAULT, 2009a, p. 243).

Candiotto (2010) acrescenta baseado em Foucault, que conduzir condutas pode significar tanto a "atividade que consiste em conduzir" quanto "a maneira pela qual nos conduzimos, o modo pelo qual nos deixamos conduzir, a maneira pela qual somos conduzidos e pela qual, por fim, nos comportamos sob efeito de uma conduta que seria ato de conduta ou de condução".

Neste aspecto, vale destacar a concepção de panóptico¹⁰ de Foucault, no sentido do exercício da vigilância do sujeito sobre ele mesmo. Segundo Foucault (1987), o efeito mais importante do panóptico é o de induzir o sujeito a um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder (FOUCAULT, 1987, p. 166).

Foucault (1987) lembra que “quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição” (FOUCAULT, 1987, p. 168). Esse fenômeno está relacionado com aquilo que chamamos de sociedade do controle, onde o controle está sobre a mente dos sujeitos e não apenas sobre o corpo físico como na sociedade disciplinar.

Segundo Candiottto (2010), Foucault quis mostrar que tanto os discursos de verdade quanto o que se entende por sujeito, são produzidos, constituídos a partir da articulação entre jogos de regras, mecanismos e estratégias de poder pertencentes às nossas práticas sociais e culturais (CANDIOTTO, 2010, p. 17). Tais regras e mecanismos são tidos como produtores de verdade que o sujeito está disposto a aceitar, a recusar, e a mudar em si mesmo e nas suas circunstâncias (p.20).

Candiottto (2010) afirma que é pelo critério da “evidência” que a manifestação do verdadeiro e a obrigação a qual o indivíduo se encontra de reconhecê-lo e de situá-lo como verdadeiro “coincidem” exatamente. A evidência constitui a “demonstração” por excelência de que não há necessidade de outro regime de verdade que se agregaria ao verdadeiro (CANDIOTTO, 2010, p. 68).

Reconhecer algo como evidência, explica Candiottto (2010), implica outro processo que não é da ordem lógica da constatação e da dedução da verdade e do erro, mas do *engagement* e da *profession*. Segundo o autor, a perspectiva do genealogista-arqueólogo é que, no fundo, a verdade é ininteligível sem uma obrigação de verdade, sem o *engagement* do indivíduo, sem seu assujeitamento consentido. Para que um regime de verdade seja “aceito” e justificado é preciso que

¹⁰ Cabe ressaltar que não consideramos que o panóptico seja o melhor modelo para explicar esse controle do sujeito sobre si mesmo. Entendemos que no panóptico ainda vigora o medo ou o receio de não estar de acordo com a regra, pressupondo uma autovigilância automática do sujeito. Assumimos que a autovigilância se instala com base no engajamento e faz parte do trabalho ético desenvolvido pelo sujeito.

o sujeito tenha uma “qualificação”: que ele se submeta àquele regime de verdade (CANDIOTTO, 2010, p. 68).

Sobre a peculiaridade do ato de confessar (*avouer ou profession*) e sua importância na produção de verdade entre práticas coercitivas, Candiotto (2010) aponta que para Foucault, o *aveu* identifica-se com o envolvimento do sujeito no reconhecimento da *verdade* que confessa. Envolvimento (*engagement*) que prescinde da obrigação de fazer tal ou qual tarefa, mas simplesmente de tratar de ser o que se confessa ser. O autor ressalta que no *aveu*, aquele que fala engaja-se em ser aquilo que diz ser (CANDIOTTO, 2010, p. 71).

De acordo com Foucault (2006a) essa verdade, aprendida, memorizada, progressivamente aplicada, torna-se então um quase-sujeito que reina soberanamente no sujeito. Para o autor o problema é aprender através do ensino de um certo número de verdades, de doutrinas, as primeiras constituindo os princípios fundamentais e as outras, regras de conduta. Trata-se de fazer com que esses princípios digam em cada situação e de qualquer forma espontaneamente como os sujeitos devem se conduzir.

Dessa forma, como vimos anteriormente neste capítulo, Foucault (2009c) destaca quatro formas pelas quais podemos analisar as diferentes maneiras de conduzir-se moralmente e que organizamos os resultados desta pesquisa: a determinação da substância ética (aquilo que o sujeito toma como verdadeiro ou como regra), o modo de sujeição (como o sujeito se vê ligado a essa regra), as formas de elaboração do trabalho ético (o que o sujeito faz para se ajustar à regra) e, por fim, uma teleologia do sujeito moral (uma síntese daquilo que o sujeito se torna ou alcança através das práticas de si).

A respeito dessa relação de si consigo mesmo, Foucault (2009c) entende por ética a existência de um espaço de análise, relacionado ao conceito grego de *ethos*, ou seja, o modo de ser do sujeito e a relação desse sujeito consigo mesmo. Assim, entendemos que o trabalho ético pressupõe um engajamento por parte do sujeito, necessário para a transformação do sujeito naquilo que professa ou almeja ser.

Nesse sentido, tomamos como referência o conceito de engajamento de Shaufeli e Bakker (2010), entendendo que o engajamento se refere a um estado afetivo-cognitivo mais persistente e penetrante, em vez de um estado emocional momentâneo. Segundo Shaufeli e Bakker (2010) o engajamento envolve vigor,

dedicação e absorção. O vigor é caracterizado por altos níveis de energia e resiliência mental durante o trabalho, boa vontade de investir esforços no trabalho e persistir em face das dificuldades. Dedicação se refere a ser fortemente envolvido em um trabalho, experimentando uma sensação de significância, entusiasmo, orgulho e desafio. Absorção é caracterizada como sendo total concentração e feliz absorção em um trabalho, em que o tempo passa depressa e tem dificuldades com o apartar-se do trabalho.

Consentimos com Zarifian (2002), de que o conceito-chave para pensar o engajamento, é o de modulação. Conforme apontado anteriormente, o autor apresenta três formas em que podemos notar como a modulação penetra muito mais fundo na vida social: a modulação da utilização do tempo, do espaço e do engajamento subjetivo (ZARIFIAN, 2002, p. 26). Através destas três formas de modulação podemos identificar como esse engajamento do sujeito está sendo produzido ou exercido.

A fala de P07 deixa evidente tanto a modulação do tempo como a modulação do espaço, visto que o trabalho durante a noite ou aos finais de semana pressupõe que esteja em sua residência:

[...] É que na verdade a gente trabalha muito mais do que as oito horas regulamentares né. É muito comum eu trabalhar de final de semana, é muito comum eu trabalhar a noite, isso é bem comum. [...] **Não dá pra dizer que eu saio daqui e me desligo, isso não acontece** (P07).

Dois elementos do conceito de engajamento (SHAUFELI E BAKKER, 2010), estão presentes nessa fala de P07: o vigor e a absorção. O vigor revela a disponibilidade, a qual significa que o depoente sente-se pronto física, cognitiva e emocionalmente para investir suas energias no trabalho a qualquer momento ou período do seu dia. E a absorção, é revelada pela dificuldade que o pesquisador tem de se desligar do seu trabalho, afirmando que “isso não acontece”.

Semelhantemente, a depoente P06 também revela absorção em relação ao trabalho, sendo até mesmo mais enfática quanto à sua ligação com o mesmo: “Eu sou o meu trabalho e minha vida é o meu trabalho e enfim. Porque o trabalho pra mim não se separa” afirma P06. Como não se separa?! Tem-se que sua vida é em função do trabalho?! E as outras partes da sua vida?! A absorção da depoente no trabalho revela tamanha significância e sentimento de pertencimento dela para

com o mesmo, apontando para a existência de um trabalho ético na constituição de si como pesquisadora.

Esta absorção pelo trabalho é revelada na fala de outros pesquisadores, como P04 e P03. Novamente nos trechos a seguir, é possível identificar a modulação do tempo e do espaço como algo comum à atividade de um pesquisador:

[...] Corrijo trabalho de manhã, de tarde, de noite, sábado, domingo e feriado. Na verdade assim ó, eu corrijo bastante trabalho em casa. Porque eu tenho muitas atividades (P04).

[...] Assim, com frequência eu levo alguma coisa pra ler, que nem amanhã, amanhã eu vou sair da aula na fazenda e vou pro aeroporto. Quarta feira eu vou estar o dia inteiro fora. Vai ter alguma coisa lá no aeroporto que, enquanto eu fico sentado eu vou ler (P03).

Porém essa absorção, essa dedicação investida no trabalho da pesquisa, para os pesquisadores aqui entrevistados, é mais uma decorrência de uma pressão pessoal do que qualquer outra influência externa. Como P07 reconhece, pode até existir uma pressão da universidade, mas a pressão pessoal sua prevalece:

[...] existe uma pressão da universidade, mas realmente eu tenho que reconhecer que a pressão pessoal minha por fazer um bom trabalho, é muito maior do que a pressão que eu porventura possa sentir de algum outro local específico (P07).

[...] Não, não tem pressão externa! Pra mim, eu não tenho cobrança externa, a cobrança é minha tá (P04).

Os depoentes concordam em afirmar que a pressão existe para aquele que quer estar no meio, ou seja, tem que partir do próprio sujeito o querer estar sob essa pressão. Para alguns depoentes é até mesmo contraditório um professor/pesquisador reclamar por ter que produzir, quando foi ele quem, estando ciente das regras do jogo, escolheu estar na pós-graduação ou ser bolsista do CNPq, por exemplo.

[...] Não há pressão alguma! Há pressão se você quer entrar nesse sistema, tá certo?! Mas essa opção é uma opção pessoal. Aí pessoas que, por exemplo, não produzem ou produzem muito pouco, não sei qual é o motivo, pra mim é difícil entender, acabam entrando nesse sistema, sentem-se pressionadas a entrar. Eu nunca senti

essa pressão, de novo, foi a minha vocação. Então essas pressões, essas coisas pra mim, elas não fazem sentido (P02).

[...] Se você se credenciou num programa de pós-graduação, você foi livre pra fazer esse credenciamento. E ao fazer o credenciamento, você sabe das regras, que você tem que produzir para que o seu programa não seja penalizado. Então, pra mim, se chama responsabilidade (P06).

Como ressaltado pela depoente P06, o pesquisador ao se vincular a um programa de pós-graduação, está ciente das regras do jogo. A depoente vê nessa relação do sujeito com o seu programa, um compromisso moral em resposta a todo o aparato que é fornecido para que ele desenvolva seu trabalho.

[...] do meu ponto de vista, se você tem dedicação exclusiva, se você recebe um adicional no salário para fazer pesquisa, que é o seu TID, isso é o mínimo, entendeu?! Ninguém é exaurido porque publica um artigo por ano, se está só no mestrado, ou publica-se dois artigos porque está no mestrado e doutorado. Então, eu não entendo como algo absolutamente desgastante, se você tem TID pra isso, se você tem bolsa pra isso, se você tem redução de carga horária pra isso entendeu?! Eu entendo como um compromisso moral (P06).

[...] Eu não fico irritada porque eu tenho que fazer um artigo. Essa é a diferença. Eu não fico irritada porque eu tenho que dar um parecer pro CNPq. Sou eu que assumi as regras do jogo, e eu gosto muito de fazer isso (P06).

Na prática, os pesquisadores assumem para si as regras desse jogo e as fazem funcionar estipulando metas de produção ou apenas seguindo seu ritmo de trabalho, que para os depoentes não é de maneira nenhuma, desgastante, mas que estão além daquilo que lhes é exigido como mínimo necessário.

[...] Então eu procuro fazer assim: eu tenho que ter pelo menos dois, se eu conseguir um A1, um por ano pra mim estou satisfeita. Esse ano eu tenho três A1 eu acho (P05).

[...] eu estipulo em torno de 6 a 8 artigos por ano na minha trajetória. Eu sempre procuro publicar 2 ou 3 artigos da minha pesquisa em específico, e 4 ou 5 artigos do meu grupo de pesquisa (P06).

Ao estabelecerem metas pessoais acima daquilo que é a sua obrigação e alcançarem tais metas, os pesquisadores demonstram como influenciam as regras do jogo, fornecendo dessa maneira novos parâmetros para comparação e avaliação de seus pares:

[...] as pessoas ficam incomodadas né, muitas vezes ficam incomodadas, mas eu sempre falo “isso aí é resultado do meu trabalho”, eu não obrigo ninguém, eu nunca critiquei ninguém por mais nem menos (P02).

[...] O que a Capes exige em linhas gerais, é coisa que uma pessoa que de fato está trabalhando não tem dificuldade de fazer. É um ou dois artigos por ano. Não lembro mais agora. Olha, pelo amor de Deus, se a pessoa não consegue... Você está numa universidade pública, você tem o privilégio de dar relativamente poucas aulas, se você não consegue produzir um artigo por ano, poxa, então é sinal de que o dinheiro público está sendo muito mal empregado, pelo amor de Deus! Aí as pessoas começam com o discurso, tudo bem, nem todo mundo tem facilidade como eu tenho, concordo; mas as pessoas começam com o discurso de que estão desmaiando pelos cantos, eu acho um pouquinho de exagero, não é bem por aí (P09).

Em ambos os trechos acima, vemos aquilo que Foucault (2009a) definiu como conduta: ao definirem a maneira de se conduzirem nesse campo, os pesquisadores estão também influenciando a conduta dos outros. Mesmo quando P02 fala “eu não obrigo ninguém, eu nunca critiquei ninguém por mais nem menos”, a sua própria maneira de se conduzir está implicando uma pressão sobre o comportamento dos demais. Como no caso de P11, que remete ao grupo de pesquisadores do seu departamento o fato de ter tido que aumentar o seu volume de produção:

[...] a cobrança gerou dentro do meu grupo. Meu grupo é muito produtivo, então dentro desse grupo que é muito produtivo e muito ligado à pesquisa, ou eu me inseria nele ou eu me sentiria sempre às margens, marginalizada entendeu? Tá dentro do meu grupo. Não é dentro da universidade, a universidade me cobra X, mas o meu grupo me cobra X mais mil. É a pressão do grupo (P11).

Mas uma pergunta é importante: para quem este engajamento está sendo produzido? Como vimos no referencial teórico, o engajamento no trabalho (este é o foco nesta pesquisa), difere do engajamento do empregado com a organização, pois este último pode ser entendido como comprometimento organizacional (SHAUFELI E BAKKER, 2010).

Provavelmente o ponto mais destacado nas falas dos pesquisadores refere-se à importância da publicação para os programas com os quais estão vinculados:

[...] a publicação ela é necessária para o programa. Um programa não se sustenta sem publicação, se eu não tiver publicação o programa fecha né (P04).

[...] Mas se tem um engajamento com a Capes, que investe um dinheiro grande, não é pequeno não, infelizmente, poderia ser muito mais, mas é um dinheiro, enfim. E você tem o comprometimento com a universidade, que conta com isso. Você tem um comprometimento com a sobrevivência do programa (P05).

[...] Na minha área, periódicos nacionais, são em número bastante reduzido. Então nós somos obrigados a publicar internacionalmente. Mesmo porque os programas de pós-graduação, eles são avaliados no sentido da publicação qualificada. Então um periódico precisa ser indexado em vários indexadores pra valer para o programa. E isso faz com que a gente seja obrigado a publicar (P07).

A fala de P07 “e isso faz com que a gente seja obrigado a publicar” ao se referir à necessidade que o programa tem de ser avaliado no sentido de uma publicação qualificada, poderia remeter somente a um comprometimento deste pesquisador para com o seu programa e não ao engajamento estudado nesta pesquisa. Contudo, o engajamento no trabalho é revelado quando a produção deste pesquisador não se limita às necessidades do programa que está inserido, vai além do comprometimento organizacional.

Para outros pesquisadores, o engajamento no trabalho está relacionado ao impacto que isso tem em seus alunos. Como vimos em outra seção deste trabalho, muitos pesquisadores veem a sua função como sendo formadora de recursos. Então esse engajamento no trabalho que eles demonstram, é para influenciar e servir de exemplo talvez, visto que seus alunos estão buscando se constituírem pesquisadores também.

[...] o meu olhar pra pesquisa é um olhar de formação de recursos entendeu?! Eu faço pesquisa junto com o meu aluno, eu estou formando esse aluno pra fazer pesquisa, pra formar novos pesquisadores (P05).

Outro público alvo desse engajamento com a produção acadêmica dos pesquisadores é a própria sociedade. Como apontam P12, suas pesquisas são financiadas com dinheiro público e, portanto, deve prestar contas à sociedade através da divulgação dos resultados das mesmas.

[...] Então não existe opção, se você não publica, você é um prejuízo pra sociedade. Pra mim a noção é clara. Você tá armazenando uma informação que foi paga publicamente... Se você não publicar, é puro egoísmo, porque você tá guardando uma informação que é de direito público, não tem como ser diferente (P12).

Além das pesquisas, para P06, o investimento do dinheiro público esteve presente em toda a sua formação, o que a leva a prestar contas para a sociedade:

[...] Então eu devo sempre um tributo ao público, à sociedade, entendo desta maneira, na medida em que toda a minha formação foi feitas à custa da sociedade. Eu entendo que uma instituição pública implica num gasto para a sociedade e muitas pessoas não tem o acesso que eu tive né. Então um pouco eu penso que todos nós, que estudamos em instituições públicas, nós devemos tributo à sociedade. É um direito, mas também é um dever nosso de produzir o bem para a sociedade. Isso, sinceramente eu acredito nisso (P06).

O elemento dedicação revela a significância, que está por trás desse engajamento com a produção acadêmica. O entusiasmo, o orgulho e valorização são fatos resultantes desse engajamento e ao mesmo tempo funcionam como fatores que impulsionam a continuarem.

[...] Minha aluna ganhou um prêmio de melhor tese da Capes. Agora nós vamos pra Brasília. Você não sabe a alegria que eu sinto, a emoção que eu sinto pelo aluno e por eu ser a orientadora. É uma tremenda vaidade. O ser humano é assim entendeu. E isso me deixa muito contente (P11).

[...] Eu sou bem lida também. Então assim, acho que o fato de ser reconhecida é uma coisa que eu acho importante. E em termos, reconhecida pelos pares e reconhecida por instituições também (P01).

Essa valorização ou reconhecimento apontado por P01, que se busca dos seus pares e das instituições, é também ressaltada por P08, que vai mais além no sentido de ser reconhecido como pesquisador:

[...] Você tem que publicar nos periódicos que você acha que tem mais chances de ser lido. **Porque se você não é lido você também não é citado, e se você não é citado, você não existe.** A ciência tem seu lado cruel também. Você não pode passar despercebido; se você passar despercebido você não consegue dinheiro para o

próximo projeto. Você tem que publicar e ser lido e ser citado. Não basta publicar (P08).

Como afirma P08, a publicação não basta para o sujeito ser reconhecido como pesquisador. Tem que ser lido e ser citado! Não importa a divulgação dos seus resultados da pesquisa somente pela divulgação ou propagação da ciência, importa o que a divulgação desses resultados pode trazer de benefícios?! Seria esse o sentido do engajamento com a produção acadêmica de P08?!

Cabe aqui a reflexão sobre qual o sujeito que emerge desse engajamento? Qual o tipo de sujeito-pesquisador se quer tornar com a adoção das práticas de si identificadas? É possível que haja um modelo ideal ou um pesquisador-padrão que norteie essas práticas?

Primeiro ponto: não precisa ser louco ou diferente para ser um pesquisador. Na visão de P05, tem que se ter disciplina e persistência. É o elemento vigor do engajamento, que demonstra a energia e resiliência mental necessária para um pesquisador:

[...] nós somos pessoas normais, absolutamente normais. Você não precisa ser louco pra fazer pesquisa não. Agora tem que ter disciplina, persistência, aí você tem que ter, senão não faz. Eu sou a idealizadora, eu sou aquela pessoa que não pode desistir nunca (P05).

Segundo ponto: o pesquisador tem que ser aquele que se preocupa com o bem comum, com o retorno para a sociedade e gostar do que faz. É o elemento da dedicação, que remete a significância, desafio e propósito do engajamento:

[...] Só pode dizer que faz pesquisa, aquele que pensa no bem comum. [...] Pode ser utopia, os meus colegas todos dizem isto. Mas eu vivo muito bem pensando nisso como uma utopia, não é? (P06)

[...] E pesquisador pra mim, não pode pensar em exigência de publicação. É uma exigência que a gente vive? É uma exigência! Mas você tem que achar um meio termo, uma coisa que você goste de fazer. Pesquisador bom tem que gostar de fazer, você entendeu?! (P11)

[...] Eu sou uma educadora. Como pesquisadora eu tenho que produzir, criar conhecimento (P05).

Terceiro ponto: tem que haver no trabalho do pesquisador um exercício ético no sentido de se preocupar não apenas com os números de publicação, não apenas com a parte técnica da atividade em si, de maneira que tudo isso não seja levado de maneira automática pelos pesquisadores. A teleologia do sujeito moral comporta o sujeito em constituição no tempo, não mais dependendo de uma atitude específica em relação à um código específico, mas agora como um modo de ser, uma postura de vida que pode ser identificada pelo conjunto de suas ações morais (FOUCAULT, 2009c).

Nesse sentido, corroboramos com o que P06 afirma sobre a necessidade de uma orientação ética por trás do trabalho de cada pesquisador. As relações de poder implicam em possibilidades de interferência social muito grande, visto que são pessoas formadoras de opinião. Encerramos este capítulo com o trecho da fala de P06, que acreditamos sintetizar a visão sobre o engajamento dos professores com a produção acadêmica:

[...] Numa instituição pública é você que é o seu avaliador. É você que tem: “eu estou agindo com ética, eu estou produzindo, é o suficiente, suficiente não numa medida quantitativa, mas estou fazendo jus ao que a sociedade está me pagando”? Então são questões que eu sempre me pergunto e me pergunto sempre no sentido de uma avaliação. **Eu não me acho em nenhum momento vítima do sistema, eu não acho em nenhum momento que eu produzo porque a Capes exige que eu produza e eu não acho em nenhum momento que é possível nós não fazermos nada; muito pelo contrário, eu acho que ser pesquisador implica numa grande possibilidade de interferência social.** E essa interferência ela se dá pelos artigos, ela se dá pela sua produção, pela sua orientação, pelos congressos que você vai, pelos seus posicionamentos, então eu acho que eu sou uma pesquisadora engajada sim (P06).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foucault entende que o sujeito não possui uma essência definida ou absoluta, que ultrapasse barreiras históricas e sociais. A constituição dos sujeitos, para ele, se dá de acordo com as configurações históricas e sociais de cada época. Contudo, vimos que este não é um processo unilateral; ainda que os sistemas de controle atuem de forma bastante eficaz por meio de uma série de regras, normas e convenções, para que se constitua enquanto sujeito, o indivíduo tem à sua disposição um campo de ação que permite intervir neste processo.

Esta pesquisa baseia-se naquilo que Foucault (2014) chamou de artes da existência e técnicas de si, que devem ser entendidas como as práticas racionais e voluntárias pelas quais os homens não apenas determinam para si mesmos regras de conduta, como também buscam transformar-se, modificar-se em seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores.

No entanto, uma ação, para ser dita “moral”, de acordo com Foucault (2014, p. 207-208), não deve se reduzir a um ato ou a uma série de atos conformes a uma regra, a uma lei ou a um valor. Na verdade, para o autor, toda ação moral implica uma relação com o real em que ela se realiza, e uma relação com o código ao qual ela se refere; mas também implica uma certa relação consigo mesmo; esta não é simplesmente “consciência de si”, mas constituição de si como “sujeito moral”, na qual o indivíduo circunscreve a parte dele próprio que constitui esse objeto de prática moral, define a sua posição em relação ao preceito que ele acata, determina para si um certo modo de ser que valerá como cumprimento moral dele mesmo e, para realizar-se, age sobre ele mesmo, levando-o a se conhecer, a se controlar, a pôr-se à prova, a se aperfeiçoar e a se transformar.

Nesse sentido, o fio condutor desta pesquisa baseou-se na relação do engajamento com a produção acadêmica entre os pesquisadores da UEM, através da abordagem foucaultiana a respeito da constituição do sujeito. Para tanto, procurou-se responder ao seguinte problema de pesquisa: Qual o sentido do engajamento com a produção acadêmica entre os pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá, à luz da ética do sujeito de Michel Foucault? Por produção acadêmica, consideraram-se nesta pesquisa as publicações em revistas, periódicos e livros.

Ao abordar o texto de Kant, “*Was ist Aufklärung?*” (O que é o esclarecimento?) num dos seus cursos no *Collège de France*, Foucault faz uma breve nota sobre as publicações em revistas. Foucault (2010) cita alguns dos trabalhos de Kant e as respectivas revistas em que haviam sido publicadas e explica uma das razões pelo espírito de publicação em revista.

Foucault explica que esse texto sobre *Aufklärung* aplica, como um dos seus conceitos centrais, a noção de público, de *Publikum*. E por essa noção de *Publikum* entende: a relação concreta, institucional, ou em todo caso instituída, entre o escritor (o escritor qualificado, traduz-se em francês: *savant*; *Gelehrter*: homem culto) e o leitor (o leitor considerado como indivíduo qualquer). E é a função dessa relação entre leitor e escritor, é a análise dessa relação – as condições em que essa relação pode e deve ser instituída e desenvolvida – que vai constituir o eixo essencial da sua análise da *Aufklärung*. Em certo sentido, a *Aufklärung* – sua noção, a maneira como ele a analisa – nada mais é que a explicação dessa relação entre o *Gelehrter* (o homem culto, o *savant* que escreve) e o leitor que lê. O interessante é que essa relação entre o escritor e o leitor no século XVIII não passava tanto pela Universidade, é óbvio, não passava tanto pelo livro tampouco, e sim muito mais por essas formas de expressão que eram ao mesmo tempo formas de comunidades intelectuais, constituídas pelas revistas e pelas sociedades ou academias que publicavam essas revistas. São essas sociedades, essas academias, são essas revistas também que organizam concretamente a relação entre, digamos, a competência e a leitura na forma livre e universal da circulação do discurso escrito. E são, por conseguinte, essas revistas, essas sociedades e essas academias que constituem a instância que corresponde a essa noção de público (FOUCAULT, 2010, p. 9).

Hoje, podemos dizer que essa relação é intrínseca às universidades também. A lógica proposta pelo campo acadêmico-científico é a da produção de conhecimento principalmente nas universidades e a da divulgação desse conhecimento nos periódicos, livros, revistas e afins. A produção do discurso científico, daquilo que é aceito como verdadeiro pela comunidade acadêmica-científica, passa pelas relações de saber e de poder entre os sujeitos que a constituem.

Assim, percebe-se uma lógica da descoberta por publicação. A publicação é o parâmetro para se medir o desenvolvimento da ciência. Publicação que é medida

e avaliada de acordo com a qualificação dos periódicos, pois não basta publicar, tem que publicar em periódico qualificado. O pesquisador nesse caso exerce o papel de escritor, que será reconhecido nesse campo conforme a qualificação dos periódicos em que publica. Ou ainda, indo mais além, só será reconhecido como escritor ou pesquisador se de fato for lido e for citado; como vimos na fala de P08: “Porque se você não é lido você também não é citado, e se você não é citado, você não existe”.

Num primeiro momento, percebeu-se que há entre alguns dos pesquisadores entrevistados uma resposta quase que automática para a pergunta norteadora desta pesquisa. A publicação para estes, é uma decorrência natural do processo de construção da ciência, “a ciência é feita de publicações”, é uma “consequência ou resultado do seu trabalho”.

Tem-se também a relação de compromisso para com os programas de pós-graduação aos quais estão vinculados. Tais programas são avaliados periodicamente para a renovação de autorização de funcionamento. Assim, os pesquisadores tem o compromisso de, através das suas publicações, contribuir para uma boa avaliação dos seus programas.

Tal compromisso é expresso também para com as instituições que fomentam e proporcionam as condições ou recursos para a realização das pesquisas. Aqui se enquadram as fundações, as universidades, o CNPq e a CAPES. Percebeu-se que para alguns pesquisadores, a publicação é a forma de retribuir ou de “pagar” a estas organizações, aquilo que lhes foi dispensado por uma destas instituições. Atrelado a isso, está o compromisso social, visto que são recursos públicos que são investidos em suas pesquisas através destas instituições. Assim, existe também um sentimento de dívida para com a sociedade, um compromisso que deve ser expresso através da produção acadêmica.

Para outros depoentes, o sentido do engajamento com a produção acadêmica é atrelado à visão de formação de recursos que possuem sobre o campo. Entendendo que existe a possibilidade de interferência social através da formação de seus alunos e orientandos, fazem da produção acadêmica a maneira de ensinar, reforçar e inculcar os preceitos que acreditam ser necessários para a formação de um bom pesquisador.

Mas há também aqueles que debruçam o sentido do seu engajamento na vocação e na paixão pelo que fazem. Não se sentem pressionados por qualquer

força externa, mas sim por eles próprios. São movidos pela paixão, pela curiosidade, por aprender coisas novas, tentar de outra maneira aquilo que já foi feito.

Assim, entendemos que o trabalho ético pressupõe um engajamento por parte do sujeito, necessário para a sua transformação naquilo que professa ou almeja ser. Vimos que para isso, os pesquisadores impõem certas práticas de si como metas de publicação, escolha de periódicos qualificados, dispêndio financeiro, trabalho fora do local e horário de trabalho, dedicação, vigor e absorção completa no que fazem.

Foucault (2014) lembra que é possível que essas práticas de si estejam associadas a estruturas de código numerosas, sistemáticas e coercitivas. É até possível que elas quase se apaguem em benefício desse conjunto de regras que então parece como o essencial de uma moral. Mas segundo o autor, também é possível que constituam o foco mais importante e mais ativo da moral e que seja em torno delas que se desenvolva a reflexão. As práticas de si assumem assim a forma de uma arte de si, relativamente independente de uma legislação moral.

Apesar de reconhecerem a necessidade de publicação advinda de todo um sistema, os pesquisadores defendem a necessidade de encontrarem um sentido para o que fazem. Reconhecem que não estão agindo sob coerção, pressão ou obrigação; pois se fosse por isso, estariam publicando apenas dois artigos por ano e isso já seria suficiente para atender a exigência da CAPES ou dos programas. Mas o fato é que produzem mais do que o exigido, eles mesmos estipulam a produção que deverão alcançar. É um exercício de si sobre si mesmo visível através das práticas que se impõem.

Por fim, compartilhamos da concepção de Foucault a respeito do trabalho de um intelectual ou pesquisador como temos nessa pesquisa. Para o autor, o trabalho de um intelectual não é moldar a vontade política dos outros; é através das análises que faz nos campos que são os seus, o de interrogar novamente as evidências e os postulados, sacudir os hábitos, as maneiras de fazer e de pensar, dissipar as familiaridades aceitas, retomar a avaliação das regras e das instituições e, a partir dessa nova problematização (na qual ele desempenha seu trabalho específico de intelectual), participar da formação de uma vontade política (na qual ele tem seu papel de cidadão a desempenhar) (FOUCAULT, 2014, p. 243).

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras**. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

BAKKER, Arnold B.; LEITER, Michael P. Work engagement: Introduction. In: **Work engagement: a handbook of essential theory and research/** edited by Arnold B. Bakker and Michael P. Leiter. New York: Psychology Press, 2010.

CANDIOTTO, Cesar. **Foucault e a crítica da verdade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Curitiba: Champagnat, 2010. – (Coleção Estudos Foucaultianos, 5 / Coordenador Alfredo Veiga-Neto).

CANDIOTTO, Cesar. **Disciplina e segurança em Michel Foucault: a normalização e a regulação da delinquência**. Psicologia & Sociedade, 24 (n. spe.), 2012, 18-24.

CHARAUDEAU, P; MANINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

COOPER, D.R.; SCHINDLER, P.S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Bookman, 2003.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso: Reflexões Introdutórias**. 2. Ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a Constituição do Sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Petrópolis/Lisboa: Editora Vozes, 1972.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Il faut défendre la société. Cours au Collège de France, 1975-1976**. Édition établie par François Ewald et Alessandro Fontana, par Mauro Bertani e Alessandro Fontana. Paris: Seuil/Gallimard, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 15. ed. Organização e introdução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade, política**. Manoel Barros da Motta (Org.); tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. Frédéric Gros (Org.); tradução Márcio Alves da Fonseca, Salma Tannus Muchail. – 2 ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2006b.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15ª ed. Edições Loyola. São Paulo, 2007.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. MICHEL FOUCAULT. **Uma Trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2ª. Edição Revista. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Coleção Biblioteca de Filosofia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.

_____. **História da Sexualidade 3: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009b.

_____. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009c.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)**/ Michel Foucault; tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade, política**. Manoel Barros da Motta (Org.); tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. – 3.ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FREITAS, Maria Ester de. O Pesquisador hoje: entre o artesanato intelectual e a produção em série. **Cad. EBAPE.BR**, v. 9, nº 4, opinião 1, Rio de Janeiro, Dez. 2011.

GODOI, Christiane Kleinübing; MATTOS, Pedro Lincoln C. L. Entrevista Qualitativa: instrument de pesquisa e evento dialógico. pp. 301 – 324. . In: GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa da (Org.) **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. Editora Saraiva: São Paulo, 2006.

GOMES, Eveline de Oliveira. **A constituição do Sujeito-administrador**. Maringá-PR: UEM, 2012.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Olhares Oblíquos sobre o sentido no discurso. In: GREGOLIN, Maria do Rosário. BARONAS, Roberto. (Orgs.). **Análise do Discurso: as materialidades do sentido**. 2. Ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2003.

KAHN, W. A. Psychological conditions of personal engagement and disengagement at work. **Academy of Management Journal**. v.33, n.4, p. 692-724, 1990.

MACIEL, Cristiano de Oliveira; CAMARGO, Camila. Conexão Social nas Organizações: Efeitos dos Laços Locais no Engajamento e no Desempenho no Trabalho. **Anais EnEO**, Gramado-RS, 2014.

MARTINELLI, Luís Alberto Saavedra; FONSECA, Valéria Silva da; SILVA, Wesley Vieira. Engajamento Profissional em Call Centers: Uma Análise Baseada na Teoria dos Eventos Afetivos. **Anais EnANPAD**. Rio de Janeiro, 2010.

MASCARENHAS, Leonardo. Identidade Organizacional, no Limiar Entre Indivíduo Que Produz E Sujeito Trabalhador. **VI Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD - EnEO**, 2010.

MILLS, C.W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2009.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso – Princípios e Procedimentos**. 10. Ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

PATRUS, Roberto; DANTAS, Douglas Cabral; SHIGAKI, Helena Belintani. O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós-graduação stricto sensu: uma ameaça à solidariedade entre pares? **Cad. EBAPE.BR**. v. 13, nº 1, artigo 1, Rio de Janeiro, Jan./Mar. 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**; tradução Eni Pulcinelli Orlandi [et al.] 3.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

SCHAUFELI, W.B. What is engagement? In C. Truss, K. Alfes, R. Delbridge, A. Shantz, & E. Soane (Eds.), **Employee Engagement in Theory and Practice**. London: Routledge, 2013.

SCHAUFELI, Wilmar B.; BAKKER, Arnold B. Defining and measuring work engagement: Bringing clarity to the concept. In: **Work engagement: a handbook of essential theory and research/** edited by Arnold B. Bakker and Michael P. Leiter. New York: Psychology Press, 2010.

SONNENTAG, Sabine; DORMANN, Christian; DEMEROUTI, Evangelia. Not all days are created equal: The concept of state work engagement. In: **Work engagement: a handbook of essential theory and research/** edited by Arnold B. Bakker and Michael P. Leiter. New York: Psychology Press, 2010.

SOUZA, Mariana Mayumi de; CALBINO, Daniel Pinheiro; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Dos Recursos Humanos a Gestão de Pessoas: reflexões arqueológicas das mudanças conceituais. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 104-118, jan./jun. 2010.

SOUZA, Mariana M. P. de.; CARRIERI, Alexandre de Pádua. A análise do discurso em estudos organizacionais. In: SOUZA, Eloisio Moulin de. (Org.). **Metodologias e análíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual**. - Dados eletrônicos. - Vitória: EDUFES, 2014. p. 13-38.

TOURINHO, Manoel Malheiros; PALHA, Maria das Dores Correia. A Capes, a universidade e a alienação gestada na pós-graduação. **Cad. EBAPE.BR**, v. 12, nº 2, artigo 5, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2014.

ZARIFIAN, Philippe. Engajamento subjetivo, disciplina e controle. **Novos Estudos**. CEBRAP. N.º 64, novembro 2002. p. 23-31.

XAVIER, Wlamir Gonçalves; GODOI, Christiane Kleinubing. Panopticon Acadêmico. **Revista Gestão e Planejamento**. Salvador, v. 11, n. 1, p. 91-103, jan./jun. 2010.

ANEXO 1

Roteiro de entrevista

Começar com uma pergunta aberta com o objetivo de conhecer a história de vida do entrevistado. Desenvolver de acordo com o interesse e abertura dele.

- 1) Conte um pouco sobre a sua vida. (Onde nasceu? Onde estudou? Qual a sua formação? Relações familiares?)

☐ Identificar as relações de poder que perpassam as práticas de pesquisa e de publicação entre os pesquisadores da UEM

- 2) O que o levou à escolha da sua profissão?
- 3) Como definiu os projetos de pesquisa que trabalhou ou tem trabalhado?
- 4) Como escolheu as instituições e periódicos aos quais se “filhou”?

☐ Identificar as práticas de engajamento com a produção acadêmica entre pesquisadores da UEM.

- 5) Qual a sua periodicidade de publicação?
- 6) O que o motiva a publicar?
- 7) Você se considera um pesquisador engajado com a produção acadêmica?
- 8) O que faz fora do ambiente e horário de trabalho para conseguir maior produtividade na publicação?

☐ Descrever as técnicas de si que contribuem para a constituição do sujeito pesquisador na UEM.

- 9) Em sua opinião, o que significa ser um bom pesquisador?
- 10) Em sua opinião, quais são as principais características pessoais de um bom pesquisador?
- 11) E as características profissionais?
- 12) Em sua opinião qual a importância do lazer para o pesquisador?
- 13) Realiza algum tipo de atividade de lazer? Qual?
- 14) O fato de ser pesquisador influencia na escolha dessas atividades?

☐ Interpretar o sentido do engajamento quando entendido sob a perspectiva das técnicas de si e das relações de poder.

- 15) Como você percebia o profissional pesquisador antes de se tornar um? E agora, como percebe? Houve alguma mudança? Quais e por quê?
- 16) Como você se define enquanto um pesquisador engajado com a produção acadêmica?